

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

MARIA APARECIDA CASAGRANDE

**MULHERES POLICIAIS: FORMAÇÃO E ATUAÇÃO
PROFISSIONAL DAS PRIMEIRAS ALUNAS DA ACADEMIA
DA POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA (1967-1977)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Giani Rabelo.

**CRICIÚMA
2013**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

C334m Casagrande, Maria Aparecida.

Mulheres policiais : formação e atuação profissional das primeiras alunas da Academia da Polícia Civil de Santa Catarina (1967-1977) / Maria Augusta Casagrande ; orientadora: Giani Rabelo. – Criciúma : Ed. do Autor, 2013.

154 f. : il. ; 21 cm. C334m Casagrande, Maria Aparecida.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Educação, Criciúma, 2013.

1. Mulheres policiais. 2. Formação profissional.
3. Cultura. I. Título.

CDD 22. ed. 363.2

MARIA APARECIDA CASAGRANDE

**MULHERES POLICIAIS: FORMAÇÃO E ATUAÇÃO
PROFISSIONAL DAS PRIMEIRAS ALUNAS DA ACADEMIA
DA POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA (1967-1977)**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 17 de maio de 2013.

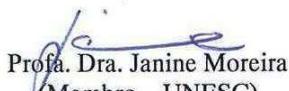
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Giani Rabelo
(Orientador – UNESC)



Prof. Dra. Beatriz Terezinha Daudt
Fischer (Membro – UNISINOS)



Prof. Dra. Janine Moreira
(Membro – UNESC)

Prof. Dra. Marli de Oliveira Costa
(Suplente – UNESC)

Prof. Dr. Gladir da Silva Cabral
Coordenador do PPGE-UNESC



Maria Aparecida Casagrande
Mestranda

A todas as Mulheres Policiais Civas de Santa Catarina, e em especial, àquelas que iniciaram a história da mulher na Polícia Civil catarinense.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora, Professora Dra. Giani Rabelo, pela consideração de ter aceitado o desafio de orientar meu trabalho, principalmente pelo incentivo e confiança, mostrando com muita paciência e compreensão, que eu era capaz. Serei sempre muito grata pelos ensinamentos e pela amizade!

A todos/as os professores/as do Mestrado em Educação da UNESC, principalmente à professora Dr^a Marli de Oliveira Costa e ao professor Dr. Alex Sander da Silva que, mesmo fora da sala de aula, contribuíram com sugestões sempre pertinentes e enriquecedoras.

Às professoras doutoras Beatriz T Daudt Fischer e Janine Moreira que ao qualificarem meu trabalho mostraram caminhos e contribuições para torná-lo melhor.

À Universidade do Extremo Sul Catarinense pela oportunidade que me foi concedida e à FUMDES pela concessão da bolsa de estudos.

À minha grande amiga Márcia, minha irmã de coração, por ter me incentivado, desde o primeiro momento, na decisão de ingressar no Mestrado e, com seu entusiasmo contagiante, me impulsionou a trilhar o caminho do conhecimento.

Às amigas do Mestrado, com quem pude, desde que nossos caminhos se cruzaram, dialogar, lamentar, rir, viajar, sonhar. Em especial à Josiane, serei eternamente grata pela amizade da nossa “moleca de plantão”; sem deixar de mencionar a Gislene, Irone, Daiane e Vanessa, que moram no meu coração. Adoro vocês!!!!

À ACADEPOL/SC e todos/as os funcionários/as que possibilitaram o franco acesso aos documentos e informações necessárias para a realização desta pesquisa.

Aos colegas de trabalho da Delegacia de Polícia de Ermo que me auxiliaram nos momentos em que tive que me dedicar mais intensamente aos estudos, em especial à amiga Karina Fontana, que não mediu esforços e foi excepcional nos momentos que mais precisei.

E, agradeço, especialmente, aos meus familiares, principalmente meu esposo Márcio e meu filho Pedro, que sempre acreditaram na conclusão deste trabalho. Pelo estímulo e apoio incondicional desde o início, pela paciência e pelo grande amor, sem os quais eu jamais poderia ter iniciado a trajetória que me trouxe até aqui.

Obrigada!

“No entanto, o que importa reencontrar são as mulheres em ação, inovando em suas práticas, mulheres dotadas de vida, e não absolutamente como autômatos, mas criando elas mesmas o movimento da história.”

Michele Perrot

RESUMO

O presente estudo é resultado da pesquisa desenvolvida no Mestrado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense, intitulada “Mulheres Policiais: formação e atuação profissional das primeiras alunas da Academia da Polícia Civil de Santa Catarina (1967-1977)”, em que problematizo, sob a perspectiva das relações de gênero, o processo de formação das primeiras mulheres na ACADEPOL/SC entre os anos de 1967 a 1977, bem como suas trajetórias profissionais ao longo da carreira policial. O estudo foi realizado a partir das seguintes questões norteadoras: O que levou as mulheres a optarem pela carreira policial? Qual o contexto em que ocorreu esse ingresso? Quais suas lembranças sobre o processo de formação? Como as questões de gênero perpassaram os saberes e práticas em seus processos de formação e nas suas trajetórias profissionais? Neste estudo, foram analisados documentos disponíveis na Secretaria de Segurança Pública e na própria ACADEPOL/SC, além da realização de entrevistas com oito alunas que ingressaram na Polícia Civil entre os anos de 1967 até 1977 e participaram dos Cursos de Formação. A construção teórico-metodológica desta pesquisa circunscreve-se no campo da História da Educação, tendo três conceitos centrais: Gênero, Memória e Cultura Escolar. A abordagem qualitativa foi a mais adequada para o estudo, tendo sido a História Oral a principal metodologia empregada para a coleta de dados, permitindo que as alunas se pronunciassem, contando suas vivências e ressignificando suas lembranças. Revisitar as histórias das primeiras alunas que fizeram parte desse cenário foi significativo e revelou múltiplas relações de gênero, desde o ingresso na profissão, durante o Curso de Formação, até a trajetória profissional, possibilitando a elas uma vivência diferenciada para o mundo feminino da época. O estudo permitiu a observação de que as marcas da desigualdade de gênero foram naturalizadas durante os cursos de formação frequentados na ACADEPOL/SC, pelas entrevistas, porém, ficaram mais evidentes no decorrer de suas trajetórias profissionais. De um lado, mesmo reconhecendo as práticas preconceituosas na Polícia Civil, essas mulheres policiais não fizeram o enfrentamento diante das desigualdades, mas encontraram formas de sobreviver, criando subterfúgios para lidar com a cultura masculina. Por outro lado, a presença feminina na instituição policial contribuiu para ressignificar as relações de gênero: quer nos Cursos de Formação, quer

nas trajetórias profissionais. Não se pode dizer que houve uma mudança substancial nessas relações, mas é possível afirmar que as mudanças estão em movimento constante. Nesse contexto, a entrada das mulheres no espaço profissional, de domínio masculino histórico, necessariamente não reforça as relações de discriminação e preconceito nas relações de trabalho, mas desafia e contribui para a visibilidade às mulheres num espaço monopolizado pelos homens. A invisibilidade das mulheres é um fator importante na legitimação das desigualdades de gênero. Certamente, para entender essas desigualdades entre o feminino e o masculino, é necessário deixar de olhar somente para as mulheres, mas voltar-se também para os homens, pois a construção dos papéis é relacional.

Palavras-chave: Mulheres Policiais. Processo de Formação. Gênero. Cultura Escolar. Memória.

ABSTRACT

This study is the result of research undertaken in the Masters Program in the Graduate Diploma in Education from the University of the Extreme South of Santa Catarina, entitled " Police Women: training and professional experience of the first students of the Academy of Civil Police of Santa Catarina (1967 - 1977) ", in which I analyze, from the perspective of gender relations, the process of formation of the first women in ACADEPOL / SC between the years 1967-1977, as well as their professional career in the police. The study was conducted based on the following guiding questions: What led women to opt for police career? What is the context in which it occurred this entry? What are their memories about the training process? How gender issues permeate the knowledge and practices in their processes of formation and in their professional careers? In this study, we analyzed documents available on the Public Security Bureau and at ACADEPOL / SC, as well as holding interviews with eight students who entered the Civil Police in the years 1967 to 1977 and participated in the Training Courses. The theoretical-methodological of this research is limited in the field of history of education, having three central concepts: Gender, Memory and School Culture. A qualitative approach was the most appropriate for the study, having oral history as the main methodology used for data collection, allowing the students to speak out, telling their experiences and give new meaning to their memories. Revisit the stories of the first students who were part of this scenario was significant and revealed multiple gender relations, since the entry of the profession during the training course to the career path, enabling them a differentiated experience for the female world of the time. The study allowed the observation that the marks of gender inequality were naturalized during the training courses attended in ACADEPOL / SC, the interviews, however, were more evident in the course of their professional careers. On the one hand, while recognizing the practical prejudiced by the Civil Police, the women police did not confront before inequalities, but found ways to survive, creating subterfuge to deal with the male culture. On the other hand, the presence of women in the police institution contributes to reinterpretation of gender relations: either the Training Courses, both in professional careers. One can not say that there was a substantial change in these relationships, but we can say that the changes are in constant motion. In this context, the entry of women in the professional history of

male dominance, not necessarily strengthens the relations of discrimination and prejudice in labor relations, but challenges and contributes to the visibility of women in space monopolized by men. The invisibility of women is an important factor in legitimizing gender inequalities. Certainly, to understand these inequalities between male and female, need to stop looking only for women but also for turning men, as the construction of roles is relational.

Keywords: Police Women. Formation Process. Genre. School Culture. Memory.

LISTA DE FIGURAS E FOTOGRAFIAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1- Nomeação de Rozembo José Rabello | 69 |
| Figura 2 - Organograma da Polícia Civil de Santa Catarina | 81 |
| Fotografia 1- Evento solene da Escola de Polícia, em pé o Diretor Octacílio Schuller Sobrinho | 71 |
| Fotografia 2 - Prédio onde funcionou a primeira Escola de Polícia – Florianópolis..... | 115 |
| Fotografia 3- Mobiliário da sala do diretor (1967)..... | 117 |
| Fotografia 4 - Sala de aula da Escola de Polícia (1967)..... | 118 |

LISTA DE GRÁFICO

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 - Percentual de homens e mulheres na Polícia Civil Catarinense | 96 |
|---|----|

LISTA DE QUADROS E TABELAS

| | |
|---|-----|
| Quadro 1 - Mulheres policiais entrevistadas..... | 54 |
| Quadro 2 - Áreas temáticas e disciplinas da Matriz Curricular Nacional..... | 85 |
| Quadro 3 - Matriz Curricular Nacional aplicada na ACADEPOL/SC em 2012..... | 86 |
| Quadro 4 - Distribuição do efetivo da Polícia Civil de Santa Catarina por Sexo e Cargo..... | 96 |
| Quadro 5 - Relação das disciplinas ministradas nos cursos de formação (1970-977)..... | 131 |
| Tabela 1- Dados estimados sobre participação feminina nas polícias brasileiras..... | 65 |
| Tabela 2- Alunos/as concluintes nos Cursos de Formação na ACADEPOL/SC..... | 79 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACADEPOL/SC - Academia de Polícia Civil de Santa Catarina
CAP - Coordenadoria de Assuntos Pedagógicos
CEBRACE - Centro Brasileiro de Construções e Equipamentos Escolares
DETRAN/SC - Departamento de Trânsito de Santa Catarina
EMC – Educação Moral e Cívica
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB – Lei de Diretrizes e Base
RH - Recursos Humanos
RH/SSP - Recursos Humanos da Secretaria de Segurança Pública
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MCN – Matriz Curricular Nacional
MJ – Ministério da Justiça
PEA – População Economicamente Ativa
SAT - Setor de Armamento e Tiro
SEA - Setor de Administração e Apoio Logístico
SEC - Plantão, Secretaria Acadêmica
SEI - Setor de Equipamentos e Informática
SES - Setor de Equipamentos e Eventos Esportivos
SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública
SSP/SC - Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina
SSI - Secretaria de Segurança e Informações
UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense
USAID - United States Agency of Internatinonal Development

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| 1 INTRODUÇÃO | 29 |
| 2 PERCURSOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA..... | 40 |
| 2.1 PERCURSO INVESTIGATIVO | 40 |
| 2.2 A ESCOLHA DA HISTÓRIA ORAL COMO METODOLOGIA | |
| 2.3 SELEÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA E AS ENTREVISTAS | |
| 2.4 O MOVIMENTO DA MEMÓRIA E A APRESENTAÇÃO DAS MULHERES DESTA PESQUISA | 51 |
| 3 A POLÍCIA NA SOCIEDADE MODERNA E A POLÍCIA CIVIL: A EMERGÊNCIA DA ACADEMIA DA POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA | 60 |
| 3.1 A POLÍCIA no estado moderno: UM ESPAÇO MASCULINO? | |
| 3.2 A POLÍCIA CIVIL no contexto nacional E A EMERGÊNCIA DA ACADEPOL em santa catarina..... | 66 |
| 3.3 ACADEPOL/sc, formação policial e identidade policial..... | 81 |
| 4 OPÇÃO PELA POLÍCIA CIVIL E A INSERÇÃO DAS PRIMEIRAS MULHERES NA ACADEPOL/SC..... | 89 |
| 4.1 AS mulheres E a vida pública NA PERSPECTIVA DE GÊNERO | |
| 4.2 AS MULHERES NA POLÍCIA CIVIL | 95 |
| 4.3 O INGRESSO DAS PRIMEIRAS MULHERES NA ACADEPOL/SC | 99 |
| 5 CULTURA ESCOLAR: O PROCESSO DE FORMAÇÃO NA ACADEPOL/SC E ATUAÇÃO PROFISSIONAL..... | 110 |
| 5.1 A CULTURA ESCOLAR NA ACADEPOL/SC E AS MARCAS DO GÊNERO..... | 110 |
| 5.1.1 A Materialidade Da Cultura Escolar | 113 |
| 5.1.2 As Normas Como Dispositivos Disciplinares | 122 |
| 5.1.3 Os Saberes E Práticas Na Formação Das Mulheres Policiais... | 127 |
| 5.2 da acadepol/sc à atuação profissional..... | 138 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 149 |
| REFERÊNCIAS | 154 |

1 INTRODUÇÃO

No presente estudo problematizo, sob a perspectiva das relações de gênero, o processo de formação das primeiras alunas dos cursos de formação da ACADEPOL/SC, bem com suas trajetórias profissionais. O período definido para a presente investigação contempla a primeira década de existência da ACADEPOL/SC, entre 1967 e 1977. O recorte desta temporalidade ocorreu pelo fato desse período ter sido atravessado pela Ditadura Civil Militar, inferindo-se que esta teria influenciado profundamente a formação dessas policiais.

Durante minha trajetória profissional perguntei-me repetidas vezes, qual o lugar das mulheres na Polícia Civil? E essas inquietações estiveram sempre presentes no meu cotidiano, fazendo com que minhas vivências me levassem a querer compreender esse espaço ocupado também pelas mulheres, uma vez que a Polícia Civil é uma instituição de predomínio masculino. Nesse sentido, a presente pesquisa brotou de minha própria história de vida, pessoal e profissional, uma vez que sou mulher e pertença aos quadros funcionais da Polícia Civil catarinense.

No processo de escolha do tema de pesquisa, inevitavelmente, revivi alguns fatos da minha própria história na instituição. A memória se encarregou de trazer à tona lembranças do período em que frequentei o Curso de Formação¹. Essas lembranças foram significativas para o encaminhamento do objeto desta pesquisa, o que remete a Thomson (1997, p. 57) quando ele afirma que “as histórias que relembramos não são representações exatas do nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais”.

O contato com a organização policial deu-se em 1995, quando prestei concurso público para a Polícia Civil e frequentei o Curso de Formação. O ingresso efetivo no quadro funcional deu-se no ano de 1996. Desde então, exerço atividades de Agente de Polícia Civil, com a atual lotação na Delegacia de Polícia do município de Ermo, situada na

¹ Prestei concurso público para o cargo de Escrevente Policial no ano de 1995 e após o processo seletivo, no mesmo ano, ingressei no Curso de Formação da ACADEPOL/SC, permanecendo no curso por quatro meses. Somente no ano de 1996 fui nomeada para exercer minhas funções. Em 2009, o cargo de Escrevente Policial passou a denominar-se Agente de Polícia Civil.

região Sul do Estado de Santa Catarina. Antes desse ingresso fiz graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina, concluída em 1995.

Além de atuar como Agente de Polícia Civil, desde 2010, sou professora da ACADEPOL/SC, onde ministro a disciplina de “Fundamentos de Polícia Comunitária” no Curso de Formação para quem está ingressando na carreira policial.

Foi o contato com os/as alunos/as da ACADEPOL/SC que reforçou em mim a certeza que somente por intermédio da pesquisa é que as minhas inquietações encontrariam compreensão. Antes disso, já havia cursado duas especializações “*lato sensu*”, uma na área de Serviço Social e outra na área de Segurança Pública.

A experiência acumulada há mais de quinze anos no percurso profissional como Agente de Polícia e como docente na ACADEPOL/SC tem me instigado a respeito das singularidades do processo de formação de homens e mulheres policiais, especialmente sobre a formação das mulheres, uma vez que a Segurança Pública, historicamente, é um ambiente masculino.

É, portanto, nesse contexto que a presença das mulheres nos Cursos de Formação e na trajetória profissional interfere nas múltiplas relações de gênero que se articulam e se expressam em suas vivências no ambiente de trabalho na Polícia Civil catarinense.

Estabelecer relações entre meu processo de formação pessoal e profissional oportunizou a percepção da importância de problematizar questões próprias da ACADEPOL/SC e das mulheres que ocuparam esse espaço quando tudo começou, em 1967. A ACADEPOL/SC², foi criada por força de lei, no ano de 1964, à época denominada Escola de Polícia, mas somente em 1967 passou a funcionar com atividades de formação e capacitação de policiais. Cabe mencionar que a Escola de Polícia foi assim chamada até o ano de 1974, quando passou a ser chamada de Academia da Polícia Civil de Santa Catarina – ACADEPOL/SC.

²A ACADEPOL/SC atualmente funciona na Rua Tertuliano Brito Xavier, 209 – Bairro Canasvieiras, na cidade de Florianópolis, capital do Estado, sendo que no início das suas atividades esteve instalada no Bairro Estreito e, posteriormente, no Bairro Coqueiros, na mesma cidade.

É a ACADEPOL/SC o órgão responsável pelo curso de formação das carreiras³ de Delegado de Polícia, Psicólogo Policial, Escrivão e Agente de Polícia, bem como pela capacitação e aperfeiçoamento de todos/as policiais civis do Estado de Santa Catarina até os dias de hoje.

Na atualidade, o Curso de Formação é a etapa seguinte ao concurso público para ingresso na Polícia Civil, ocasião em que os/as candidatos/as aprovados/as nas primeiras etapas do concurso (classificados/as dentro do limite de vagas disponibilizadas) devem, obrigatoriamente, após a nomeação e posse, quando convocados/as, cursar e obter aprovação no curso de formação, que acontece nas dependências da ACADEPOL/SC.

Desde o último concurso público, realizado em 2010, a formação no ensino superior é um dos requisitos para ingressar nas carreiras policiais. Para o cargo de Delegado de Polícia é necessária formação em Curso de Direito; para a carreira de Psicólogo requer-se formação específica no ensino superior em Psicologia e para as demais carreiras a exigência é formação no ensino superior em qualquer área de conhecimento.

No âmbito acadêmico, ainda são raras as pesquisas sobre a participação das mulheres nas forças policiais, especialmente quando se delimita a busca pelo tema “mulheres policiais”.

Em levantamento em bancos bibliográficos nas bases de dados científicos (*Scielo*, Capes, IBICT, Google), delimitar a busca para mulheres e polícia civil e poucos trabalhos foram encontrados sobre esta temática: Hagen (2005); Sacramento (2007) e Scardueli (2006) tratam da mulher na Polícia Civil, com enfoques diferenciados. A maioria dos trabalhos encontrados, porém, versa sobre as mulheres na Polícia Militar, como abordados por Calazans (2003), Capelle e Melo (2010), Musumeci e Soares (2004) e Nummer (2001).

³A Polícia Civil catarinense está organizada em quatro carreiras: Agente de Polícia, Delegado de Polícia, Escrivão de Polícia e Psicólogo Policial, cujas nomenclaturas dos cargos atende às orientações gramaticais da Língua Portuguesa que define o gênero masculino como sendo o coletivo. No entanto, esta pesquisadora fará uso do gênero feminino para denominar esses cargos quando forem ocupados por mulheres (Delegada de Polícia, Escrivã de Polícia e Psicóloga Policial), a fim de assumir uma postura inclusiva, via linguagem, mesmo porque é assim também que essas policiais se intitulam.

Autores/as como Calazans (2003, 2005), Hagen (2005), Sacramento (2007), Soares e Musumeci (2005) denunciam a ausência de estudos que abordem a mulher policial e que sejam amparados pela metodologia qualitativa. Por conseguinte, seus trabalhos investigam, em diferentes perspectivas, a mulher no meio policial.

Para Calazans (2003, p. 15), “a escassez de dados e estudos sobre a mulher na polícia é fruto de uma ausência em problematizar as questões que envolvem o desenvolvimento da mulher no ofício de polícia”. O fato de haver poucos estudos sobre as mulheres na carreira policial, mais especificamente no ramo da Polícia Civil, somado à presença ainda minoritária das mulheres na profissão, reforça a necessidade de pesquisas nesse campo. De algum modo, essa constatação representa a invisibilidade das mulheres nesse espaço profissional.

Convém ressaltar que, embora as questões de gênero tenham recebido destaque nacional e internacional nos últimos anos, a problemática abordada neste trabalho, ou seja, o estudo do processo de formação na Polícia Civil, nessa perspectiva, é relativamente novo e pouco explorado, especialmente quando se pressupõe o diálogo com a área da Educação.

A ACADEPOL/SC representa, no âmbito educacional, enquanto espaço de ensino e aprendizagem, uma parte do conjunto das instituições responsáveis pela produção, sistematização e transmissão de saberes e práticas, com uma cultura própria, carregada de historicidade. Ela se constitui como uma instituição educativa e se aproxima da instituição escolar.

No entendimento de Giroux e McLaren (1995, p. 144), a pedagogia está presente onde o conhecimento seja produzido, “em qualquer lugar em que existe a possibilidade de traduzir a experiência e construir verdades, mesmo que essas verdades pareçam irremediavelmente redundantes, superficiais e próximas ao lugar-comum”. Isso implica em considerar que na formação policial a construção dos conhecimentos produzidos pelos/as e para os/as policiais deve ser entendida, pedagogicamente, não como um mero domínio de habilidades e competências, mas como formas significativas de organização e produção do conhecimento, permeadas por questões históricas, políticas e culturais.

Ao problematizar, sob a perspectiva das relações de gênero, o processo de formação das mulheres no Curso de Formação da ACADEPOL/SC, na primeira década da existência da instituição (1967

a 1977), bem como suas trajetórias profissionais, algumas questões norteadoras foram elencadas: O que levou as mulheres a optarem pela carreira policial? Qual o contexto em que ocorreu esse ingresso? Quais são suas lembranças sobre o processo de formação? Como as questões de gênero perpassaram os saberes e práticas em seus processos de formação e nas suas trajetórias profissionais?

A Polícia Civil, em nível estadual, assim como em nível nacional, representa um espaço de atuação profissional historicamente masculino, realidade esta que vem sofrendo mudanças. Alguns estudos têm apontado que a inserção das mulheres na instituição vem ocorrendo porque as mulheres tendem a se enquadrar a um perfil que corresponde às novas concepções de segurança pública, em que a polícia deve estar menos voltada para o uso da força e mais direcionada à ênfase estratégica e preventiva (CALAZANS, 2005).

No entanto, é notório que há uma cultura policial marcada pela “masculinidade hegemônica”, valorizando atributos associados à virilidade. Assim, o estereótipo da profissão reflete a associação entre polícia e masculinidade, não condizendo com os atributos supostamente femininos (NUMMER, 2001).

A Polícia Civil, como qualquer outra categoria profissional, está atravessada pelo gênero. Para Joan Scott (1995, p. 14), o gênero é “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. A ênfase dada pelo conceito de gênero à construção social das diferenças sexuais não se propõe a desprezar as diferenças biológicas existentes entre homens e mulheres, mas considera que, com base nelas, outras são construídas.

A introdução do conceito de gênero como uma opção teórica e metodológica para os estudos feministas, na década de 1980 no Brasil, fez com o que o termo ganhasse visibilidade na análise das relações entre homens e mulheres. Por esse viés, a noção de gênero deve ser ampliada para além da discussão dos papéis e das funções que os homens e mulheres desenvolvem na sociedade. Para Louro (2011, p. 25), “é necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas”, que definem os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, bem como a distinção entre feminino ou masculino em uma sociedade e/ou em um momento histórico.

O conceito de gênero marca, então, a questão relacional e a importância das relações sociais que se estabelecem com base nas

diferenças percebidas entre homens e mulheres que variam diante das dimensões culturais. Torna-se também importante a articulação das questões de gênero com outros marcadores sociais como classe, raça, nacionalidade, profissão, etnia, entre outros, que são construídos e significados socialmente, assinalando diferenças, produzindo desigualdades e formando hierarquias (MEYER, 2001).

A produção do conhecimento requer um esforço contínuo e vigilância epistemológica, pois na condição de pesquisador/a é preciso que nos desvencilhemos de pré-conceitos que estão enraizados nas formas em que percebemos o mundo, buscando com embasamento teórico, um novo olhar sobre a realidade. Nesse sentido, a categoria gênero se torna uma ferramenta importante, pois permite enxergar aspectos já naturalizados pela sociedade.

Gênero, como conceito, traz uma grande contribuição para os estudos no campo da educação, pois são as instituições educacionais, planejadas ou não para as ações escolares, que produzem de forma prioritária, modos de agir e pensar tanto a favor da desigualdade de gênero como na desconstrução delas.

Neste estudo, busco, então, relacionar o saber teórico com as concepções construídas no cotidiano das relações de gênero, perpassando pelas narrativas das alunas, no campo da memória, como também no tempo e no espaço inscritos na cultura escolar. Com essa finalidade, procurei dialogar com os dados empíricos a partir de três conceitos: gênero, memória e cultura escolar, articulados com a História da Educação, uma vez que o vínculo com a História não reside apenas nas divisões do tempo e datas dos eventos do passado mas, segundo Lopes e Galvão (2001, p. 27), na compreensão do presente, intervindo “no futuro através do estudo do passado”.

Conduzi a presente pesquisa na perspectiva da Nova História Cultural que entende que homens e mulheres deixam de ser objetos e passam a ser sujeitos da História, procurando entender a sociedade e suas formas de sociabilidade. Essa concepção busca construir uma prática que se contrapõe aos procedimentos da História Tradicional/Positivista, a qual vê a história de forma linear e retilínea e se apresenta como “verdade absoluta”, em que o “verdadeiro documento” é o oficial, que oficialmente traduz uma história verdadeira (PESAVENTO, 2005).

Ao compreender que não existe uma história universal e total, mas várias histórias e recortes que compõem uma pluralidade, concordo com Rabelo (2007, p. 22) quando discorre que “o passado está sendo

construído e reconstruído a todo o momento, não é algo morto e sepultado, mas algo vivo e presente. Não é possível separar o passado do presente, pois formam um conjunto de experiências indissociáveis. Vivemos no nosso cotidiano temporalidades múltiplas, um tempo heterogêneo”.

Dessa forma, quando me propus a pesquisar na área da História da Educação, busquei problematizar a história com olhar exteriorizado, mesmo tendo consciência de que estava totalmente implicada com a história da ACADEPOL/SC, pois, uma vez inserida nos quadros da instituição onde pesquiso, me sinto, por vezes, parte da pesquisa, o que me fez entender que a neutralidade não existe, pois estamos envolvidos/as com nosso objeto de estudo desde o momento em que o escolhemos.

Nesse processo, deparei-me com as memórias das policiais que atenderam ao chamado da pesquisa. Ao abordar as memórias do passado, de acordo com Benjamin (1987), é preciso levar em consideração o meio onde se deu a vivência, o terreno a ser garimpado, o solo a ser desbravado. Nas palavras do autor:

A memória não é um instrumento para exploração do passado; é antes, o meio. É o meio onde se deu a vivência, assim como o solo é o meio no qual as antigas cidades estão soterradas. Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava. (BENJAMIN, 1987, p. 239).

Como um solo soterrado, o passado é muito complexo e por mais que se remexa ou se escave, torna-se impossível recuperá-lo, pois ao tentar reconstruí-lo o visualizamos com as inquietações do presente. É preciso encontrar vestígios, amparados por uma metodologia rigorosa que permita reconstruir o passado.

A memória não é um fenômeno de interiorização individual, mas uma construção social e um fenômeno coletivo, sendo, muitas vezes, modelada pelos próprios grupos sociais. Para Bosi (1994), “a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo.” (BOSI, 1994, p. 54).

A fundamentação utilizada para tratar da categoria memória tem como base principal os estudos do teórico Halbwachs (2004) e Bosi (1994). Segundo os estudos desses pesquisadores, quando nos lembramos de fatos ocorridos no passado estes não são revividos como aconteceram, mas são reconstruídos pelos sujeitos que lembram com o olhar no presente.

Para trabalhar com as memórias das primeiras alunas dos cursos de formação da ACADEPOL/SC utilizei-me do recurso metodológico da História Oral temática, tendo em vista que o objetivo era analisar, através dos depoimentos, um determinado período histórico e as experiências vivenciadas nesse período. Sobre isso discorro na primeira parte deste trabalho, onde apresento o percurso metodológico realizado para o desenvolvimento desta pesquisa, envolvendo, além da fonte oral, a documental.

Nesse contexto, dentro da perspectiva histórica, busquei conhecer o processo de estruturação da polícia em diversos aspectos, pelas contribuições de alguns autores, dentre eles Marcos Rolim (2006), que traça considerações sobre as forças policiais na sociedade moderna e o seu papel na manutenção da ordem social até os dias atuais. Acrescento, por conseguinte, um entendimento mais direcionado à Polícia Civil, que atua como polícia judiciária nos estados brasileiros e baseia seu trabalho na investigação de delitos.

Busco discutir também o papel da mulher na profissão policial. Para tanto, fez-se necessário entender a história das mulheres. Foi por meio dos estudos da historiadora Michelle Perrot (1988, 1998), que encontrei subsídios para compreender a luta das mulheres na contemporaneidade, bem como a saída delas da esfera privada para a pública.

Michelle Perrot analisa a cidade como um espaço social, étnico e sexuado, que demarca o espaço público como masculino e o privado como feminino, ao mesmo tempo em que permite algumas transgressões a esse modelo, a partir das lutas cotidianas das mulheres. A partir dessa discussão, analisei as narrativas das mulheres policiais em um contexto de mulheres que atuam no espaço público, mas sem deixar de conciliar os cuidados com o lar, esposo e filhos/as, com a atuação em uma instituição masculinizada e com um ofício diverso ao esperado pela sociedade.

A categoria gênero foi sustentada pelas autoras Joan Scott (1995) e Guacira Lopes Louro (2011) que contribuíram, significativamente, para minhas análises, permitindo a compreensão de que o conceito de

gênero deve ser ampliado para além da discussão dos papéis sexuais e das funções que homens e mulheres desempenham na sociedade, pois existe uma pluralidade nas formas de existir, imbricadas no contexto sociocultural. Enquanto categoria de análise, o gênero se afasta da ênfase de determinismo biológico, assumindo uma perspectiva histórica e relacional dos sexos. (LOURO, 2011).

Assim, o que ocorre na Polícia Civil catarinense não pode estar dissociado do que ocorre na sociedade e, mais especificamente, o que as mulheres vivenciam nessa instituição não pode ser analisado de forma isolada da realidade das outras mulheres. Compreendo que os papéis desenvolvidos fora do ambiente institucional são também reproduzidos dentro das instituições, pois as duas esferas, interna e externa, estão circunscritas em determinado processo histórico-social.

Outro conceito estudado no âmbito da História da Educação, foi o da cultura escolar, essencial para nortear o entendimento de que é também nos espaços educacionais que se produzem modos de agir e pensar diferenciados. Viñao Frago (2000, p. 100) diz que a cultura escolar é “definida como um conjunto de idéias, princípios, critérios, normas e práticas sedimentadas ao longo do tempo das instituições educativas”, o que contribuiu para o entendimento de que o espaço onde ocorre a formação policial está imerso em um cultura própria, a qual envolve toda a dinâmica de uma instituição educacional.

A presente proposta de pesquisa concebe a ACADEPOL/SC como *locus* da formação, neste caso, das primeiras alunas. Foi neste espaço escolar que normas e práticas foram sendo, historicamente, construídas; definidoras dos conhecimentos que seriam ensinados e dos valores e comportamentos que seriam repassados, gerando o que se pode chamar de cultura escolar.

Para Dominique Julia (2001, p. 10), poder-se-ia descrever a cultura escolar como “um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”. Na ACADEPOL/SC, esses elementos (normas e práticas) também foram encontrados e constituem a base para análise das práticas que permitiram a transmissão de conhecimento, bem como a formação das policiais, inculcando condutas e valores.

Com a finalidade de apresentar os resultados deste estudo, o trabalho está organizado em quatro capítulos. No primeiro capítulo, intitulado: “Percurso metodológicos da pesquisa”, narro como foi o

processo de realização da coleta de dados com as mulheres policiais e o percurso metodológico para dar conta de realizar este estudo. É também nesse capítulo que as mulheres policiais são apresentadas.

No segundo capítulo, intitulado “A polícia na sociedade moderna e a Polícia Civil: a emergência da Academia da Polícia Civil de Santa Catarina”, apresento a trajetória da polícia na sociedade moderna e, posteriormente, a Polícia Civil no cenário internacional e nacional, apontando historicamente a hegemonia masculina nesse espaço. Na sequência, adentro na trajetória da Academia da Polícia Civil de Santa Catarina, concebendo-a como uma instituição educativa.

No terceiro capítulo, intitulado “A opção pela Polícia Civil: a inserção das primeiras mulheres na ACADEPOL/SC”, abordo a aparição das mulheres na vida pública na perspectiva de gênero e discorro sobre o ingresso das mulheres policiais na ACADEPOL/SC, para compreender as motivações que as levaram a ingressar nessa profissão.

No quarto e último capítulo, intitulado “Cultura Escolar: Processo de formação na ACADEPOL/SC e a atuação profissional”, discuto a cultura escolar a partir dos vestígios encontrados nos documentos que apresentam a arquitetura, as salas de aulas e a sala do diretor da ACADEPOL/SC, a fim de compreender o espaço de formação das primeiras alunas nessa instituição de ensino. Também nesse capítulo o processo de formação é apresentado sob a ótica das primeiras alunas. Com base nas informações coletadas nas entrevistas, delineadas pelas categorias iniciais elencadas: gênero, memória e cultura escolar, as informações foram discutidas e analisadas, ao passo que busco dar visibilidade ao processo de formação na perspectiva de gênero, sem perder o olhar para a trajetória profissional das participantes da pesquisa.

O presente estudo se mostra relevante para área da Educação e da História da Educação, pois se a História é o instrumento que possibilita compreender, explicar e interpretar os processos sociais construídos ao longo do tempo, entender o processo educativo existente no âmbito da ACADEPOL/SC e da Polícia Civil catarinense - considerando suas particularidades enquanto campo de pesquisa, refletindo as mudanças que homens e mulheres sofrem e provocam no meio onde vivem - é de extrema importância. Pensar a história nessa perspectiva enriquecerá a historiografia da História da Educação enquanto campo de pesquisa.

Por fim, serão apresentadas as considerações finais acerca dos resultados alcançados na pesquisa, que está vinculada ao Programa de

Pós-graduação em Educação da UNESCO, no âmbito da Linha de Pesquisa “Educação, Linguagem e Memória”, tendo como orientadora a professora Dr^a Giani Rabelo.

2 PERCURSOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Este capítulo tem como objetivo explicitar o itinerário desta pesquisa e o processo que resultou na análise dos dados. Inicialmente, trago algumas reflexões sobre o conceito de pesquisa qualitativa e também procuro dar visibilidade ao caminho percorrido na condição de pesquisadora. Fontes orais e documentais foram utilizadas na investigação, a partir da delimitação temporal do espaço escolhido e dos critérios de seleção das mulheres entrevistadas, bem como a efetivação da aproximação com elas. Com os referenciais teóricos envolvidos no estudo, procuro articular a história da educação e os conceitos de gênero, memória e cultura escolar. Por último, apresento as mulheres entrevistadas nesta pesquisa.

2.1 PERCURSO INVESTIGATIVO

Reflexões pontuais foram necessárias, a fim de problematizar, sob a perspectiva das relações de gênero, o processo de formação das primeiras alunas nos Cursos de Formação da ACADEPOL/SC que ingressaram entre os anos de 1967 e 1977, bem como suas trajetórias profissionais.

O que era tido como algo certo, por mim, passou a ser uma dúvida e esse duvidar serviu para compreender um pouco mais sobre o objeto de pesquisa, passando a observar com mais rigor a realidade que me propunha a investigar.

A dúvida quanto às minhas certezas promoveu a construção de novos conhecimentos. Esse processo foi intermediado pelo método científico, uma vez que “é no estudo dos fenômenos complexos que o pensamento científico prossegue sua instrução”. (BACHELAR, 1978, p. 326). Ainda para o autor:

A observação científica sempre é uma observação polêmica; confirma ou infirma uma tese anterior, um esquema prévio, um plano de observação; mostra demonstrando; hierarquiza as aparências; transcende ao imediato; reconstrói o real depois de ter reconstruído seus esquemas. (BACHELARD, 1978, p. 254).

A pesquisa qualitativa foi apontada como a forma mais adequada para problematizar o objeto deste estudo. Dados quantitativos, porém, também foram utilizados, quando necessários, para alcançar uma maior compreensão do cenário da pesquisa. Segundo Minayo (2003), a pesquisa qualitativa não necessita se ater aos aspectos de ordem numérica, mas deve abranger a totalidade do problema sob os seus mais variados aspectos, elegendo indivíduos cuja relevância em relação ao problema seja identificada.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2003, p. 22).

Como itinerário, defini que esta pesquisa teria como sujeitos as primeiras mulheres policiais que frequentaram os cursos de formação da ACADEPOL/SC que seriam entrevistadas e que o *lócus* desse estudo seria a própria academia, na primeira década de sua existência (1967-1977). Estabeleci três eixos teóricos: gênero, memória e cultura escolar, a fim de analisar e compreender os dados coletados.

Para Zago (2003), um itinerário de pesquisa é um caminho a ser trilhado e com o qual se aprende muito, pois se coloca em xeque “nossas verdades”, uma vez que descobertas são reveladas, tanto no encontro com os autores renomados e suas teorias, quanto com as fontes de pesquisa.

Além das entrevistas realizadas, também foram consultados documentos encontrados na Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, no Arquivo Público e, principalmente, na Academia de Polícia Civil de Santa Catarina, com vistas a compreender e contextualizar a questão a ser investigada, ou seja: problematizar, sob a perspectivas das relações de gênero, o processo de formação das primeiras mulheres nos Cursos de Formação da ACADEPOL/SC que ingressaram entre os anos de 1967 e 1977, bem como suas trajetórias profissionais.

No acervo documental existente na sede atual da ACADEPOL/SC, identifiquei relatórios de Cursos de Formação e de

capacitação realizados entre os anos de 1967 e 1977, bem como documentos comprobatórios do processo educacional. As informações extraídas desses documentos foram explicitadas e analisadas no decorrer do trabalho.

No processo de coleta de documentos, reuni fotografias de arquivos pessoais e institucionais que continham imagens significativas do processo de formação policial na ACADEPOL/SC. Assim, algumas fotografias foram cedidas, temporariamente, pela Academia de Polícia e outras pelas próprias entrevistadas.

As fotografias a mim confiadas foram digitalizadas e tratadas como documento nesta pesquisa. No decorrer das entrevistas, apresentava essas imagens para as entrevistadas que suscitavam lembranças, atuando como evocadores de memórias. Assim, a fotografia permite recriar a história, reler a realidade e provoca um movimento sem controle no ato de rememorar.

As fotografias contam histórias e revelam acontecimentos dos sujeitos e suas histórias de vida. Elas se confundem com a própria memória, evitando o esquecimento, garantindo a sua duração no tempo. Para Kossoy, “a imagem fotográfica tem múltiplas faces e realidades” (2002, p. 131). A primeira face é o visível, o que se vê impresso, imóvel no documento. A segunda realidade é o invisível, o que não podemos ver, mas podemos intuir. “[...] Não mais a aparência imóvel ou a existência constatada mas, também, e principalmente a vida das situações e dos homens retratados, desaparecidos, a história do tema e da gênese da imagem no espaço e no tempo”. (KOSSOY, 2002, p. 132).

Para Gil (1991), a pesquisa documental se valida através de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. O uso de documentos deve ser apreciado e valorizado, podendo ser ampliada a compreensão social na sua dimensão temporal, histórica e cultural.

O/a pesquisador/a deve fazer questionamentos ao documento, olhando-o de forma ampliada e somente dessa forma ele deixa de ser um simples documento e passa a ser tratado como um documento histórico, caso contrário, é só mais um indício. Para Le Goff (2003, p. 545), todo documento tem em si um caráter de monumento, pois “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder”.

Embora com poucos documentos coletados na própria ACADEPOL/SC, foi possível penetrar nos meandros dessa instituição de ensino, e por meio dos documentos que testemunham a história da instituição, reunir vestígios a fim de reconstruir alguns aspectos da sua história.

Para entender a história como uma construção da experiência do passado, busquei reconstituir um tempo pretérito a partir dos traços deixados e depois interpretá-lo e narrá-lo. A tarefa de pesquisador/a não é algo simples, pois, para compreender a história temos que lidar com os fragmentos e vestígios que foram deixados ao longo dos anos e reconstituí-los com o que encontramos. Segundo Pesavento (2005, p. 42), “a rigor, o historiador lida com uma temporalidade escoada, com o não-visto, o não-vivido, que só se torna possível acessar através de registros e sinais do passado que chegam até ele”.

No intuito de reconstruir o passado é que o cruzamento das fontes analisadas foi de suma importância para o alcance dos objetivos da pesquisa. Quanto maior o número de fontes e mais variadas, mais possibilidades surgirão para o/a pesquisador/a se aproximar do seu objeto. Sobre esse aspecto, Lopes e Galvão (2001, p. 93) enfatizam: “um trabalho é mais rico e mais confiável quanto maior for o número e tipos de fontes a que se recorreu e com maior rigor tenha sido exercido o trabalho de confronto entre elas”. O cruzamento de fontes também auxilia no controle da subjetividade do/a pesquisador/a. Nesta pesquisa, além dos documentos coletados, também foram realizadas entrevistas.

O estudo aqui proposto segue, ainda, a perspectiva histórica. Lopes e Galvão (2001, p. 16), afirmam que ler o mundo, na perspectiva histórica, exige “disposição radical para ler, ver, ouvir e contar... o outro”. Assim, buscando estabelecer um lugar no campo da História da Educação, área essa em que muitos estudos, em diferentes perspectivas, estão sendo realizados, em que se observa certa prevalência de pesquisas que se debruçam sobre o espaço escolar convencional, direciono meus estudos para um espaço pedagógico diferenciado, não restrito à escola formal, mas um espaço pedagógico que contempla as mesmas potencialidades educativas do ambiente formal de educação, voltado, porém, para a formação/capacitação/profissionalização de policiais civis, ou seja, uma Escola de Polícia.

Para dar início ao trabalho investigativo, pressupõe-se que verdades definitivas não existem e que a história, enquanto ciência, deve se pautar nas múltiplas narrativas para que, com isso, se possa tecer e reconstituir as diversas histórias. Nesse sentido, para intensificar minhas

aproximações em relação ao objeto de pesquisa é que, além da pesquisa documental como procedimento metodológico, utilizei a História Oral.

2.2 A ESCOLHA DA HISTÓRIA ORAL COMO METODOLOGIA

Ao utilizar a metodologia da história oral para esta investigação escolhi dirigir o foco de interesse para as versões daqueles/daquelas que participaram ou testemunharam as questões do objeto desta pesquisa. Para tanto, conforme Alberti (1989), a escolha do método depende intrinsecamente do tipo de questão colocada ao objeto de estudo, bem como “depende das condições de se desenvolver a pesquisa: não é apenas necessário que estejam vivos aqueles que podem falar sobre o tema, mas que estejam disponíveis e em condições (físicas e mentais) de empreender a tarefa que lhes será solicitada.” (ALBERTI, 1989, p. 30).

Nesta trajetória fui ao encontro das reflexões de Meihy (2005, p. 17), quando ele afirma que a história oral “é um recurso moderno usado para elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. Ela é sempre uma história do ‘tempo presente’ e também reconhecida como ‘história viva’”. Portanto, utilizar a história oral como pressuposto para a reconstituição de acontecimentos e experiências, sejam elas individuais, coletivas ou de instituições, “implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. É isso que marca a história oral como ‘história viva’”. (MEIHY, 2005, p. 19).

Por sua vez, a História Oral também é vista como metodologia inovadora por seus objetos, pois dá atenção especial aos silenciados e excluídos da história cotidiana e da vida privada, como as mulheres, por exemplo. Para Ferreira e Amado (2000, p. 16), “a História Oral seria um espaço de contato e influências interdisciplinares; sociais, em escalas e níveis locais e regionais, com ênfase nos fenômenos e eventos que permitam, através da oralidade, oferecer interpretações qualitativas de processos histórico-sociais.”

Para anular as fronteiras da teoria e prática, cuidados metodológicos são essenciais e o aspecto de transformação no sentido amplo é imperioso na utilização da História Oral. A transformação acontece na passagem do oral para o escrito. Segundo Meihy (2005), isso se dá em dois momentos, o primeiro quando temos a prática imediata do que foi dito para o escrito, a transcrição das entrevistas. O outro momento, em que se pensa no processo de História Oral como transformação de circunstâncias, seria a transcrição.

Meihy (2005) categoriza a História Oral em três tipos principais: História Oral de Vida, História Oral Temática e Tradição Oral. A História Oral de Vida trata da narrativa de experiência de vida de uma pessoa, cujas experiências e trajetórias são analisadas e significativas para a compreensão de eventos, práticas culturais e interações entre percursos individuais e coletivos. Por sua vez, a História Oral Temática e Tradição Oral referem-se à pretensão de estudo sobre uma temática específica, muito próxima da etnografia, dando ênfase à história e às práticas sociais de comunidades específicas, buscando detalhar o cotidiano de um grupo e/ou visão de mundo de um determinado grupo de pessoas. (MEIHY, 2005).

Neste estudo, utilizei a História Oral Temática que permitiu que as primeiras mulheres que vivenciaram o processo de formação, quando do ingresso na Polícia Civil, pudessem se pronunciar, contando, em suas próprias perspectivas, a história que, certamente, ficou esquecida, ou melhor, à margem da história oficial.

Os documentos orais possibilitaram o trabalho com as memórias, informações ausentes nos documentos escritos que serviram para abrir portas a outras perspectivas. Trabalhar com memória é também ressignificar a história dos sujeitos envolvidos, pois “na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado”. (BOSI, 1994, p. 55). Nesse sentido, na coleta de dados, não concebi o trabalho de campo como um espaço de comprovação, mas como um ponto de partida na busca de vestígios empíricos com a finalidade de aprimorar a pesquisa.

A História Oral tem sido considerada pelas pesquisas atuais nas Ciências Humanas e Sociais como um campo teórico-metodológico que possui o compromisso de desmistificar a visão de uma história utilizada apenas na ausência de documentos escritos ou com prevalência do registro biográfico de pessoas/personalidades consideradas importantes, rompendo com a postura hierárquica presente na sociedade, que enaltece algumas pessoas e exclui outras. Trata-se de uma metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea.

Foi a partir das vozes das mulheres policiais entrevistadas, na condição de sujeitos sociais de uma dada instituição, é que percebo significados em cada memória particular vivenciada por elas no processo de formação e atuação na carreira policial.

2.3 SELEÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA E AS ENTREVISTAS

Para eleger os sujeitos desta investigação cotejei várias informações. A primeira providência foi realizada no dia 01/08/2011, quando encaminhei um requerimento para a gerente do Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina – SSP/SC, solicitando a relação das mulheres que ingressaram na Polícia Civil até o ano de 1977.

Duas semanas após o envio do requerimento, obtive a resposta contendo uma lista oficial⁴ com 75 nomes de mulheres policiais, matrícula, data de admissão e, ainda, a informação sobre a condição de atuação no quadro funcional (se permaneciam “na ativa”) ou já estavam aposentadas (inativas). Cabe ressaltar que a lista recebida não especificava as mulheres já falecidas e/ou as que pediram exoneração do cargo/função ao longo da carreira.

Três critérios para a seleção das mulheres que seriam entrevistadas foram definidos: policiais que frequentaram os cursos de formação da ACADEPOL/SC de 1967 a 1977; que estivessem na ativa, ou seja, ainda no exercício de suas funções policiais; e que tivessem frequentado cursos de formação em anos diversos. Dentre os 75 nomes encaminhados pelo Setor de Recursos Humanos da SSP/SC, constatei que 61 delas estavam aposentadas. Desse modo, restaram 14 mulheres.

Importante informar que não foi possível entrevistar mulheres policiais que ingressaram nos anos de 1967, 1968, 1969 e 1975. Nos de 1967, 1968 e 1975 não houve oferta de Curso de Formação, apenas Curso de Aperfeiçoamento. Com relação ao ano de 1969, todas as mulheres elencadas na lista já estavam aposentadas. Assim, foram selecionadas na lista mulheres que frequentaram os cursos de formação nos anos de 1970, 1971, 1972, 1973, 1974, 1976 e 1977.

No ano de 1970, a única mulher que ainda estava no exercício da função foi selecionada para entrevista. No ano de 1971, duas mulheres continuaram na ativa e participaram da pesquisa. Já no ano de 1972, havia três mulheres ainda no exercício da função e optou-se por escolher

⁴ Cabe dizer, que ao analisar a lista recebida do Setor de Recursos Humanos, observou-se que a grande maioria das mulheres policiais que ingressou na polícia nesse período já está aposentada, outras mulheres pediram exoneração da instituição ou mesmo já estão falecidas.

uma mulher do cargo de Delegada de Polícia, uma vez que essa entrevistada é também a primeira Delegada de Polícia do Estado Santa Catarina. Nos anos de 1973 e 1974, as únicas policiais na ativa, referente a cada um desses anos, participaram da pesquisa, uma vez que as demais já estavam aposentadas. Do ano de 1976, constavam na lista quatro mulheres e a opção de escolha recaiu sobre aquela policial que atua na região de Criciúma, face a minha proximidade geográfica, bem como do programa de pós-graduação. Por fim, no ano de 1977 também havia opções de escolha e optei por entrevistar mais uma policial do cargo de Delegada de Polícia, que na hierarquia policial é o maior posto. Ao final dessa delimitação, pude contar com quatro Agentes de Polícia, duas Escrivãs de Polícia e duas Delegadas de Polícia, totalizando oito mulheres a serem entrevistadas.

A partir do “ritual” metodológico, fiz um primeiro contato com as entrevistadas por mensagem eletrônica (*e-mail*). No entanto, apenas uma delas me respondeu, se mostrando interessada em participar. Recorri ao meio telefônico e as sete restantes concordaram em conceder entrevista para a pesquisa.

Nesse primeiro contato, identifiquei-me e repassei informações básicas sobre o projeto de pesquisa e os objetivos, bem como mapeei os locais onde essas mulheres estavam trabalhando e consultei-as sobre a possibilidade de participarem do estudo. Observei, durante a conversa por telefone, que houve interesse em participar da investigação, mas, ao mesmo tempo elas apresentavam muitas dúvidas naquele momento, pois perguntavam sobre a finalidade do estudo, o que eu fazia, onde eu trabalhava e para que serviriam essas informações.

Tive de agir no sentido de sensibilizá-las para participarem da pesquisa, chamando a atenção para a importância de suas vivências e para o valor de suas experiências, na tentativa de convencê-las efetivamente. Muitas dúvidas me surgiram sobre a aceitação desta pesquisa e essas inquietações só foram amenizadas quando as oito mulheres policiais contatadas aceitaram participar das entrevistas.

Posso considerar como aspecto facilitador desta pesquisa o fato de que as oito entrevistadas trabalhavam e moravam relativamente próximas da pesquisadora, sendo que seis eram da região de Florianópolis, uma de Criciúma e a mais distante delas residia na cidade de Navegantes.

A tarefa seguinte foi de realizar as entrevistas e, para tanto, um roteiro semi-estruturado, que está disponível no Apêndice A, foi elaborado.

Para Triviños (2010, p. 146), a entrevista semi-estruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que interessam ao tema da pesquisa. Os questionamentos oferecem um amplo campo de informações, oriundas das respostas dos/as entrevistados/as e auxiliam na elaboração dos conteúdos da pesquisa. Complementa o autor que a entrevista semi-estruturada “favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade”, além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações. (TRIVIÑOS, 2010, p. 152).

A partir de um roteiro o/a entrevistador/a não pode ficar refém das perguntas elaboradas antecipadamente à coleta, principalmente porque uma das características da entrevista semi-estruturada é a possibilidade de fazer outras perguntas na tentativa de compreender a informação que está sendo dada ou mesmo a possibilidade de indagar sobre questões momentâneas à entrevista, que parecem ter relevância para aquilo que está sendo estudado.

Nesse sentido, o roteiro foi organizado para nortear o diálogo entre a pesquisadora e as pesquisadas que se orientou pelo levantamento de dados sobre quatro categorias: opção pela carreira, formação na academia, trajetória pessoal e atividade profissional. A categorização concretiza a imersão do pesquisador nos dados e a sua forma particular de agrupá-los segundo a sua compreensão. Para Szymanski (2010, p. 75), “diferentes pesquisadores podem construir diferentes categorias a partir do mesmo conjunto de dados, pois essa construção depende da experiência pessoal, das teorias do seu conhecimento e das suas crenças e valores”.

A partir do estabelecimento de categorias houve um alargamento das fontes utilizadas que denominaram aspectos comuns na experiência das mulheres entrevistadas. Diante disso, passei a olhar para os documentos dentro de uma lógica narrativa, dando suporte às questões que norteavam o presente estudo.

Ao entrevistar um sujeito concretizamos um encontro interpessoal, onde há algo a ser conhecido, desvendado e tematizado. Para Szymanski (2010, p. 12), “quem entrevista tem informações e procura outras, assim como aquele que é entrevistado também processa um conjunto de conhecimentos e pré-conceitos sobre o entrevistador, organizando suas respostas para aquela situação”.

As entrevistas desta pesquisa aconteceram nos meses de fevereiro e março de 2012 e foram realizadas, na sua totalidade, nas delegacias de

polícia onde as entrevistadas desempenham a função policial, em horário de expediente, previamente agendado. Algumas interferências externas foram observadas durante a coleta de dados, como interrupções para atendimentos ao telefone, além de entradas e saídas de outros/as policiais na sala onde a entrevista se efetivou, o que entendi como normal, em função de que elas estavam em horário regular de trabalho.

As entrevistas duraram, em média, sessenta minutos e foram gravadas com autorização prévia das entrevistadas, após terem sido informadas sobre a intenção do estudo, bem como sobre os objetivos e finalidades. Poucas foram as dificuldades enfrentadas na realização das entrevistas, talvez pelo fato desta pesquisadora pertencer ao quadro policial, o que certamente facilitou o acesso às delegacias, bem como às envolvidas.

No entanto, cabe uma reflexão sobre a preferência das entrevistadas em prestar suas informações no local de trabalho e no horário de expediente. Esse fato pode ter servido como inibidor das suas lembranças, uma vez que observei certa formalidade, falas mais cuidadosas e, certamente, informações resguardadas e veladas em função do próprio ambiente.

Um aspecto marcante na realização da coleta de dados foi a percepção de que as entrevistadas aguardavam ansiosas pelo horário previamente agendado com a pesquisadora. Há de se registrar que todas demonstraram interesse e motivação para prestar seus depoimentos e falar sobre as questões abordadas.

É notória a possibilidade de que os sujeitos, ao serem entrevistados, selecionem o que vai ser lembrado de maneira a fazer relação com o seu passado, dando legitimidade para suas histórias no presente. Segundo Thomson (1997, p. 57):

O processo de recordar é uma das principais formas de nos identificarmos quando narramos uma história. Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser [...]. Assim, podemos dizer que nossa identidade molda nossas reminiscências; quem acreditamos que somos no momento e o que queremos ser afetam o que julgamos ter sido.

É no tempo presente que o passado é reconstruído, pois é no hoje que a elaboração da memória acontece, como forma de responder aos questionamentos e inquietações deste tempo. Nesse sentido, a entrevista se torna um momento reflexivo e de organização de ideias, podendo constituir-se na construção de um novo conhecimento, pois acaba por colocar o/a entrevistado/a diante de um pensamento organizado, muitas vezes de forma inédita até para ele/a mesmo/a. (SZYMANSKI, 2010).

Após a etapa da entrevista, deu-se o momento da transcrição na íntegra e, posteriormente, houve o processo de transcrição, a fim de corrigir eventuais problemas gramaticais e vícios da própria linguagem oral. Para Meihy (2005, p. 10), “‘transcriar’ é obedecer ao ritual de passagem de um registro à análise, e isto se dá na totalidade do processo, inclusive com a devolução pública do que se buscou estudar”.

A etapa seguinte consistiu-se do retorno das entrevistas transcritas para as entrevistadas, permitindo que elas pudessem avaliá-las e autorizar a sua utilização por meio de um Termo de Consentimento (Apêndice B).

Ao fazer a devolutiva das entrevistas, houve um novo contato por telefone e, posteriormente, fui pessoalmente a cada entrevistada devolver suas informações impressas e, mais uma vez, expliquei detalhadamente como utilizaria as informações por elas prestadas. Após a devolução as entrevistadas assinaram o Termo de Consentimento.

Naquele momento, a maioria das entrevistadas, ao receber o texto transcrito, rapidamente o leram e assinaram. Apenas uma das entrevistadas preferiu levar o texto para casa para lê-lo com calma e depois assinar. Assim, após a leitura minuciosa, solicitou que fossem alteradas algumas palavras e expressões manifestas na entrevista que ela entendeu que eram “muito fortes”, pois se referiam à época da ditadura, preferindo que fossem retiradas para não melindrar outras pessoas do contexto.

As oito entrevistadas autorizaram a divulgação de suas narrativas, bem como suas identificações, entretanto, uma delas não autorizou a divulgação de seu nome. Assim, quando houver necessidade de referenciar essa policial especificamente, ela será identificada pelo pseudônimo de “Joana”.

Finalmente, ocorreu a edição das oito entrevistas, etapa que consistiu na retirada das falas das entrevistadas e a entrevista passou a ser organizada por temas para facilitar meu entendimento e propiciar que as categorias propostas no início do trabalho pudessem ser analisadas.

Desse modo, com disposição para entrecruzar os documentos encontrados no *locus* da pesquisa, com os vestígios coletados nas histórias das primeiras alunas que participaram dos Cursos de Formação Inicial, e imersa em indagações do presente, é que pude ler o cenário de investigação, com dispositivo de historiadora.

Nesse viés, a dinâmica pesquisadora - narrador/a é mediada no trabalho de história oral pela construção social da memória, já que a memória passa a ser concebida como construção social, enquanto a história pode ser traduzida pelo modo que uma cultura lida com a representação de seu próprio passado e isso perpassa por transformações e mudanças.

Na sequência, apresento as narradoras desta pesquisa, tendo a observação da memória como um movimento no contexto da pesquisa, pois entendo que a qualquer momento podemos lembrar, esquecer e reinventar aspectos de nosso passado pessoal e coletivo, pois nossa memória permite-nos tanto lembrar quanto esquecer.

2.4 O MOVIMENTO DA MEMÓRIA E A APRESENTAÇÃO DAS MULHERES DESTA PESQUISA

A partir do momento que passei a ter contato com as entrevistadas fui atravessada por vários sentimentos. Fiquei feliz por ter a oportunidade de conhecê-las e estabelecer uma aproximação, nesse processo fui sendo enredada por suas histórias.

Ao perceber que o passado está relacionado ao presente, formando um conjunto de experiências indissociáveis, um novo significado ao objeto desta pesquisa precisou ser delineado, pois percebi que estava envolvida com as histórias de vida das entrevistadas, afinal de contas, também me sinto parte dessa história, enquanto mulher policial. Encontrei eco para minhas reflexões em Bosi (1994, p. 38), quando ela comenta sobre sua investigação:

Uma pesquisa é um compromisso afetivo, um trabalho ombro a ombro com o sujeito da pesquisa. E ela será tanto mais válida se o observador não fizer excursões saltuárias na situação do observado, mas participar de sua vida. [...] Pois nessa pesquisa fomos ao mesmo tempo sujeito e objeto. Sujeito enquanto indagávamos, procurávamos saber. Objeto quando ouvíamos, registrávamos, sendo como que um instrumento

de receber e transmitir a memória de alguém, um meio de que esse alguém se valia para transmitir suas lembranças.

Da mesma forma, senti que as memórias das entrevistadas se misturavam com minhas próprias lembranças e pude perceber que quando evocamos a memória de um grupo específico contribuímos para as reflexões e construção de identidades, pois as experiências estão integradas umas com as outras.

No decorrer das entrevistas, o trabalho transcorreu com a memória individual de cada entrevistada, no entanto, suas lembranças se entrelaçavam com as histórias das outras participantes e assim foi-se constituindo uma memória coletiva, uma vez que a pesquisa tinha como tema central o ingresso no curso de formação policial e todas as entrevistadas vivenciaram, em turmas diferentes e anos diferentes, essa experiência. Para Halbwachs (2004), a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, posto que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo.

Sobre a ideia de recorrer à memória neste trabalho e tratá-la como espaço onde ficam registradas as lembranças e que podem ser expandidas quando em contato com outras lembranças, concordo com Bosi, quando ela afirmar que:

A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, “tal como foi”, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. (1994, p. 55).

Com esse entendimento, busquei nas memórias das mulheres entrevistadas uma relação entre suas histórias de vida e os segmentos da sociedade, como a família, a escola, igreja, e, principalmente, com a profissão. Nesse processo, fui entrelaçando os acontecimentos narrados pelas entrevistadas com a história encontrada nos documentos da ACADEPOL/SC, gerando um processo de ressignificação das suas memórias.

Cabe lembrar que o tempo de reconstrução do passado é o tempo presente, sendo necessário levar em conta que os indivíduos não relatam

tudo sobre suas trajetórias, em qualquer lugar e a qualquer tempo, nem para qualquer pessoa, levando-se em conta que, na maioria das vezes, o sujeito não assume tudo sobre si e nem para si mesmo. (SATURNINO, 2005).

Um dos cuidados necessários no trabalho com depoimentos orais e com as narrativas das memórias é respeitar o movimento das lembranças. No caso das entrevistadas, identifiquei que uma lógica narrativa foi criada por elas para recompor suas histórias, o que denota que podem existir outras compreensões, sugerindo dúvidas sobre essa memória.

Com esse entendimento, analisei as narrativas das oito entrevistadas, tendo como proposta reconstruir suas experiências nos cursos de formação policial, partindo dos indícios encontrados em suas lembranças e nos documentos, mas sem a preocupação de contar a verdadeira história.

As policiais que fizeram parte dessa pesquisa serão apresentadas no quadro que segue, e aspectos individuais das histórias de vida de cada uma delas, serão abordados, a fim de contextualizar a sua inclusão na instituição policial.

Importante lembrar que, ao longo dos anos, as carreiras policiais sofreram alterações, algumas mudaram de nomenclatura, como é o caso do cargo de Escriurário e Comissário, que atualmente é denominado de Agente de Polícia Civil. Outras carreiras foram extintas do quadro funcional, como é caso do cargo de Sistema de Informação e Agente Fiscal.

Quadro 1: Mulheres policiais entrevistadas

| Nome da entrevistada | Carreira de ingresso na ACADEPOL/SC | Ano de ingresso |
|--|-------------------------------------|-----------------|
| Joana ⁵ | Escriturária | 1970 |
| Sonia Maria Vieira ⁶ | Agente Fiscal | 1971 |
| Neli Lucia de Medeiros ⁷ | Escriturária | 1971 |
| Lúcia Maria Périco ⁸ | Delegada de Polícia | 1972 |
| Odete Besen Formighieri ⁹ | Comissária de Polícia | 1973 |
| Maria Raquel da Silva ¹⁰ | Escrivã de Polícia | 1974 |
| Darci Maria Waltrich ¹¹ | Escrivã de Polícia | 1976 |
| Maria de Fátima de Souza Ignácio ¹² | Sistema de Informações | 1977 |

Fonte: Organizada pela autora com dados das entrevistadas.

A primeira mulher na lista das entrevistadas preferiu que seu nome não fosse divulgado nesta pesquisa, sendo referenciada pelo nome fictício de “Joana”. Natural de Florianópolis, ingressou na Polícia Civil no ano de 1970, à época como Escriturária, e atualmente ocupa o cargo de Agente de Polícia Civil. Atua na instituição há 42 anos, é divorciada e tem um filho. Antes de ingressar na carreira policial trabalhou em

⁵ Joana. Nasceu em 1948. Entrevista concedida à Maria Aparecida Casagrande, em 01/03/2012, em São José/SC.

⁶ Sonia Maria Vieira. Nasceu em 22/04/1950. Entrevista concedida à Maria Aparecida Casagrande, em 01/03/2012, em Florianópolis/SC.

⁷ Neli Lucia de Medeiros. Nasceu em 26/06/1950. Entrevista concedida à Maria Aparecida Casagrande, em 29/02/2012, em Palhoça/SC.

⁸ Lúcia Maria Perico. Nasceu em 08/12/1947. Entrevista concedida à Maria Aparecida Casagrande, em 02/03/2012, em Florianópolis/SC. Atualmente a Delegada de Polícia assina pelo nome de Lúcia Maria Stefanovich.

⁹ Odete Besen Formighieri. Nasceu em 12/11/1950. Entrevista concedida à Maria Aparecida Casagrande em 29/02/2012, em Florianópolis/SC.

¹⁰ Maria Raquel da Silva. Nasceu em 26/01/1949. Entrevista realizada em 13/03/2012 no setor de Recursos Humanos – Florianópolis/SC.

¹¹ Darci Maria Waltrich. Nasceu em 27/07/1949. Entrevista concedida à Maria Aparecida Casagrande, em 04/05/2012, em Criciúma/SC.

¹² Maria de Fátima de Souza Ignácio. Nasceu em 04/03/1954. Entrevista concedida à Maria Aparecida Casagrande, em 14/03/2012, em Navegantes/SC.

uma farmácia e foi professora, fez curso Normal, mas quando soube do concurso público para Polícia Civil decidiu candidatar-se.

Sua entrevista aconteceu na Delegacia de Polícia Civil de São José, onde trabalha. Marcamos antecipadamente o encontro e ela sugeriu o horário das 19:00 horas, alegando que a entrada e saída de pessoas é menor, facilitando a conversa. Fui bem recebida, observei que estava sendo esperada e logo na chegada fui apresentada aos seus/suas colegas de trabalho e à Delegada de Polícia, dizendo a todos com exaltação que iria participar de uma entrevista sobre sua trajetória profissional.

Sonia Maria Vieira é natural de Canoinhas/SC, ingressou no cargo de Agente Fiscal no ano de 1971 e, atualmente ocupa o cargo de Agente de Polícia Civil. Está há 41 anos na profissão, atualmente é divorciada e não tem filhos. Quando ingressou na Polícia Civil já morava em Florianópolis e sua primeira lotação foi na cidade de Joinville, somente depois de dois anos retornou para trabalhar na Capital do Estado, local onde está até hoje, trabalhando em uma Diretoria de Polícia.

Logo de início, apresentou sua colega que trabalha na mesma sala. Sentamos em uma poltrona próxima à janela, que me pareceu ter sido arrumada para que a conversa acontecesse mais reservada. Num dado momento, sua colega interferiu na entrevista, querendo também contar coisas de sua trajetória e Sonia foi enfática em dizer, olhando para sua colega: “Ela está aqui para ouvir a minha história” e emocionou-se ao relatar que foi a primeira mulher policial a trabalhar na cidade de Joinville, sendo, inclusive, homenageada por esse fato no mês de Setembro de 2012, no XXIII Encontro da Mulher Policial Civil Catarinense¹³.

Neli Lúcia de Medeiros nasceu em Florianópolis e logo após seu nascimento foi com familiares para o Rio de Janeiro/RJ, onde viveu até sua adolescência. No ano de 1971, retornou a Florianópolis, quando

¹³ O Encontro da Mulher Policial Civil Catarinense é um evento que acontece há 23 anos e, em cada edição, anual, é realizado em uma das regiões do estado, reunindo as mulheres policiais civis de Santa Catarina e propõe-se a promover a integração, a interação, a reflexão crítica e a discussão de assuntos relacionados à Polícia Civil e à Segurança Pública catarinense, sob a ótica da Mulher Policial. Em 2013, o evento acontecerá entre os dias 20 e 22 de setembro, na cidade de Araranguá/SC, região policial onde esta pesquisadora exerce suas funções.

prestou concurso público para Escrivã, depois de três anos passou para o cargo de Comissária de Polícia¹⁴, cargo com atribuições mais operacionais, pois disse que esse cargo combinava mais com o que gostava de fazer na polícia que é “andar atrás da bandidagem¹⁵”.

Há 41 anos na profissão, Neli é viúva e tem um filho, atualmente exerce suas funções na Delegacia da Comarca de Palhoça/SC, auxiliando os policiais em atendimentos de ocorrências e entrega de documentos no fórum. Fui levada por ela para uma sala reservada, onde a entrevistei, por mais de duas horas, com base no roteiro da entrevista. Neli vibrava ao relatar sua trajetória profissional e observei que o fato de ter sido escolhida para fazer parte desta pesquisa lhe deixou muito satisfeita.

Lúcia Maria Stefanovich, natural de Lauro Muller/SC, foi com os pais residir em Florianópolis, onde se graduou no curso de Direito e, no mesmo ano que concluiu sua graduação, passou no concurso público para o cargo de Delegada de Polícia, em 1972. Nesse cargo atua há 40 anos e diz que só vai se aposentar quando completar 70 anos de idade, em função da aposentadoria compulsória. Atualmente é divorciada e tem quatro filhos.

A Delegada Lúcia foi a primeira Delegada de Polícia Civil de Santa Catarina e, ao que tudo indica, a primeira do Brasil¹⁶, atuou em várias delegacias, tendo sido, inclusive, nomeada para o cargo de Secretária de Segurança Pública, no período de 1995 a 1998.

¹⁴ A partir do ano de 2009, o cargo Comissário de Polícia foi incorporado ao atual cargo de Agente de Polícia Civil. Após a reformulação dos cargos e salários pela Lei Complementar 459/2009, os cargos de Comissário de Polícia, Inspetor de Polícia, Investigador Policial e Escrevente Policial passaram a denominar-se de Agentes de Polícia Civil.

¹⁵ Neli Lúcia de Medeiros. Entrevista citada.

¹⁶ Em pesquisa na internet sobre a primeira delegada de polícia do país, informações apontam Margarida Maria Borges de Carvalho, nessa situação. Porém, consta que ela teria tomado posse em 07/06/1973, no estado do Ceará, conforme se encontra disponível em http://www.ceara.pro.br/fatos/MenuHistoriaVerbete.php?pageNum_leituraslecao=2654&totalRows_leituraslecao=31932). No entanto, os dados coletados no Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, indicam que a Delegada Lúcia Maria Stefanovich tomou posse em 26/09/1972, o que confere a ela o posto de primeira Delegada de Polícia do Brasil.

Sua entrevista foi realizada no amplo gabinete em que trabalha, na 5ª Delegacia de Polícia¹⁷, que fica localizada no Bairro Agrônômica, Florianópolis/SC. A entrevista transcorreu com muita objetividade, com respostas curtas e com certa formalidade, o que foi quebrado quando passou a falar de seus familiares e apresentar as fotografias dos/as filhos/as e netos/as que decoram sua sala. Por fim, ressaltou várias vezes “que pode ter alguém que goste da profissão, mas mais que ela não¹⁸”.

Odete Besen Formighieri, natural de Antonio Carlos/SC, era professora substituta quando prestou concurso público, em 1973, para o cargo de Comissária de Polícia. À época foi a única mulher de sua turma de Comissários/as, mas lembra que já havia outras mulheres na polícia. Atualmente, trabalha no arquivo da 1ª Delegacia de Florianópolis, mas já atuou em várias outras delegacias e está há 40 anos na instituição, ressaltando que só vai se aposentar quando for obrigada. Odete é casada e tem uma filha.

Sua entrevista foi realizada em sua sala, local onde também fica o arquivo. Mostrou-me orgulhosamente os documentos arquivados por ela, enfatizando que é muito útil no que faz e que não quer se aposentar, inclusive reclama que os colegas sugerem sua saída, mas ela os responde dizendo: “a vaga é minha, passei num concurso público, vou ficar até quando eu quiser¹⁹”.

Maria Raquel da Silva é natural de Laguna/SC e lá residia quando veio prestar concurso público na cidade de Florianópolis para o cargo de Escrivã de Polícia, no ano de 1974. Após passar pelo Curso de Formação na ACADEPOL/SC, foi trabalhar na cidade de Urussanga/SC, ficando lá por dois anos e lembra ter sido a primeira mulher naquela delegacia. Nunca casou e não tem filhos. Atualmente, trabalha no Setor de Recursos Humanos e está na profissão há 39 anos.

Sua entrevista aconteceu no horário de expediente e fomos conversar na sala de café que fica ao lado da sala onde Raquel e vários/as de seus/suas colegas trabalham. Durante a entrevista houve

¹⁷ Em cidades onde há mais de uma delegacia por norma da instituição, elas são organizadas numa sequência ordinal. No caso, as Delegacias de Polícia de Florianópolis seguem como: a 1ª Delegacia de Polícia, a 2ª Delegacia de Polícia e assim por diante.

¹⁸ Lúcia Maria Stefanovich. Entrevista citada.

¹⁹ Odete Besen Formighieri. Entrevista citada.

muitas interferências daqueles que entravam e saíam para tomar um café, mas, apesar das interrupções, Raquel calmamente retornava à conversa.

Darci Maria Waltrick, natural de Jaguaruna/SC, passou no concurso público para o cargo de Escrivã de Polícia no ano de 1975, ingressando na instituição em 1976. Antes disso, era professora primária. Atuou na cidade de Joaçaba/SC e depois foi transferida para a cidade de Criciúma, onde atua há vários anos. É viúva e tem três filhos.

Sua entrevista foi no setor onde trabalha na cidade de Criciúma, e naquele dia estava sozinha em sua sala. Em função da entrevista, trancou a porta e conversamos calmamente por duas horas sobre os seus 37 anos de profissão.

A Delegada de Polícia Maria de Fátima de Souza Ignácio é natural de Blumenau, mas viveu toda sua adolescência em Itajaí com suas tias, uma vez que a mãe faleceu quando tinha apenas doze anos. Relata que “era uma rata de praia em Itajaí²⁰,” quando ingressou na polícia no cargo de Sistema de Informações, cargo esse criado face à Ditadura Civil Militar. Relatou-nos que com o término do período ditatorial, o cargo foi extinto e ela foi remanejada para outros cargos dentro da instituição. No ano de 1995, prestou concurso para o cargo de Delegada de Polícia, atuando em várias delegacias. Atualmente, está lotada na Delegacia de Polícia de Navegantes/SC.

Durante a entrevista, muitos policiais entravam, pegavam coisas e saíam de sua sala, ocasionando várias interferências, mas a Delegada Maria de Fátima, de forma bem humorada, relatou sua trajetória com muitas risadas e descontração.

É interessante ressaltar que as entrevistadas demonstraram muita disposição em narrar suas trajetórias, como se o exercício da lembrança fosse prazeroso para elas, o que me reporta aos estudos de Bosi (1994, p. 68), quando a autora afirma que “a narração da própria vida é o testemunho mais eloqüente dos modos que a pessoa tem de lembrar. É a sua memória”.

Ao narrarem suas trajetórias, as oito entrevistadas trazem à tona suas similaridades, mas também suas singularidades. Ao mesmo tempo que tinham em comum o fato de serem mulheres e terem ingressado na Polícia Civil na década de 1970, suas histórias eram singulares, pois

²⁰ Maria de Fátima de Souza Ignácio. Entrevista citada.

pertenciam a classes sociais diferentes, eram oriundas de regiões e famílias distintas, tinham funções diversas, enfim, pertenciam a contextos totalmente diversos. Elas ingressaram em uma instituição hegemonicamente masculina e construíram, a partir de suas singularidades, suas próprias histórias. Nesse cenário, elas contaram suas trajetórias percebendo-se como sujeitos da ação, dando um novo sentido para o vivido, ou seja, ressignificando e construindo-reconstruindo a própria identidade, num movimento de constante transformação.

A mudança de olhar sobre a realidade investigada requer um aprofundamento teórico. Para tanto, a teoria deve vir entrelaçada com a empiria. Início a discussão no capítulo que segue, contextualizando a Polícia na sociedade moderna, a Polícia Civil no Brasil e em Santa Catarina e a emergência da ACADEPOL/SC.

3 A POLÍCIA NA SOCIEDADE MODERNA E A POLÍCIA CIVIL: A EMERGÊNCIA DA ACADEMIA DA POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA

Antes de abordar a ACADEPOL/SC, situarei brevemente a polícia enquanto uma instituição hegemonicamente masculina, com suas particularidades, vinculadas às funções do Estado Moderno. Além disso, apresento de forma breve a trajetória da polícia em âmbito nacional, a Polícia Civil de Santa Catarina, bem como a emergência da ACADEPOL/SC, que teve sua criação, em documento oficial, datada de 1964 e seu funcionamento efetivo a partir de 1967.

3.1 A POLÍCIA NO ESTADO MODERNO: UM ESPAÇO MASCULINO?

A polícia e as suas atividades profissionais constituem fenômenos das sociedades modernas. Ao falarmos em “polícia”, evoca-se uma estrutura pública e profissional voltada à manutenção da ordem e da segurança, independentemente das diversas e variadas estruturas existentes.

Etimologicamente, o termo “polícia” deriva da expressão grega *politeia*, pela qual se designava a arte de governar a cidade, ou a arte de tratar da coisa pública. A expressão latinizada virou *politia*, de onde as línguas modernas formaram *police*, *polizia*, *politzei* ou polícia, entre outras (ROLIM, 2006).

Para Foucault (2008), o surgimento da polícia está vinculado à emergência do Estado Nação, a partir do século XVIII. O autor ainda, resume a polícia desse século atrelada ao papel de auxiliar a justiça na busca dos criminosos, bem como de ser instrumento para o controle político dos complôs, dos movimentos de oposição e das revoltas, tendo portanto, uma função disciplinar.

A disciplina para Foucault (2008, p. 177) é uma função complexa, pois une o poder absoluto do monarca às mínimas instâncias de poder disseminadas na sociedade:

A “disciplina” não pode ser identificada como uma instituição nem como aparelho; ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de

aplicação, de alvos; ela é uma “física” ou uma “anatomia” do poder, uma tecnologia. E pode ficar a cargo seja de instituições “especializadas” (penitenciária) [...] seja enfim de aparelhos estatais que têm por função não exclusiva mas principalmente fazer reinar a disciplina na escala de uma sociedade (a polícia).

Já Bayley (2001) afirma que a polícia tem como competência exclusiva o uso da força física real para afetar o comportamento da sociedade, surgindo tanto para o bem estar do homem, como também para a manutenção da ordem vigente. É uma instituição voltada para o controle social imposto pelo Estado Moderno.

Para Rolim (2006, p. 24), “no mundo moderno, as idéias de manutenção da ordem e da garantia da segurança pública expressam, apenas, noções genéricas que agregam concordância na exata medida de sua manutenção”. A polícia legitimou o poder via controle social como forma de dominação. Sob esse aspecto, a polícia faz parte das obrigações do Estado, no que diz respeito a proporcionar segurança à sociedade.

Monet (2001 apud SACRAMENTO, 2007, p. 29) afirma que “a polícia é instituída para manter a ordem pública, a liberdade, a propriedade, a segurança individual”. A noção de uma polícia institucionalizada, estatal, voltada para manutenção da ordem pública, com a preocupação de atendimento às ocorrências de crimes, não surgiu na modernidade exatamente com esta preocupação. Rolim (2006, p. 25) afirma que:

Há um consenso entre alguns historiadores, a opinião mais comum é a que o fator imediato responsável pela formação das modernas forças policiais foi a emergência de um sem-número de revoltas populares e desordens de rua na maior parte dos países europeus e a incapacidade dos governos para continuarem lidando com elas através da convocação de tropas do exército.

Com relação ao surgimento da polícia ocidental, Rolim (2006, p. 24) ainda traça algumas considerações:

O surgimento das forças policiais modernas no Ocidente foi um fenômeno do século XIX. Até então, normalmente, as funções policiais eram exercidas de maneira assistemática por grupos de cidadãos convocados, por voluntários ou por pessoas comissionadas pelos governos, as quais exerciam função de natureza fiscalizatória ou mesmo vinculadas à arrecadação de tributos. Até o século XIX, em síntese, a história da “polícia” não poderá ser contada em termos institucionais porque a organização típica de policiamento ainda não existia, como regra, de forma autônoma. [...] As constituições das primeiras cidades também não a mencionam, pela simples razão que, da forma como a conhecemos, a polícia ainda não tinha sido inventada.

A polícia em todo o mundo se apresenta de formas variadas. Analisada dentro de uma perspectiva histórica, ela foi se constituindo e se fortalecendo em diferentes momentos históricos, sendo guiada pelas estruturas do Estado Moderno, regulando assim, a manutenção da ordem pública e a garantias das leis.

As considerações sobre a polícia até agora apresentadas referem-se a um conjunto de instituições estatais, cuja função, no mundo contemporâneo, varia de acordo com cada país. No Brasil, a polícia apresenta diferenças em relação às polícias de outros países, como exemplo a separação entre as atividades da Polícia Ostensiva, mais conhecida como Polícia Militar e Polícia Judiciária, ou seja, a Polícia Civil.

O atual modelo de polícia e a função de mantenedora da ordem pública têm sido discutidos em muitos trabalhos. Sacramento (2007, p. 31) menciona que “[...] podemos observar certa inadequação na situação atual da polícia brasileira, que mesmo sob o regime democrático ainda preserva, dentro da estrutura policial, resquícios de uma polícia repressora, característica de governos autoritários”.

Tal situação pode ser relacionada com o processo histórico do Brasil, que foi marcado, nos últimos anos, pela alternância entre regimes autoritários e formalmente democráticos: após o Estado Novo (1937-1945), seguiu-se um período de funcionamento regular das instituições, interrompido pelo regime militar (1964-1985), após sendo gradualmente recuperado (HAGEN, 2005).

Denominada de Constituição Cidadã, a Constituição Federal de 1988, pela primeira vez, tratou sobre o tema “segurança pública”, estabelecendo em seu artigo 144 que a segurança pública é “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos”, e é “exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”, atividade esta desempenhada na esfera da União pelas Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal e nos Estados pelas Polícias Cíveis e Militares (BRASIL, 2000).

Segundo a Carta Magna, cabe às Polícias Rodoviária Federal, Ferroviária Federal e Militares o policiamento ostensivo, atuando, principalmente, na prevenção dos delitos. Já a atuação principal das Polícias Federal e Cíveis ocorre após a prática do crime, na repressão, uma vez que apuram a materialidade e autoria das infrações penais, por meio da função investigativa.

No caso específico da Polícia Cível, até o final da década de 1980, ela representava o papel de polícia política do Estado. Pode-se dizer que atuava como garantidora da hegemonia estatal em detrimento dos direitos e garantias individuais dos brasileiros. A partir de 1988, com a nova Constituição Federal e com a queda do regime militar, o papel da Polícia Cível é reeditado e ela passa a ter como função primordial a garantia dos direitos individuais dos cidadãos.

A Polícia Cível é um órgão público permanente, cuja função é atuar como polícia judiciária, ou seja, cabe a ela apurar as infrações criminais, exceto os crimes militares e crimes de jurisdição federal. Essa instituição policial atua com policiamento voltado à investigação e produção de diligências necessárias à elaboração do Inquérito Policial, que visa orientar a ação do Ministério Público e do Poder Judiciário.

Existem diferenças entre a Polícia Cível e a Polícia Militar, tanto em organização e estrutura, quanto em sua cultura. No entanto, ambas as polícias são instituições estatais que visam à manutenção da ordem pública, em esferas distintas. A Polícia Cível aparenta uma formação profissional com menos rigidez que a Polícia Militar. Os policiais não usam farda, pois atuam mais em serviços investigativos, mesmo assim, possui estrutura histórica e conservadora, com práticas imersas de relações autoritárias, hierárquicas e disciplinadoras.

As atribuições da Polícia Civil ou Judiciária, previstas no Código de Processo Penal de 1941²¹, pertencente ao Poder Executivo, têm suas atividades previstas em Lei, mas a atividade investigativa é o “carro chefe” dos trabalhos da Polícia Civil.

Assim, é através do procedimento legal denominado de Inquérito Policial que se formaliza a investigação policial realizada pela Polícia Civil, o qual se destina a reunir todos os elementos e circunstâncias de um fato delituoso e organiza todas as diligências realizadas pela autoridade policial na busca do esclarecimento de uma infração penal.

A Lei Complementar nº 453/2009, que instituiu o Plano de Carreira da Polícia Civil de Santa Catarina, elenca a descrição sumária das atividades pertinentes a cada carreira policial no estado. Dentre essas atividades e/ou competências estabelecidas, encontram-se:

- a) Para o cargo de Delegado de Polícia: Planejar, programar, organizar, dirigir, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de polícia judiciária, de apuração de infrações penais e de polícia administrativa, no âmbito das suas atribuições constitucionais e legais; b) Para o cargo de Escrivão de Polícia: Lavrar e subscrever os autos e termos de sua competência, adotados na atividade de polícia judiciária, de forma contínua, providenciando sua tramitação normal, sob orientação do Delegado; c) Para o cargo de Agente de Polícia: executar os serviços de polícia judiciária e investigativa ou administrativa, sob a direção da autoridade policial ou do superior imediato, além de todas as atividades previstas em lei; d) Para o cargo de Psicólogo Policial: emitir laudos psicológicos e demais funções inerentes ao cargo. (SANTA CATARINA, 2009, p. 23-27).

Na prática policial, as atividades vão além das apresentadas acima, pois o/a policial civil lida, diariamente, com os problemas

²¹ Art. 4º A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria (Redação dada pela Lei nº 9.043, de 9.5.1995) (BRASIL, 2012).

relacionados à violência e à criminalidade, mas também atua em setores administrativos como na emissão de documentação de veículos, alvarás e licenças para estabelecimentos que vendem bebidas alcoólicas, emissão de carteiras de habilitação, etc.

É nesse cenário de trabalho complexo, com atividades multifacetadas, que as mulheres, sujeitos desta pesquisa, estão inseridas. Apesar de já se observar uma progressiva participação de mulheres na polícia, é possível afirmar que, ainda hoje, a atividade policial se caracteriza como uma atividade predominantemente masculina, consequência de uma concepção social seletiva em relação a esse espaço profissional, em que prevalece o estereótipo da “masculinidade hegemônica”, valorizando atributos associados à virilidade, quais sejam: força física, controle emocional e persistência, habilidades essas consideradas como masculinas. (NUMMER, 2001).

Em 2004, Soares e Musumeci (2005) realizaram estudo sobre a presença feminina nas polícias do Brasil. Essa investigação apontou, também, a participação estimada de mulheres nos efetivos das polícias e guardas municipais do país, baseada em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Censo de 2000, conforme tabela que segue:

Tabela 1: Dados estimados sobre participação feminina nas polícias brasileiras

| Categoria | % mulheres |
|--|------------|
| Polícias militares | 6,0 |
| Polícias civis estaduais | 19,6 |
| Polícias e guardas de trânsito estaduais sem instituição informada | 12,0 |
| Polícias federais | 10,0 |
| Todas as polícias | 8,2 |
| Guardas municipais | 11,7 |

Fonte: Soares e Musumeci (2005, p. 152).

Segundo as autoras, no aparelho de segurança pública do Brasil não houve grandes transformações na estrutura ou cultura institucional, por esse motivo, não se pode associar a incorporação de mulheres nessas organizações a um processo mais amplo de reformas, como verificado em outros países. As policiais foram inseridas em campo marcado por uma cultura patriarcal hegemônica e por práticas tradicionais de policiamento que exaltavam um viés bélico, de foco quase exclusivo na ação reativa e repressiva, com baixíssimo investimento em treinamento

do/as agentes em técnicas de mediação de conflitos e sem muita ênfase no uso comedido da força e da autoridade. (SOARES; MUSUMECI, 2005).

Consta, ainda, na pesquisa de Soares e Musumeci (2005), que em alguns países avanços significativos foram sinalizados nas últimas décadas, “fruto de pressões feministas pela eliminação de barreiras de gênero ou de estratégias de inclusão de mulheres para melhorar a imagem e reduzir a brutalidade e a corrupção policiais.” (SOARES; MUSUMECI, 2005, p. 152).

Ao observar a tabela 1, percebi que, comparando com o número de mulheres nas demais forças policiais do Brasil, é na Polícia Civil que a presença das mulheres é mais expressiva. É relevante também observar que apenas 8,2 % de mulheres formam o contingente de todas as polícias brasileiras, número pouco expressivo se comparado ao número de mulheres nas polícias civis que chega a 19,6%.

Em Santa Catarina, dados do ano de 2012 informados pelo Setor de Recursos Humanos da SSP/SC, mostram que na Polícia Civil, do total dos/as 3.507 (três mil, quinhentos e sete) policiais, 1.101 (um mil, cento e um) são mulheres, o que corresponde a 31,5% do efetivo.

No entanto, mesmo com esse número significativo de mulheres, comparado ao percentual nacional, esta instituição pode ser concebida, ainda, como hegemonicamente masculina, especialmente em função de que dos 342 Delegados/as de Polícia, maior posto da hierarquia institucional, apenas 23,6 % dos cargos são ocupados por mulheres, Delegadas de Polícia.

Uma das questões fundamentais nesta pesquisa é compreender o lugar das instituições policiais nesta conjuntura das relações de gênero e o surgimento da ACADEPOL/SC como parte essencial do processo de formação.

3.2 A POLÍCIA CIVIL NO CONTEXTO NACIONAL E A EMERGÊNCIA DA ACADEPOL EM SANTA CATARINA

No contexto nacional, a Polícia Civil é uma instituição estatal voltada para a manutenção da ordem pública, garantia das leis e controle social. A exemplo da Polícia Militar, a Polícia Civil, durante o

transcorrer dos séculos XV, XVI, XVII e XVIII era instituição inexistente. Após o “descobrimento”²² do Brasil, o sistema policial seguiu o modelo medieval português, pois o Reino de Portugal demonstrava certa apreensão na defesa de sua nova colônia ante a invasão por parte de outros reinos e contrabandistas.

Segundo Cabral (1987, p. 15), registros históricos mostram que no ano de 1530, Dom João III, rei de Portugal, resolveu armar uma esquadra e enviar para o Brasil, tendo como comandante o jovem fidalgo de alta linhagem, “Martim Afonso de Souza que recebeu a incumbência de reprimir a pirataria e a faculdade de dar às terras que demarcasse para Capitão-mor²³ e Governador, criar ofícios de justiça e doá-las aos que se dispusesse a povoá-las”.

De acordo com os estudos de Genovez²⁴ (2001 apud FORCELINI, 2003, p. 41), ao desembarcar em terras brasileiras, em 1808, Dom João, regente da nova colônia, estabeleceu o posto de “intendente geral de polícia da corte e do estado do Brasil”, tendo sua sede na cidade do Rio de Janeiro. A intendência cuidava da proteção da colônia contra espíões, agitadores franceses, inimigos políticos, e

²² Muitos críticos salientam que o termo “descobrimento” é baseado em uma visão eurocêntrica, uma vez que já existiam muitos povos indígenas habitando o Brasil. Para o historiador Novais (2000), o etnocentrismo encontra-se em nossa história, evidenciando a visão do conquistador, do vencedor, segundo o qual os portugueses seriam “o agente” e os índios “os descobertos”, os protagonistas passivos do episódio. A crítica ao etnocentrismo, porém, não deve nos levar à ideia de reconstituir a história do ponto de vista dos vencidos: “[...] nós não podemos nos transformar em índios. Uma coisa é fazer o estudo da visão dos índios e outra é reconstituir a história a partir do seu ponto de vista. A história precisa ultrapassar os pontos de vista do vencido e do vencedor e dizer alguma coisa a mais (NOVAIS, 2000).

²³ Segundo dicionário do Instituto Camões, no Império Português do Oriente, no Brasil e ainda em países de colonização portuguesa na África, o termo Capitão-Mor passou a designar os comandantes militares das fortalezas (ainda que, muitas vezes, a documentação se lhes refira, sincopadamente, apenas como capitães).

²⁴ Felipe Genovez atualmente é Delegado de Polícia Civil de Santa Catarina, tem como fonte temática de pesquisa as ciências do Direito e da História aplicada às áreas policiais e criminais, especialmente do Estado de Santa Catarina. O autor é citado quando o tema é a história da polícia civil, no entanto, ainda não possui publicação dos seus escritos, apenas textos disponíveis na *internet* (GENOVEZ, 2012) e citação na pesquisa de Forcelini (2003).

também fiscalizava os estrangeiros, teatros, diversões públicas, serviços de frete e tesouraria, além da expedição de passaportes.

Pelo Alvará Régio, de 10 de maio de 1808, D. João criou o cargo de Intendente Geral de Polícia da Corte e nomeou o desembargador Paulo Fernandes Viana para exercer o cargo, iniciando-se, assim, uma série de grandes modificações no organismo policial. Viana criou, pelo Aviso de 25 de maio de 1810, o Corpo de Comissários de Polícia, que só se tornou realidade por força de uma portaria do Intendente Geral de Polícia, Francisco Alberto Teixeira de Aragão, em novembro de 1825 (SÃO PAULO, 2012).

Com a edição do primeiro Código de Processo Criminal, datado de 29 de novembro de 1832, houve certo desenvolvimento da Polícia Civil no Brasil e em Santa Catarina. A partir da entrada em vigor do referido código, foram criados, nas províncias, os cargos de Chefe de Polícia, a serem ocupados por Desembargadores ou Juizes de Direito. Em Santa Catarina, em 1835, o então Presidente da Província catarinense, Feliciano Nunes Pires, instituiu a Força Policial integrada, inicialmente com 52 policiais. (GENOVEZ, 2001 apud FORCELINI, 2003).

Ao longo do processo histórico, muitas mudanças foram sendo incorporadas ao modelo inicial. Alterações nas leis e discussões acerca do papel do Estado na sociedade moderna permitiram que as polícias fossem redefinindo o seu sentido perante a população, bem como atualizando suas relações de trabalho.

Nos arquivos da ACADEPOL/SC, encontra-se um documento de nomeação para os cargos policiais no estado, nos idos de 1892. Já um documento datado de 2 de janeiro do mesmo ano dá conta de que a Junta Governativa Provisória do Estado de Santa Catarina nomeia Rozembo José Rebello para exercer o cargo de Subcomissário de Polícia da Villa Camburiu.

Figura 1- Nomeação de Rozembo José Rabello (02/01/1892)



Fonte: Acervo da ACADEPOL.

Em 1914, a Lei nº 1.011, editada pelo Governador Felipe Schmidt, determinou que o município de Florianópolis constituísse uma Delegacia, com tantas subdelegacias quantas o Poder Executivo julgasse necessárias.

A Secretaria de Segurança Pública, por sua vez, segundo Genovez (2001 apud FORCELINI, 2003), fora criada pela Lei nº 12, de novembro de 1935, pelo Interventor Federal do Estado, Nereu Ramos. O termo Segurança Pública já era utilizado desde o século XIX, no entanto, sem definir órgão ou secretaria, mas para especificar função, serviço ou atividade.

Durante a vigência do mandato do governador Nereu Ramos, ainda na década de 1960, uma das mais significativas leis para a Polícia Civil foi editada, a Lei 3.427, de 9 de maio de 1964, que fixou uma nova estrutura de órgãos da Polícia Civil, que se mantém até os dias atuais (GENOVEZ, 2001 apud FORCELINI, 2003).

A Escola de Polícia, criada também pela Lei 3.247 de 9 de maio de 1964, somente em 1967 é que inicia suas atividades de fato, quando o Secretário de Segurança Pública encaminha o Ofício nº 193/GEF (28/07/1967), ao então Governador do Estado, Ivo Silveira, propondo um projeto de lei com alterações na funcionalidade do processo de seleção para os futuros policiais. O mesmo ofício também explana esta necessidade, conforme o seguinte excerto:

De fato, sem a triagem inicial do concurso, sem seletividade que o aproveitasse segundo sua capacidade, sem formação adequada para as funções e sem qualquer atualização, não há como negar que o operador estivesse despreparado para um rendimento sequer razoável. (SANTA CATARINA, 1967).

O referido ofício apontou para a necessidade de buscar, por meio do ensino, a melhoria na capacitação aos policiais civis catarinenses e apresentou também um pedido de aumento do quadro efetivo funcional, sendo que os policiais que ingressassem na instituição deveriam, obrigatoriamente, ingressar no curso de formação, que teria a duração de um ano (SANTA CATARINA, 1967).

Ainda no ano de 1967, o Decreto nº 2, de 29 de dezembro, formaliza a autorização para que o ingresso para provimento de cargos dentro da Polícia Civil catarinense acontecesse somente por concurso público. A obrigatoriedade da realização de concurso público para provimento dos cargos da Polícia Civil foi uma decisão importante para a qualificação do efetivo, visto que, até então, as pessoas que ocupavam esses cargos eram escolhidas sem critérios estabelecidos, podendo ser, na maioria das vezes, indicadas por políticos ou parentes influentes.

É então, no ano de 1967, que a Escola de Polícia inicia suas atividades formativas. À frente dos trabalhos, na condição de Diretor da Escola de Polícia, estava o Escrivão de Polícia Octacílio Schuller Sobrinho que, por sua vez, organizou o primeiro Curso de Aperfeiçoamento para Escrivães de Polícia, cuja finalidade era “o aperfeiçoamento dos conhecimentos profissionais ou técnicos dos Escrivães de Polícia e o preparo ao exercício desse cargo” (SANTA CATARINA, 1967).

Na ACADEPOL/SC, algumas fotografias estavam arquivadas como parte do acervo da instituição, dentre elas, a fotografia que segue, a qual se reporta a uma solenidade formal²⁵, onde, de pé, está o Diretor Octacílio Schuller Sobrinho, sentado, a sua esquerda, o General Paulo Gonçalves Weber Vieira da Rosa, à época, Secretário de Segurança

²⁵ Não foi possível identificar o local do evento e a data, somente foram identificadas algumas pessoas que aparecem na fotografia.

Pública e, ao lado direito, o Governador Ivo Silveira. Certamente deveria ser a solenidade de posse do Diretor da Escola de Polícia.

Fotografia 1 – Evento solene da Escola de Polícia, em pé o Diretor Octacílio Schuller Sobrinho



Fonte: Acervo ACADEPOL/SC

Cabe ressaltar que, oficialmente, Octacílio Schuller Sobrinho foi nomeado Diretor da Escola de Polícia²⁶, em 1969, mas já antes dessa nomeação, ainda no ano de 1966, encaminhou diversos documentos para que a Escola de Polícia fosse posta em funcionamento. Por intermédio do Diretor Geral de Polícia à época, Coronel Theseu Domingos Muniz, um documento contendo uma exposição de motivos para a realização de curso de aperfeiçoamento foi encaminhado ao Secretário de Segurança Pública, General Vieira da Rosa. Nesse documento, o Diretor da Escola de Polícia se refere à necessidade de aperfeiçoamento dos Escrivães de Polícia já inseridos nos quadros funcionais, em razão de situações que o preocupavam, como a que segue:

Os servidores ao serem nomeados nada ou quase nada sabem das suas atribuições, ocorrendo normalmente que os primeiros inquiridos policiais, flagrantes, são desprovidos completamente daquelas normas expressas no Código de Processo Penal, ocasionando a anulação dos mesmos, na sua grande totalidade e

²⁶ Portaria de nomeação de nº 02/69-E.P. 23-02-69 (SANTA CATARINA, 1969).

com isto, desprestigiando a “Polícia”. (SANTA CATARINA, 1967).

Observa-se que o Diretor da Escola de Polícia tinha, naquela época, preocupação com a qualificação do quadro efetivo, fruto, possivelmente, da emergência da necessidade de modernizar e aparelhar as polícias no país, com vista à conjuntura internacional e também nacional, indo ao encontro do programa norte americano, denominado de “Aliança para o Progresso”. Este programa tinha vieses político, econômico e ideológico e com objetivos claros de evitar que o comunismo ascendesse na América Latina.

Foi esta mesma ideologia que delineou também o novo projeto histórico nacional de educação voltada para os interesses da classe dominante, e, como a educação não era e nem pode ser neutra, agiu como aparelho e mecanismo ideológico de controle social. Assim, foi então colocada em prática, por meio das Escolas Polivalentes²⁷, a educação para as “minorias” brasileiras. (ARAÚJO, 2009).

Nos arquivos da ACADEPOL/SC consta que, no ano de 1967, ocorreu o primeiro curso de aperfeiçoamento para Escrivães de Polícia na Escola de Polícia, funcionando ainda em prédio alugado e em precárias instalações. Nesse primeiro curso, 26 policiais foram alunos/as do denominado “Curso Intensivo para Escrivães de Polícia”²⁸. Dentre esses alunos/as, uma única mulher participou: Stela Maris K. Schuler, do setor administrativo da Secretaria de Segurança Pública (SANTA CATARINA, 1967).

Em 9 de Janeiro de 1968, mediante o Decreto-Lei Nº 24/67, a Escola de Polícia lança o Edital nº 1, abrindo as inscrições para concurso público aos cargos de Criminologia²⁹, Criminalística³⁰,

²⁷ As Escolas Polivalentes, baseadas em formações técnicas, foram criadas e oficializadas pela Lei 5.692/71 com ajuda financeira, política e ideológica internacional. Disponível em <[http://www.revistaepistemologi.com.ar/biblioteca/07ARAUJO\(1\).pdf](http://www.revistaepistemologi.com.ar/biblioteca/07ARAUJO(1).pdf)> Acesso em 02 de mai de 2013.

²⁸ Título do curso citado na capa do relatório do curso encontrado nos arquivos, ano de 1967.

²⁹ O cargo de Criminologia corresponde ao cargo de Delegado de Polícia, atualmente.

Escrivão de Polícia, Agente de Polícia, Agente Auxiliar de Polícia e Carcereiro³¹.

Para os cargos de Criminologia um dos requisitos era o diploma de nível superior em Direito e para o cargo de Criminalística, possuir diploma de curso superior em Direito ou em Engenharia. Já para o cargo de Escrivão de Polícia era necessário ter diploma do Ensino Colegial³² e para os demais cargos era exigido apenas a conclusão do ensino primário.

A Escola de Polícia, então, inicia o processo de ensino técnico-profissional, registrando em sua forma curricular três segmentos: formação, aperfeiçoamento e atualização, conforme descrito no relatório (SANTA CATARINA, 1967, p. 8):

1º - Cursos de Formação, direcionados aos alunos policiais que ingressarem na instituição através de concurso público; 2º - Cursos de Aperfeiçoamento, direcionados aos policiais existentes nos quadros da Secretaria de Segurança Pública; 3º - Cursos de Atualização em períodos anuais, os policiais deverão efetuar atualização dos conhecimentos na Escola de Polícia.

No ano de 1968 acontece o primeiro concurso público para provimento de cargos da Polícia Civil catarinense, tendo como

³⁰ O cargo de Criminalística corresponde ao cargo de Perito Criminal, que atualmente pertence ao Instituto Geral de Perícias.

³¹ Os cargos de Agente auxiliar de polícia e Carcereiro foram extintos na atual nomenclatura de cargos.

³² Em 1942, acontece a primeira reforma no ensino, chamada de Reforma Gustavo Capanema, ministro da Educação na época, que trata da articulação entre o ensino primário e o secundário. Restringia-se à proposta de que para o ingresso no ensino secundário o aluno precisava de uma satisfatória educação primária, ainda que não exigisse a necessidade de um curso primário regular para o ingresso. Manteve o ensino secundário com dois ciclos: o ginásial, de 4 anos e o colegial, de 3 anos, com as opções entre o curso clássico e o científico, formato que permaneceu quase que inalterado até 1971. Disponível em <http://www.cefetsp.br/edu/prp/sinergia/complemento/sinergia_2006_n1/pdf_s/sinergia_2006_v7_n1.pdf> Acesso em 01 fev de 2013.

responsável o Diretor Octacílio Schuller Sobrinho. Esse fato trouxe relevância ao processo de formação e destaque ao então Diretor, inclusive na imprensa internacional, pois, na *Revista de la Academia Internacional de Policia*³³, de Junho de 1969 foi veiculada uma reportagem de três páginas com o título: *Formacion de un policia*. Um exerto da reportagem segue abaixo (SANTA CATARINA, 1968, p. 8):

La estructura policial debe ser revisada em forma periódica, dado que se vive em épocas de transformaciones asociadas com procesos evolucionarios. [...] em otras palabras, uma policia moderna tiene que contar com personal capacitado para hacer frente a todos estos problemas caracterizados su candidat, diversidady multiplicidady to esto requiere preparaciòn y experiencia (grifo meu).

Pode-se observar que as ações divulgadas pela revista sinalizavam para uma modernização na polícia, uma vez que no contexto nacional, estava sendo amplamente divulgada o discurso da modernização, respaldado nas ideias dos avanços sociais e educacionais, mas que certamente era uma resposta à Revolução Cubana³⁴ e ao perigo que ela representava em termos de expansão do comunismo no Brasil e na América Latina.

Segundo Motta (2010, p. 239), pretendia-se que “os países atrasados pudessem seguir a trilha da modernização, com desenvolvimento econômico, melhoria dos indicadores sociais e estabilidade política”.

³³ Não foi encontrada referência dessa revista, apenas uma cópia da reportagem citada nos arquivos da ACADEPOL/SC.

³⁴ A revolução cubana é um dos poucos exemplos neste continente que realmente merece o nome de revolução, qualquer que seja o juízo que se faça sobre o seu caráter. Ela não é apenas um produto histórico da mobilização popular, mas é o desenvolvimento de um programa de transformações democráticas, nacionais e socialistas que modificou substancialmente a sociedade cubana nas décadas transcorridas desde a fuga de Batista para o exterior e a instalação do poder revolucionário em Havana. Disponível em <http://revolucoes.org.br/v1/sites/default/files/revolucao_cubana_0.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2013.

Enquanto a Escola de Polícia seguia sua trajetória, no país, esse período histórico foi marcado pela ditadura militar, o que, conseqüentemente, refletia nas ações políticas e organizacionais do Estado de Santa Catarina.

Em 1968, a Secretaria de Segurança Pública era comandada pelo General Paulo Gonçalves Weber Vieira da Rosa e o cargo de Diretor da Polícia Civil, o mais elevado da instituição, era ocupado pelo Coronel Theseu Domingos Muniz, ambos militares, que agiam dentro do rigor do regime da época.

Pelo mundo, vivia-se a guerra fria e os Estados Unidos procuravam justificar sua política externa com uma missão de frear a expansão do comunismo, a partir do poderio econômico. Assim, por muito tempo uma luta internacional foi travada entre Estados Unidos e a extinta União Soviética e, como em todo mundo, o tensionamento entre os capitalistas e comunistas também encontrou eco na política brasileira.

A coalizão civil-militar, com viés orientado por uma perspectiva autoritária e anticomunista, se apropriou, juntamente com a elite conservadora, de toda a máquina pública, com o objetivo claro de suplantar qualquer manifestação popular ou cultural que pusesse em risco a sua estrutura ideológica. Isso conduziu à implantação de um novo regime político e a um Estado num formato ainda inédito na América Latina: uma ditadura burguesa capitaneada pelas Forças Armadas. (ASSIS, 2009).

No Brasil, imersos pelo regime ditatorial civil-militar que teve início no dia primeiro de abril de 1964 e que perdurou até 1985, o próprio sistema educacional também sofreu significativas mudanças. Os militares desenvolveram um método de ensino centrado em formar pessoas não para a vida social, mas para o mercado de trabalho. Tentaram adequar o sistema educacional brasileiro aos seus interesses políticos, firmando diversos convênios, entre eles, o acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency of Internatinonal Development (USAID). Para Assis (2009), essa parceria comprovava a subserviência da política governamental brasileira aos interesses políticos e econômicos estadunidenses, abrindo caminho, a certo ponto, à política neoliberal.

A parceria MEC-USAID intencionava para o país uma instrução baseada nos moldes da educação estadounidense. Pregava-se um sistema educacional tecnicista, excludente e sem nenhuma atenção à educação básica pública. Em suma, não visava o desenvolvimento do senso crítico dos educandos, mas tensionava brotar neles o sentimento involuntário

de individualismo, manifestado na competitividade gerada pelo sistema. Nesse contexto, propagava-se a ideia de uma “escola reflexo” da sociedade capitalista. (ASSIS, 2009).

A agência norte americana USAID, por sua vez, além dos projetos educacionais que envolveram o ensino superior, o médio e o fundamental, também financiou programas voltados para outras áreas, como “o programa de segurança pública, responsável por assessorar e treinar milhares de policiais brasileiros”. (MOTTA, 2010, p. 238).

O apelo da revolução precisava ser esvaziado, para tanto, era necessário fomentar a ideia de modernização em toda América Latina. Por isso houve fortes investimentos nos países menos desenvolvidos, como reforça Motta (2010, p. 239):

Embora os objetivos propalados pelas teorias de modernização enfatizassem avanços sociais e educacionais, havia lugar de destaque nesse campo discursivo para políticas de segurança: era preciso dotar os países atrasados de forças repressivas modernas, capazes de fazer frente às ações do comunismo.

Segundo Motta (2010), foi em função da violenta ação dos militares, desde 1964, frente aos revolucionários, que começou a minar a ação da USAID no país. Os protestos estudantis de 1967 trouxeram à tona o tema antiamericano e com isso o agravamento do quadro político e, no ano de 1972, se encerra o treinamento de policiais pela agência norte americana no país.

É importante mencionar, porém, que, entre 1960 e 1972 foram enviados cerca de 800 policiais brasileiros (civis e militares) para os cursos oferecidos no exterior e custeados pela USAID. Segundo Motta (2010, p. 256), “além do grupo treinado no exterior, uma quantidade muito maior de policiais recebeu algum tipo de adestramento dado por assessores americanos no Brasil: aproximadamente 100 mil.” Com toda essa quantidade de policiais treinados pela USAID ou por seus assessores no país, possivelmente, o estado de Santa Catarina tenha sido atendido pelo projeto. A análise de um relatório das atividades da ACADEPOL/SC do ano de 1968, encontrado nos arquivos da instituição, permitiu evidenciar que a USAID atuou na formação dos policiais civis de Santa Catarina, pois nesse relatório há a seguinte

menção: “USAID: Circunscrições – equipamentos e móveis” (SANTA CATARINA, 1968).

Esse aspecto, porém, deixou de ser abordado nesta pesquisa, pois não houve como explorar em que nível aconteceu a inserção da agência norte americana em Santa Catarina, uma vez que, no relatório mencionado, havia somente aquela informação sobre a USAID. No entanto, esse indício me leva a inferir que a Escola de Polícia teve apoio do convênio MEC-USAID por meio de equipamentos e/ou móveis, caso contrário, não teria motivos para ter inserido tais indicações em uma página do relatório mencionado.

Outro documento encontrado por esta pesquisadora, que indica a inclusão de Santa Catarina no projeto MEC-USAID, é datado de 20 de dezembro de 1968 e emitido pelo Governo do Estado de Santa Catarina. Nesse documento consta que Octácilio Schuller Sobrinho, Diretor da Escola de Polícia, foi autorizado a ausentar-se do país por 120 dias, a fim de efetuar curso de especialização no exterior. (SANTA CATARINA, 1969). Diante disso, pode-se aludir que, possivelmente, o Diretor da Escola de Polícia tenha participado de cursos no exterior oferecidos pela USAID.

Os documentos oficiais encontrados na ACADEPOL/SC foram primordiais e apresentaram informações relevantes para reconstrução da história, nesse caso específico, da história da Escola de Polícia. É preciso considerar que os arquivos mais antigos foram encontrados em péssimas condições, alguns até deteriorados, tanto pela ação do tempo, como pela má conservação do local onde estão guardados, o que, às vezes, impossibilitando-me a análise de informações relevantes para a pesquisa.

Numa tentativa de aproximação da realidade, busquei no acervo da ACADEPOL/SC reconstituir, através de documentos encontrados, o número de policiais que concluíram o curso de formação na primeira década de existência dessa instituição. Entretanto, algumas lacunas foram percebidas nas documentações arquivadas. Do ano de 1968, quando ocorreu o primeiro concurso público para os cargos existentes à época, não encontrei qualquer documento que registrasse a relação de aluno/as do Curso de Formação referente a esse concurso, que possivelmente, foi realizado no ano de 1969.

Importante frisar que foi a Lei de nº 4.265, de 07 de janeiro de 1969, que promoveu uma alteração na Lei 3.247/64 e reorganizou a Polícia Civil. Por meio dessa nova lei, foram instituídos os cursos de aperfeiçoamento e novas carreiras de formação profissional, com

expedição de diplomas e certificados pela Escola de Polícia. Nesse contexto, por meio de Decreto, em 1970, são criadas as carreiras de Escrivão e Auxiliar Administrativo, com objetivos específicos de “formar funcionários burocratas, por delegação expressa do Chefe do Poder Executivo” (SANTA CATARINA, 1970, p. 2). Verificou-se no relatório de 1970 que havia uma necessidade de admitir funcionários/as para atuarem no serviço administrativo, conforme excerto:

Com o advento da Lei 4.265, a missão da escola de polícia ampliou-se, pois novas carreiras policiais – inclusive a de funcionários burocráticos – demandavam treinamento de seus titulares, em todos os níveis. [...] Também a carreira de escrivãos, dentre tantas outras, deveria, portanto, ser provida de pessoal especializado nas funções específicas. Tal princípio, aliás, é básico em administração. (SANTA CATARINA, 1970).

Somente a partir de 1970 é que documentos comprobatórios foram encontrados, como os registros dos diplomas de conclusão dos/as aluno/as que concluíram o Curso de Formação e relatórios dos trabalhos contendo informações específicas de cada formação. Assim, por meio dos dados pesquisados na Secretaria da ACADEPOL/SC, foi possível produzir uma tabela que enfoca apenas a década de interesse desta pesquisa e o número de mulheres que concluíram os cursos de formação, exceto dos anos de 1968 e 1969.

Tabela 2- Alunos/as concluintes nos Cursos de Formação na
ACADEPOL/SC (1968-1977)

| Ano | Total de alunos/as concluintes dos Cursos de Formação ² | Número de mulheres concluintes dos Cursos de Formação | % Mulheres |
|-------------------|--|---|-------------|
| 1967 ¹ | - | - | - |
| 1968 | - | - | - |
| 1969 | - | - | - |
| 1970 | 98 | 27 | 27,5 |
| 1971 | 66 | 13 | 19,6 |
| 1972 | 153 | 10 | 6,5 |
| 1973 | 117 | 07 | 5,9 |
| 1974 | 78 | 04 | 5,1 |
| 1975 | 87 | 19 | 21,8 |
| 1976 | 113 | 16 | 14,1 |
| 1977 | 51 | 10 | 19,6 |
| Total | 763 | 106 | 13,8 |

Fonte: Tabela organizada pela autora com dados da ACADEPOL/SC

1- Dados não foram encontrados nos anos de 1967 a 1969.

2- Dados da Secretaria da Acadepol/SC.

O número de mulheres que concluíram cursos de formação inicial na Polícia Civil na década estudada foi 106, conforme demonstrado na Tabela 2, no entanto, é bem provável que esse número não possa ser considerado na sua totalidade, tendo em vista que os dados dos anos de 1967, 1968 e 1969 não foram localizados. Os dados ainda apontam que entre 1970 e 1977 poucas mulheres ingressaram na Polícia, ou seja, representavam 13,8% do contingente de policiais civis no Estado de Santa Catarina. Observa-se que o maior percentual de mulheres ingressou no ano de 1970, ocasião dos primeiros cursos de Escrivário e Auxiliar Administrativo, cargos esses mais voltados ao trabalho burocrático e, conseqüentemente, mais procurados pelas mulheres, tendo em vista os atributos femininos naturalizados pela sociedade.

Posteriormente, sucessivos concursos públicos foram abertos para o ingresso na Polícia Civil e, como conseqüência, houve o aumento do número de mulheres no quadro funcional em alguns anos. No entanto, ainda na atualidade, a imagem da polícia como uma instituição essencialmente masculina é forte.

Percebe-se que foi no ano de 1972 que o maior número de policiais (153) ingressou na Polícia Civil, o que nos leva a refletir sobre a situação que o país enfrentava (anos de chumbo do período ditatorial),

quando havia a necessidade de formar mais policiais para atuarem na repressão aos opositores do governo militar.

É nessa época também que está acontecendo o movimento de inserção das mulheres no mercado de trabalho, quando se alavanca a possibilidade de maior inclusão das mulheres nas diversas profissões, incluindo a Polícia Civil. Segundo Pedro (2012), o processo acelerado de urbanização, intensificado a partir dos anos de 1970, fez das mulheres personagens visíveis em diversos espaços públicos, como universidades e em empregos formais.

O Diretor Octacílio Schuller Sobrinho esteve à frente dos trabalhos na Escola de Polícia até 1970. No ano seguinte, foi substituído pelo Delegado de Polícia Luiz Darci Rocha, que permaneceu na direção de janeiro de 1971 até o final de 1974.

A Escola de Polícia, no ano de 1974, passa a ser denominada Academia da Polícia Civil de Santa Catarina (ACADEPOL/SC). Ao longo dos anos, diversos delegados de polícia assumiram a diretoria da referida instituição. Todos os diretores que estiveram à frente da ACADEPOL/SC são oriundos do cargo de Delegado de Polícia, exceto o primeiro diretor, Octacílio Schuller Sobrinho, que era Escrivão de Polícia. Chama a atenção, porém, o fato de que, até o presente momento, nenhuma mulher policial assumiu tal função, mesmo se tratando de uma instituição de cunho educativo, espaço esse ocupado principalmente por mulheres, quando se refere ao ensino regular.

Cabe mencionar que no organograma da Polícia Civil Catarinense, dentre as diretorias, a Diretoria da ACADEPOL/SC possui um *status* consideravelmente prestigiado e talvez por isso as mulheres, ainda, não conquistaram esse posto.

Com relação ao ensino técnico-profissional, a Escola de Polícia manteve pouco cuidado de registrar informações em relatórios anuais dos cursos, por isso, alguns dados são incipientes. No entanto, em alguns relatórios são encontrados registros sobre a direção da escola, o corpo docente, discente, disciplinas ofertadas e, por fim, considerações do processo educacional, que objetivava formar policiais dentro do contexto-social e histórico de cada época.

Os documentos mostram que, desde o início das atividades, em 1967, a Escola de Polícia se propôs a conduzir os trabalhos, visando a “sua estruturação completa, no que tange aos aspectos legal, administrativo, funcional, didático-pedagógico e disciplinar, com o intuito, certamente, de formar e aperfeiçoar todos os/as funcionários/as

casa de madeira para aulas práticas de Técnicas Operacionais Policiais, além de seis módulos para alojamentos de até 96 policiais.

Para execução de suas atividades a academia é subdividida nos seguintes setores: Direção, Coordenadoria de Assuntos Pedagógicos (CAP), Plantão, Secretaria Acadêmica (SEC), Setor de Administração e Apoio Logístico (SEA), Setor de Equipamentos e Informática (SEI), Setor de Armamento e Tiro (SAT) e Setor de Equipamentos e Eventos Esportivos (SES).

Toda a estrutura da ACADEPOL/SC é destinada à capacitação/aperfeiçoamento do/as policiais em exercício das funções, como também à formação de profissionais que ingressam na Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por meio de concurso público que prevê a avaliação de um conjunto de competências através da aplicação de provas de conhecimentos específicos, geral e de resistência física, que permitem uma pré-seleção do/as futuros/as policiais. Os/as aprovados/as nessa fase darão início a um processo de formação que pretende qualificá-los/las para que desenvolvam suas atividades dentro da perspectiva do que prescrevem os princípios da Segurança Pública, a saber:

A segurança pública é uma atividade pertinente aos órgãos estatais e à comunidade como um todo, realizada com o fito de proteger a cidadania, prevenindo e controlando manifestações da criminalidade e da violência, efetivas ou potenciais, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei. (BRASIL, 2011).

Atualmente, as academias de polícia, em todo país, têm focado o ensino do/a futuro/a policial no treinamento técnico-profissional e suas consequências, com vistas ao desempenho das atividades policiais cotidianas. Poncioni (2005), em estudo realizado sobre as consequências do modelo de polícia nos cursos de formação inicial, destaca a importância desses cursos nas polícias do Brasil. Para a autora, a importância não é somente para a construção da identidade profissional, mas, faz considerável diferença para a vida profissional do/a policial, em função da experiência adquirida em relação aos valores e normas próprias da profissão e das competências e das habilidades para o campo de trabalho. Além disso, a autora destaca “a aquisição dos valores e crenças acerca da profissão, consubstanciados em uma base de

conhecimento e de cultura comum sobre o que é ser policial em um determinado modelo de polícia” (PONCIONI, 2005, p. 588).

Nessa perspectiva, os programas e os currículos de ensino e formação dos/as policiais nas academias de polícia no Brasil exemplificam uma das estratégias fundamentais de transmissão de ideias, conhecimentos e práticas de uma dada visão do papel, da missão, do mandato e da ação deste campo profissional. Nas diretrizes teóricas e metodológicas dos currículos dos cursos oferecidos aos novos membros, necessariamente, estão envolvidas a transmissão de valores, crenças e pressupostos sobre este campo específico (PONCIONI, 2005).

Na área da educação, uma vasta discussão sobre currículos tem sido guiada pelas questões sociológicas, políticas e epistemológicas. Para Moreira e Silva (1999), o currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social: “o currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas [...]” (MOREIRA; SILVA, 1999, p. 8). Para os autores, o poder se manifesta nas “relações sociais em que certos indivíduos ou grupos estão submetidos à vontade e ao arbítrio de outros. Na visão crítica, o poder se manifesta através das linhas divisórias que separam os diferentes grupos em termos de classe, etnia, gênero e *etc.*”. (MOREIRA; SILVA, 1999, p. 28).

Entendo que o currículo proposto nas academias de polícia tem papel constitutivo na construção das identidades dos policiais em formação, sendo assim, não pode ser analisado fora do contexto social e histórico contingente.

No Brasil, o Ministério da Justiça (MJ) e a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) é que têm se preocupado com o investimento e o desenvolvimento de ações formativas necessárias e fundamentais para qualificação e aprimoramento do/as policiais das várias esferas que compõem o Sistema de Segurança Pública.

Para a formação em Segurança Pública é a Matriz Curricular Nacional (MCN)³⁵ que se constitui um referencial, buscando orientar e garantir a coerência das políticas de melhoria da qualidade de ensino. É nessa matriz que as academias se orientam sobre os processos de

³⁵ A Matriz Curricular Nacional (MCN). Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/>>. Acesso em: nov. 2011.

planejamento e avaliação das atividades formativas do/as profissionais da área de Segurança.

Souza (2005), que analisou a MCN, compreende que a formação é entendida como tempo de aquisição e construção de saberes necessários à intervenção policial, de repensar as práticas sob diferentes pontos de vista e de reconstruir conhecimentos apropriando-se criticamente da cultura elaborada, com base em altos padrões de qualidade e nos princípios da ética. (SOUZA, 2005).

A instituição dessa MCN foi consequência do Plano Nacional de Segurança Pública, lançado no ano de 2000. Trata-se, portanto, de documento muito recente e os avanços são tímidos frente à complexidade que é formar profissionais para atuar nos latentes problemas relacionados à Segurança Pública. Segundo informações disponibilizadas no *site* do Ministério da Justiça³⁶, atualmente, as 27 Unidades da Federação utilizam a Matriz como referencial pedagógico.

As áreas temáticas sugeridas pela MCN contemplam os conteúdos necessários para formação do/as profissional de segurança pública, a fim de capacitá-lo/as no exercício da função, conforme informações no quadro que segue:

³⁶ Disponível em BRASIL, 2011.

Quadro 2: Áreas temáticas e disciplinas da Matriz Curricular Nacional

| Áreas temáticas e disciplinas | |
|-------------------------------|---|
| I | Sistemas, Instituições e Gestão Integrada da Segurança Pública Sistema de Segurança Pública no Brasil Fundamentos de Gestão Pública Fundamentos de Gestão Integrada e Comunitária |
| II | Violência, Crimes e Controle Social Abordagem Sócio-psicológica da Violência e do crime Criminologia aplicada à Segurança Pública Análise de Cenários e Riscos |
| III | Cultura e Conhecimento Jurídico Direitos Humanos Fundamentos dos Conhecimentos Jurídicos |
| IV | Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos Gerenciamento Integrado de Crises e Desastres |
| V | Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador Relações Humanas Saúde e Segurança aplicada ao trabalho |
| VI | Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública Língua e Comunicação Telecomunicações Sistemas Informatizados Gestão da Informação |
| VII | Cotidiano e Prática Reflexiva Ética e Cidadania |
| VIII | Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública Preservação e Valorização da Prova Primeiros Socorros Uso da Força |

Fonte: BRASIL, 2011.

A MCN contém sugestões de temas gerais e recomendações de conteúdo e metodologia de ensino, ficando a cargo de cada estado e, por sua vez, das academias de polícia, fazerem uma relação com a sua esfera de atuação e definir o que deve ou não ensinar aos seus/suas alunos/as. Nesse contexto, a ACADEPOL/SC, no ano de 2006, começou a utilizar a Matriz Curricular Nacional para orientar o planejamento dos seus cursos de formação. No quadro a seguir, apresento as disciplinas trabalhadas e a quantidade de horas/aula ministradas na Formação Policial ocorrida em 2012.

Quadro 3: Matriz Curricular Nacional aplicada na ACADEPOL/SC em 2012

| ÁREAS TEMÁTICAS E DISCIPLINAS | | Hora/aula nas carreiras policiais | | | |
|--|--|-----------------------------------|--------|----------|---------|
| | | Delegado | Agente | Escrivão | Psicol. |
| I | Sistemas, Instituições e Gestão Integrada da Segurança Pública | | | | |
| | Sistema de Segurança Pública no Brasil | 16 | 16 | 16 | 16 |
| | Gestão de Processos Administrativos/Delegacia | 24 | 20 | 20 | 08 |
| | Fundamentos de Polícia Comunitária | 12 | 12 | 12 | 12 |
| | Psicologia e Políticas de Segurança Pública | - | - | - | 04 |
| II | Violência, Crimes e Controle Social | | | | |
| | Abordagem Sócio-psicológica da Violência/Crime | 12 | 12 | 12 | 32 |
| | Criminologia | 12 | 12 | 12 | 12 |
| III | Cultura e Conhecimento Jurídico | | | | |
| | Direitos Humanos | 16 | 16 | 16 | 16 |
| | Legislação Especial Aplicada/trânsito | 12 | 16 | 16 | 16 |
| | Direito Penal Aplicado | - | 24 | 28 | 12 |
| | Direito Processual Penal Aplicado | - | 16 | 16 | 12 |
| | Noções de Procedimentos Cartorários | - | 32 | 72 | - |
| | Procedimentos de Polícia Judiciária | 64 | - | - | - |
| IV | Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos | | | | |
| | Gestão de Pessoas | 12 | - | - | - |
| | Gerenciamento de Crises | 16 | - | - | - |
| | Mediação de conflitos | 12 | 12 | 12 | 12 |
| V | Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador | | | | |
| | Direito e Deveres do Servidor | 08 | 08 | 08 | 08 |
| | Princípios de Excelência no Atendimento | 20 | 20 | 20 | 20 |
| | Condicionamento Físico | 34 | 36 | 32 | 32 |
| | Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida | 12 | 12 | 12 | - |
| VI | Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública | | | | |
| | Inteligência Policial | 12 | 12 | 12 | - |
| | Tecnologias da Informação Policial | 36 | 44 | 32 | 24 |
| | Investigação Policial I- conceitos e técnicas de entrevista | 12 | 12 | 16 | 16 |
| | Investigação Policial III- crimes contra pessoas | 12 | 12 | - | - |
| | Investigação Policial III- crimes cibernéticos | 12 | 12 | - | - |
| | Investigação Policial IV- tráfico de drogas | 12 | 12 | - | - |
| | Investigação V – crimes contra ordem tributária | 12 | - | - | - |
| | Redação Policial | 16 | 16 | 28 | - |
| | Análise Criminal | 12 | 12 | 12 | - |
| Oratória e relacionamento com a imprensa | 12 | - | - | - | |
| VII | Cotidiano e Prática Reflexiva | | | | |
| | Tópicos Especiais – palestras | 20 | 20 | 20 | 20 |
| | Estágio Supervisionado | 120 | 120 | 120 | 120 |
| | Ética e Cidadania | 16 | 16 | 16 | 16 |
| | Estágio Supervisionado em Deontologia Policial | 86 | 86 | 86 | 86 |
| | Avaliação Psicológica no contexto do trabalho | - | - | - | 36 |
| | Práticas em Saúde Ocupacional | - | - | - | 24 |
| | Práticas Psicológicas em Delegacias Especializadas I | - | - | - | 32 |
| Práticas Psicológicas em Delegacias Especializ. II | - | - | - | 16 | |
| VIII | Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública | | | | |
| | Perícia Oficial- medicina legal | 16 | 12 | 12 | - |
| | Perícia Oficial – criminalista | 24 | 24 | 24 | 12 |
| | Perícia Oficial – análise de laboratórios | 12 | 12 | 12 | - |
| | Primeiros Socorros | 12 | 12 | 12 | 12 |
| | Tiro Policial Defensivo | 64 | 64 | 48 | 44 |
| | Sobrevivência Policial | 52 | 52 | 52 | 48 |
| | Direção Defensiva e Tática | 24 | 24 | 24 | 24 |
| | Defesa Pessoal | 36 | 36 | 32 | 20 |
| Total de hora/aula: | 912 | 874 | 862 | 762 | |

Fonte: Quadro organizado pela autora com dados da ACADEPOL/SC

No Curso de Formação realizado em 2012, aos aluno/as foram ministradas entre 862 e 912 horas/aulas, dependendo da carreira escolhida³⁷, distribuídas em 45 disciplinas. Dessa forma, a ACADEPOL/SC segue a Matriz Curricular Nacional e sugere aos professores/as que observem o que consta nos eixos articuladores quando forem repassar seus conteúdos em sala de aula.

No processo de formação, os eixos que norteiam toda a temática são gerais e têm como proposta construir um conhecimento básico comum em todas as forças de segurança pública do Brasil. A partir de um conhecimento comum, cada instituição constrói seu conhecimento, potencializando as especificidades de suas atribuições profissionais, como é o caso da ACADEPOL/SC, que, conforme quadro anterior, organiza as disciplinas que serão ministradas nos Cursos de Formação.

No documento da MCN a formação policial é tida como período importante para o/as novos policiais e entende-se que é por meio da preparação teórica, técnica e prática que se constitui formalmente a identidade própria de um corpo profissional. No entanto, a identidade não pode ser definida como algo estático ou pré-estabelecido, mas como um processo em constante mudança e multifacetado. Nesse processo, de acordo com Souza (2005, p. 137):

A identidade profissional se forja não só no orgulho, nos cursos de formação e no desejo de pertencer à organização policial. Forja-se num compromisso maior que inclui a reaprendizagem constante e a renovação crítica a partir dos resultados, das avaliações e das políticas assumidas.

Para a autora o profissional dá sentido a sua atuação quando confronta seus valores com a realidade que vai intervir, pois “é o conjunto de saberes que funda a identidade profissional, construída em relação a um projeto ou a uma meta, e a define associado ao conjunto dos recursos da personalidade”. (SOUZA, 2005, p. 145).

³⁷ O curso de formação de 2012 foi organizado de modo que a carreira de Delegado de Polícia teve a quantia de 912 horas/aula, Agente de Polícia, 874 horas/aula, Escrivão de Polícia, 862 horas/aula e Psicólogo Policial a quantia de 762 horas/aula.

Nessa perspectiva, a identidade policial é uma categoria social e profissionalmente construída, de acordo com padrões estritamente vinculados aos ideais de uma instituição que, nesse caso, é tradicionalmente masculina.

É no espaço de formação que a identidade profissional se constrói inicialmente, com maneiras de ser e estar diferenciadas para cada profissão. Com esse entendimento concordo com Nóvoa (1995, p. 25) quando o autor discute a formação docente. Para ele, a formação “implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projetos próprios, com vista à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional”.

É preciso considerar que o/a policial civil, como qualquer outro/a profissional, não aprende as habilidades inerentes ao seu trabalho apenas no curso de formação, por meio do ensino formal. A aprendizagem e a formação de sua identidade também ocorrem por intermédio da observação ou das informações recebidas pelo/as próprios colegas de trabalho, de vivências, dos valores pessoais, da história de vida, enfim, a identidade profissional vai sendo construída por meio de um somatório de experiências passadas, presentes e futuras.

A inserção das primeiras mulheres nesse cenário masculino requer uma análise pontual que reflita sobre a opção pela Polícia Civil, enquanto um espaço público, atravessado pelo gênero, como veremos no próximo capítulo.

4 OPÇÃO PELA POLÍCIA CIVIL E A INSERÇÃO DAS PRIMEIRAS MULHERES NA ACADEPOL/SC

Este capítulo trata, primeiramente, de uma breve discussão teórica acerca das mulheres na vida pública e na sociedade, levando em consideração o conceito de gênero. Posteriormente, faço uma incursão sobre a inserção das mulheres policiais nos cursos de formação da ACADEPOL/SC, com a intenção de compreender as motivações que as levaram a optar pela carreira policial, bem como o contexto em que se deu o ingresso delas na instituição.

4.1 AS MULHERES E A VIDA PÚBLICA NA PERSPECTIVA DE GÊNERO

As mulheres, ao longo da história, têm sido objeto de análise e pesquisa em meios acadêmicos de todo o mundo. De forma diferenciada, em função da condição histórica, social e cultural de cada realidade singular, é que suas histórias vão sendo contadas. Percebe-se, cada vez mais, que as mulheres fizeram e fazem história, inseridas em sociedades plurais.

No início do século XX, a luta pelo direito ao voto, ao trabalho, à carreira profissional, à igualdade de direitos entre os sexos, desencadeada pelo movimento feminista, deu margem para que os estudos relacionados às mulheres ganhassem visibilidade.

A emergência do movimento feminista caracterizou-se por oposições a uma multiplicidade de formas e forças de opressão do patriarcado. Caracterizou-se como um movimento reivindicatório e denunciatório, na medida em que procurou dar visibilidade às várias formas de opressão sofridas pelas mulheres na sociedade ocidental, bem como tornar a mulher um sujeito com expressão política e social. (LOURO, 2011).

Para Roiz (2008), é a historiadora Francesa Michelle Perrot uma das maiores estudiosas da história das mulheres e, em função de seus estudos, ficou reconhecida no mundo todo. Ao sentir-se incomodada e inspirada por questionamentos relacionados às mulheres, geralmente efetuados por colegas do sexo masculino, Michelle acabou engajando-se na política e, intelectualmente, nesse projeto de escrita de uma "nova" história, em que as mulheres fossem incluídas por direito e por importância e não ficassem mais em silêncio. Nas palavras de Perrot (1998, p. 59):

A idéia de que a natureza das mulheres as destine ao silêncio e à obscuridade está profundamente arraigada em nossas culturas. Restritas ao espaço privado, no melhor dos casos ao espaço dos salões mundanos, as mulheres permanecem durante muito tempo excluídas da palavra pública. Sem o poder, como as mulheres ganharam influências durante tanto tempo dominadas pelos homens? Primeiro pela correspondência, depois pela literatura e depois pela imprensa.

Perrot (1988) refere-se, ainda, sobre o espaço público e o privado como fronteiras que limitam a vida das mulheres, e faz comparações que certos terrenos são de acesso mais fácil do que outros, como a saúde ou a educação e, de um modo mais geral, o trabalho assalariado, apontando então que:

As mulheres conquistaram com muito esforço a escritura e as artes plásticas. Mas, a arquitetura, essa ordem das cidades, a música, linguagem dos deuses, assim como o campo dos saberes, a filosofia ou as matemáticas, permanecem hostis a elas. Essas divisões simbólicas dos sexos são, de todas, as mais sólidas e as mais invisíveis. (PERROT, 1988, p. 91).

Muitas correntes historiográficas modernas passaram a definir as mulheres e sua história ao longo dos séculos, apontando que houve significativa contribuição no século XX para que as desigualdades entre homens e mulheres passassem pelo entendimento de que essas diferenças são construídas, historicamente, nas relações sociais e não resultantes de fatores biológicos, ditos como “naturais”. Uma das precursoras dessa ideia é Simone de Beauvoir que, em sua obra “O segundo sexo”, afirma:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. (BEAUVOIR, 1980, p. 9).

O processo de inserção da mulher na vida pública e a sua dimensão de sujeito que busca um espaço é vastamente discutido por vários autores/as. No entanto, para melhor compreensão do papel da mulher se faz necessário uma reflexão sobre o mercado de trabalho e a inserção das mulheres.

A entrada mais expressiva de mulheres no mercado de trabalho é marcada por períodos de crise, como a Primeira Guerra Mundial, em que elas substituíram, temporariamente, os postos de trabalho dos homens que foram à guerra, ou por períodos de transformação produtiva, como na primeira Revolução Industrial, quando o trabalho feminino passou a ser interessante para as indústrias nascentes. Sem contar também com os movimentos feministas, que lutaram por direito ao trabalho, à remuneração e ao voto, entre outras reivindicações sociais. O trabalho da mulher nos períodos das guerras também é referenciado por Perrot:

Desempenhavam as mulheres, então, o papel de “exército de reserva” do capitalismo, fazendo concorrência aos homens, embora sendo menos bem pagas. A admissão das mulheres nos escalões mais baixos permitiu que os homens subissem na hierarquia dos empregos mais qualificados e mais bem remunerados. (PERROT, 1998, p. 100).

A consolidação do sistema capitalista foi essencial para que houvesse a organização e a concretização do trabalho feminino no mundo e no Brasil. A mão de obra feminina foi necessária para as fábricas, pois com a revolução industrial a todo vapor, surgem as máquinas, a tecnologia e o trabalho em massa, de homens e mulheres, inclusive de crianças.

No Brasil, há registros de que as mulheres ingressaram no mercado de trabalho já no Brasil colônia, pois há indícios de existência de 24 fiandeiras³⁸ nas oficinas para aprendizagem de ofícios, nos

³⁸ As fiandeiras exerciam o trabalho de colher, tratar, tingir, fiar e tecer o algodão e outras fibras têxteis como a lã e a seda. O envolvimento das mulheres com a produção têxtil é algo que remonta às civilizações milenares, desde o Antigo Egito que essas tarefas têxteis estiveram entregues a elas. Para Lima (2010), no Brasil, durante o final do século XVIII e boa parte do século XIX, muitas mulheres brancas, negras, livres, escravas, ricas e pobres se encarregaram

colégios do Maranhão e do Pará. Esta atividade era ofertada na educação das índias para a prática regular do trabalho. (VEIGA, 2007).

Foi na década de 1970 que a inserção das mulheres no mercado de trabalho passou a ganhar impulso. A necessidade de trabalhar e de colaborar no sustento da família foi um forte apelo para as mulheres saírem do âmbito privado e investirem em suas carreiras na vida pública.

Partindo deste ponto de vista, destacaríamos a década de setenta como um momento histórico marcos do início da expressiva entrada feminina no mercado de trabalho. Os anos dos chamados “milagre econômico” (1968-1973) e da “marcha forçada” (1974-1979) que impulsionavam a economia brasileira e traziam a cena, através de diferentes tipos de inserção, a participação das mulheres como condição *si ne qua non* deste processo.

Para Brushini e Lombardi (2003), enquanto a participação feminina se apresenta com crescimento, o grupo masculino apresenta uma taxa praticamente linear, com pequenas variações ao longo do período. Essa importante transformação seria resultado não só da necessidade econômica e das oportunidades oferecidas pelo mercado em conjunturas específicas, mas também, em grande medida, das mudanças demográficas, culturais e sociais que estão ocorrendo no país e que afetaram as mulheres e as famílias brasileiras.

[...] o significativo aumento das atividades das mulheres, uma das mais importantes transformações ocorridas no país desde os anos 1970, teria resultado não apenas das necessidades econômica e das oportunidades oferecidas pelo mercado, em conjuntura específica, mas também, em grande parte, das transformações demográficas, culturais e sociais que vem ocorrendo no país e que têm afetado as mulheres e as famílias brasileiras. (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2003, p. 328).

de fiar e tecer para vestir a si mesmas, a sua família e boa parte da população provincial, numa dinâmica e importante produção têxtil artesanal caseira, contribuindo, não só para manutenção e sustento da casa, mas também para produzir a riqueza da Província.

Nessa década, o movimento feminista teve uma grande importância nas lutas pela igualdade das mulheres. Houve em diversos momentos históricos, anteriores ao movimento feminista, iniciativas políticas de mulheres buscando alterar uma posição subalterna na sociedade. Um desses exemplos são as chamadas sufragistas, que lutaram, no início do século passado, para que as mulheres tivessem o mesmo direito de votar, ou seja, a luta pelo voto feminino. Para Louro (2011), uma das mais significativas marcas do feminismo foi seu caráter político, que construiu o lugar social das mulheres.

Por essa razão, Pedro (2012, p. 09) reforça que o século XX foi “chamado de ‘século das mulheres’ em razão das transformações aceleradas que propiciou à experiência feminina. Foi uma época de ampliação de direitos, oportunidades e mudanças, tanto na qualidade de vida das mulheres, quanto no imaginário coletivo”.

Atributos supostamente “femininos” foram amplamente discutidos pelo feminismo e, com isso, no meio acadêmico, houve uma disseminação de estudos sobre as mulheres e, posteriormente, sobre gênero. A existência de estereótipos sexistas em relação às mulheres tornou o feminismo não apenas um movimento que buscava compreender a situação das mulheres na sociedade, mas, sobretudo, um movimento político contra a subordinação e a opressão delas. (SACRAMENTO, 2007). Os diferentes modos de tratar o gênero – masculino e feminino – e as formas de atuar nas relações sociais de poder entre homens e mulheres são decorrentes da cultura, e não das diferenças naturais instaladas nos corpos de homens e mulheres.

Meyer (2001), afirma que o conceito de gênero introduz modificações importantes nos estudos feministas: não se fala mais de mulher no singular, mas “mulheres”, uma vez que se entende que muitas outras formas de diferenças e desigualdades se entrelaçam com o gênero e, precisam ser problematizadas juntas, incluindo também os homens.

Para Joan Scott (1995), o gênero legitima, constrói as relações sociais entre os sexos, pois é a forma de dar sentido às relações. Como definido pela autora, como já visto: “o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. (SCOTT, 1995, p. 90).

Segundo Louro (2011), como construção social e histórica, o conceito de gênero pressupõe pluralidade e multiplicidade nas concepções de homem e mulher, ao passo que é no âmbito das relações sociais que se constroem os gêneros. Para a autora (LOURO, 2011, p.

27), “o conceito de gênero passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos”.

As mulheres têm adentrado em esferas que eram somente preenchidas pelo trabalho masculino, introduzindo novos tipos de conflitos em campo legitimado pela dominação masculina. Calazans estudou a presença feminina em polícias de outras partes do mundo e identificou semelhanças nos processos de inserção das mulheres nessas instituições. Dentre essas semelhanças, a autora destaca que as mulheres entraram em espaços preenchidos pelo trabalho masculino, “seja por necessidade de complementar a renda familiar, por necessidades da organização, por aspirações pessoais, ou por tornarem-se as “provedoras” de lares” (CALAZANS, 2003, p. 22).

A repercussão da mudança do papel da mulher na sociedade é evidente com o crescimento significativo do número de mulheres no mercado de trabalho, na escolarização e nas relações de poder, que também são percebidas com essas transformações. A feminização do mundo do trabalho mostra-se crescente e as mulheres também chegam às Polícias, em especial neste estudo, à Polícia Civil catarinense. Ingressar nas instituições policiais, nas décadas de 1960 e 1970 do século XX, certamente era uma atitude ousada por parte das mulheres que decidiram assumir uma carreira tradicionalmente masculina. As mulheres, nesse sentido, começam a desconstruir um paradigma até então consolidado, mudando os quadros estruturais de uma instituição e alterando o ambiente totalmente masculino.

O processo de feminização das polícias no Brasil vem ocorrendo também pela mudança do papel das instituições policiais perante à sociedade, que procura uma atuação mais preventiva e comunitária. Independentemente das razões que levaram as mulheres a ingressar nos espaços sociais ocupados por muito tempo apenas pelo trabalho masculino, essa feminização continua crescendo.

Cabe ressaltar que, com a inserção no mercado de trabalho, as mulheres passaram a desenvolver maior consciência sobre sua condição enquanto sujeitos de sua história, o que pode ter estimulado o ingresso também nas carreiras policiais, como veremos na próxima seção.

4.2 AS MULHERES NA POLÍCIA CIVIL

A Polícia Civil de Santa Catarina, como em outras realidades, representa um espaço de atuação profissional historicamente masculino, que vem passando por mudanças em razão da progressiva inserção das mulheres na instituição.

Segundo informações do Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Segurança Pública – SSP/SC, a presença feminina na Polícia Civil de Santa Catarina é datada de 1946³⁹. Conforme já referido no início desse trabalho, não é possível precisar se teria sido nesse ano que as primeiras mulheres ingressaram na instituição, uma vez que as informações disponíveis referem-se apenas às mulheres policiais do atual quadro funcional e não as que já estão na inatividade (aposentadas). Por essa razão, não se pode afirmar, também, que essa mulher que teria ingressado na Polícia Civil catarinense em 1946, tenha sido a primeira mulher policial, uma vez que era comum que as mulheres fossem oriundas de outras secretarias, bem como não há como informar se antes dela houvera outras, posto que não há, também, referência às mulheres policiais já falecidas ou as que pediram exoneração ao longo da carreira.

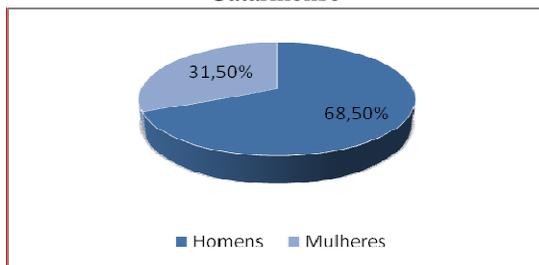
Diante da inserção das mulheres na Polícia Civil catarinense, surge a seguinte questão: Quantas mulheres seguiram a carreira de Delegada de Polícia, o posto mais alto na Polícia Civil? Conforme dados documentais, somente em 1972 uma mulher ingressou por meio de concurso público, na carreira de “Delegado de Polícia”. Essa mulher, Lúcia Maria Stefanovich, ao ser diplomada no Curso de Formação da Escola de Polícia, torna-se a primeira Delegada de Polícia do Estado de Santa Catarina, bem como a primeira Delegada de Polícia do Brasil (CORDOVA; TEIXEIRA; OTMEIER, 2010).

Esse comportamento “atrevido” das mulheres permitiu a construção de outro cenário, o que me instigou a buscar compreender, na perspectiva das relações de gênero, como foi o processo de formação das primeiras mulheres no Curso de Formação da ACADEPOL/SC, na primeira década da existência da instituição.

³⁹ Em relatório fornecido pelo Setor de Recursos Humanos da SSP/SC verifica-se que o primeiro nome feminino na Polícia Civil de Santa Catarina surge em 1946. Trata-se de Maria do Rosário M. Neves, admitida em 22/11/1946 (hoje aposentada).

Os dados obtidos sobre o ano de 2012 assinalam que as mulheres ocupam 31,5% do quadro efetivo da Polícia Civil catarinense, como já foi mencionado. Dos 3.490 (três mil, quatrocentos e noventa) policiais, 1.101 (um mil, cento e uma) são mulheres, como indica o gráfico que segue:

Gráfico 1: Percentual de homens e mulheres na Polícia Civil Catarinense



Fonte: Gerência de Recursos Humanos da Polícia Civil de Santa Catarina (Outubro/2012)

Esse efetivo está distribuído em diferentes funções, como demonstra o quadro a seguir:

Quadro 4 - Distribuição do efetivo da Polícia Civil de Santa Catarina por Sexo e Cargo

| Cargo | Homens | Mulheres |
|-----------------------|--------|----------|
| Delegado/a de Polícia | 342 | 81 |
| Escrivão/ã de Polícia | 274 | 313 |
| Agente de Polícia | 1.763 | 666 |
| Psicólogo/a Policial | 10 | 41 |

Fonte: Gerência de Recursos Humanos da Polícia Civil de Santa Catarina (Out. 2012)

Atualmente, são os quatro cargos apresentados no quadro anterior que desenvolvem as atribuições de competência da Polícia Civil Catarinense. Todas as atividades são desenvolvidas pelos/as policiais civis em suas carreiras e chefiadas pelos/as Delegados/as de Polícia. Atividades estas, diversas e multifacetadas, as quais estão discriminadas na Lei complementar nº 453/2009, já citada anteriormente.

O/a Delegado/a de Polícia é o superior hierárquico funcional em relação a todos os cargos da Polícia Civil. Os/as Escrivães/ãs, Agentes de Polícia e Psicólogos/as trabalham diretamente com o Delegado/a de

Polícia, a quem compete as atividades administrativas e intelectuais da Polícia Civil. Por essa razão, na formação da carreira de delegados são ministrados conhecimentos relativos às atribuições de todas as demais carreiras policiais.

O/a Escrivão/a tem suas atribuições voltadas para escrita e escrituração, cabendo as funções de digitar os termos de declarações dos envolvidos em delitos, oitiva⁴⁰ de testemunhas, interrogatórios do inquérito policial, enfim, tudo que for digitado, documentado no cotidiano policial, inclusive o arquivamento de documentos da Delegacia de Polícia. Por isso, esse cargo tem funções especificamente burocráticas⁴¹, na maioria das vezes, mais voltadas a serviços internos. Com exceção das atribuições do Delegado/a de Polícia, a maior diversidade de atribuições policiais burocráticas é do/a Escrivão/ a de Polícia. No entanto, nada impede que este profissional também saia em diligências, quando for requisitado pelo/a seu/sua superior/a.

O cargo de Agente de Polícia tem as atribuições mais operacionais, ou seja, serviços voltados à investigação, comumente realizados fora da delegacia e denominados de “serviços de rua”, tais como diligenciar para investigar condutas criminosas e seus autores, cumprir mandados de busca e apreensão, bem como mandados de prisão, relatórios de investigação, escutas, etc. Tudo sob a supervisão do/a Delegado/a de Polícia.

Já o/a Psicólogo/a Policial tem suas atribuições voltadas à confecção de laudos psicológicos, atendimentos às vítimas de violências variadas, ou seja, serviço mais burocrático.

Cabe ressaltar que, na prática cotidiana, os/as policiais não fazem somente o que está previsto nas suas atribuições legais. Uma vez que a Polícia Civil de Santa Catarina está com um quadro efetivo reduzido, aqueles/as que atuam em cargos burocráticos, muitas vezes, são solicitados/as para outras funções e acabam desviando-se de suas atribuições. É comum que Escrivães/ãs possam ser vistos efetuando “serviços de rua”, por exemplo. O que se percebe é que é recorrente na instituição, desde muito tempo, que o desenvolvimento das atribuições

⁴⁰ Oitiva é um termo jurídico que pode ser definido como ouvir uma testemunha arrolada em processo criminal.

⁴¹ Cabe mencionar, que nesse trabalho usaremos a denominação “burocrática” para indicar um trabalho interno com os papéis confeccionados pelos policiais civis, ou seja, inquéritos, termos, declarações, etc.

de cada policial depende da realidade de cada delegacia, havendo, muitas vezes, a necessidade de que homens e mulheres oriundos de cargos operacionais se voltem para serviços mais burocráticos ou vice-versa.

No quadro anteriormente apresentado, além de o segmento feminino ser minoritário na Polícia Civil, fica evidente que poucas mulheres ocupam cargos de Delegada de Polícia, que é o mais alto da instituição. Os homens também são maioria no cargo de Agente de Polícia, atividade mais investigativa e operacional, muitas vezes, externa à unidade policial.

O número de mulheres só é superior ao de homens nos cargos de Escrivão/ã de Polícia e Psicólogo/a Policial. Talvez isso esteja relacionado com atribuições consideradas historicamente como próprias para o feminino, relacionadas ao cuidado e a organização; no caso em questão, o serviço burocrático das Delegacias de Polícia e o atendimento psicológico às vítimas.

Scardueli (2006), em estudo que investigou a representação da Delegacia da Mulher para a Polícia Civil, identificou no discurso de policiais civis a presença da reprodução de padrões sexistas. Entre os/as policiais do gênero masculino e feminino, reproduzia-se a noção de senso comum de que a mulher pertence ao mundo do privado, enquanto que os policiais homens ao mundo público, compreendido por atividades de ação física (trabalhos externos, dar voz de prisão, enfrentar situações que envolvam perigo físico, impor respeito através da força física) (SCARDUELI, 2006). Os papéis dos policiais do sexo masculino foram “identificados como portadores de força física, provedores de segurança, e garantidores de respeito aos procedimentos policiais” (2006, p. 112).

É notório que as barreiras do gênero apareçam nessa instituição, pois embora as mulheres estejam ocupando espaços masculinos, acabam assumindo funções consideradas mais “apropriadas” ao sexo feminino.

Diante dessa problemática, parto das narrativas das primeiras alunas no Curso de Formação e fiz uso de suas memórias para reconstituir o passado vivenciado e o processo de inserção delas na polícia, dando visibilidade às lembranças e às histórias das entrevistadas no cenário da ACADEPOL/SC, na primeira década de sua existência.

4.3 O INGRESSO DAS PRIMEIRAS MULHERES NA ACADEPOL/SC

As histórias das entrevistadas vão se entrelaçando e formando um tecido de lembranças e recordações que foram significativas e, como diria Bosi (1994, 22), “fica o que significa. O que significa em mim fica? O que em mim significa?”. Ancorada nesse pensamento é que fui tecendo aqui as histórias apresentadas pelas entrevistadas.

A presença feminina na Polícia Civil pode-se dizer que é recente e responde, como já dito, a uma pressão social em âmbito internacional iniciada na década de 1960 e, no Brasil, com o movimento feminista dos anos de 1970. A partir desses movimentos, houve a democratização dos campos de trabalho em diversas áreas. O ingresso das mulheres na Polícia Civil e, conseqüentemente, na ACADEPOL/SC, não está dissociado do movimento de entrada das mulheres no mercado de trabalho. O depoimento de Joana (nome fictício), ilustra esse movimento:

Eu acredito que naquela época (1970) a mulher começou a se projetar na vida profissional, porque até então ela era muito presa às atividades domésticas e filhos. E de repente houve uma revolução em que a mulher começou a se projetar profissionalmente. [...] O fato de ser policial naquela época era diferente, nós fomos as primeiras a passar em concurso. O concurso não foi fácil, se não me engano tinha em torno de oitocentos candidatos⁴².

Para Joana, sair do mundo doméstico e ingressar numa profissão secularmente masculina, realmente pode ter sido visto como algo diferente. Em seu entendimento, foi uma “revolução”. Ela realizou o concurso público de 1969 e ingressou na Polícia Civil no cargo de Escrivã⁴³, em 1970. Trabalhou por muitos anos no Departamento de

⁴² Joana. Entrevista citada.

⁴³ Escrivã era o cargo, à época, posteriormente, foi denominado Escrevente Policial e, atualmente, é o cargo de Agente de Polícia.

Trânsito – DETRAN e, atualmente, trabalha numa Delegacia de Polícia na grande Florianópolis/SC.

Em 1970, concluíram o primeiro curso de Escriturários dezoito alunos/as, sendo treze mulheres, dentre elas Joana, e cinco homens. Observa-se que mesmo não tendo sido dito, explicitamente, nos relatórios⁴⁴ da Escola de Polícia de que havia necessidade de mulheres para setores administrativos, ou seja, para os serviços mais burocráticos, na relação de alunos/as desse curso percebe-se que a maioria é do sexo feminino, o que pode indicar uma preferência da instituição pelas mulheres em funções burocráticas.

O ingresso ao mercado de trabalho, decorrente da transposição das barreiras entre o privado e o público pelas mulheres, traz consigo problemas. Um deles se expressa, geralmente, na ocupação de postos mais baixos na hierarquia funcional em relação aos ocupados pelos homens.

Para Brasil (2008), a inserção das mulheres em instituições policiais não está desvinculada do crescimento de seu ingresso no espaço público e no mundo do trabalho contemporâneo. “Os estudos de gênero revelam que a entrada das mulheres no mundo do trabalho globalizado tem crescido, expressando uma tendência de inserção em alguns ramos antes considerados como “guetos masculinos”, como é o caso das instituições policiais”. (BRASIL, 2008, p. 11).

No ano de 1971, ingressaram nas carreiras de Agente Fiscal e Escriturária, Sonia Maria Vieira e Neli Lucia de Medeiros, respectivamente. As duas carreiras foram incorporadas pelo cargo de Agente de Polícia, anos mais tarde, como já foi mencionado.

Sonia Maria Vieira trabalha no atendimento ao público na Diretoria de Polícia da Grande Florianópolis e sempre atuou no serviço interno dentro da Polícia Civil, pois o cargo de Agente Fiscal foi extinto dois anos após o seu ingresso. Narra, ainda, que a família era contrária a sua entrada no mercado de trabalho. Segundo ela: “Meu pai não queria. Ele queria que eu fizesse faculdade e também porque era a única filha mulher, acho que ele queria que eu ficasse em casa”,⁴⁵.

⁴⁴ Foram analisados os relatórios encontrados na ACADEPOL/SC referentes ao ano da pesquisa.

⁴⁵ Sonia Maria Vieira. Entrevista citada.

Já Neli, atualmente trabalha na Delegacia de Palhoça/SC. Relatou que começou a trabalhar no ano de 1971, como Escriurária no prédio da administração da Polícia Civil, logo observou que gostava mesmo era do serviço externo que a polícia desempenhava “na rua” como as investigações, prisões, cumprimento de mandados, etc. Assim, prestou outro concurso para o cargo de Comissária de Polícia e, desde então, atua em ações mais operacionais na instituição.

Em 1971, por meio do Edital nº 007/EPC/71, de 07 de dezembro, 378 candidatos se inscreveram para os cargos de Delegado de Polícia, Escrivão de Polícia, Comissário de Polícia, Técnico Dactiloscopista, Agente de Polícia e Motorista Policial. O Curso de Formação referente a esse concurso foi realizado no ano de 1972.

Foi em função desse concurso que a primeira Delegada de Polícia do Estado de Santa Catarina - Lúcia Maria Stefanovich⁴⁶ - ingressa no Curso de Formação. A Delegada Lúcia, que atua até os dias de hoje na Capital do Estado catarinense, ocupou vários cargos durante sua carreira na Polícia Civil.

Segundo a Delegada Lúcia, “a opção pela carreira veio pela convivência durante meu curso de direito com policiais, alguns eram comissários, outros já pretendiam fazer concurso para Delegado⁴⁷”. Narra ainda, que seus familiares ficaram preocupados com o seu ingresso. Segundo ela, era comum que o pai dissesse: “que profissão é essa que essa menina escolheu!”. Lúcia ainda diz que, até então, “não existia mulher nenhuma ocupando esse cargo, mesmo assim, minha família sempre me apoiou, mas sempre muito preocupada”⁴⁸.

Pude observar no depoimento e na própria trajetória profissional, que a Delegada Lúcia se posicionou nos espaços masculinos da época, pois, além de ingressar, no ano de 1971, no cargo de Delegada de Polícia, na mesma época, concluiu o curso de Direito, outro espaço possivelmente ocupado por maioria masculina.

Odete Besen Formighieri⁴⁹ ingressou no Curso de Formação em 1973, na carreira de Comissária de Polícia, cargo atualmente também denominado Agente de Polícia. Sempre atuou nos serviços operacionais,

⁴⁶ Lúcia Maria Stefanovich. Entrevista citada.

⁴⁷ Lúcia Maria Stefanovich. Entrevista citada.

⁴⁸ Lúcia Maria Stefanovich. Entrevista citada.

⁴⁹ Odete Besen Formighieri. Entrevista citada.

desempenhando função nos plantões de atendimento de diversas delegacias na cidade de Florianópolis e, atualmente, trabalha com os arquivos da 1ª Delegacia da capital.

Quanto ao ingresso dessas mulheres na Polícia Civil catarinense, podemos afirmar que entre as razões para a escolha há fortes indícios da centralidade familiar, pois os dados também revelam a existência de outros familiares na mesma instituição.

Alguns depoimentos mencionam que elas souberam do concurso avisadas pelos familiares ou conhecidos. Observa-se que os antecedentes familiares também são relevantes para motivar o ingresso na profissão, como foi o caso de Odete. Por intermédio de conhecidos, soube do concurso público e se interessou pela carreira. Assim narra:

O namorado da minha irmã, que já era policial civil, na época tinha carreira de motorista policial, me sugeriu para fazer o concurso para a Polícia Civil. Ele ainda citou que aqui em Biguaçu tinha a Maristela que era policial e outras mulheres que ele conhecia que também eram policiais. Fiquei interessada e me inscrevi. Fiz a prova, o concurso, sem apadrinhamento, sem nada, e passei⁵⁰.

Por meio da análise do Relatório da ACADEPOL/SC, do ano de 1973, e pela própria entrevista com a policial, pode-se constatar que, dentre os dezessete alunos que frequentaram o curso de Comissário de Polícia naquele ano, Odete era a única mulher.

No ano de 1974, Maria Raquel da Silva ingressou no cargo de Escrivã de Polícia. Segundo ela, foi no ano de 1973 que uma pessoa chegou e lhe disse: “vai ter um concurso para polícia civil”. Raquel se interessou, mas pela carreira de escrivão. Nas suas palavras: “Eram poucas vagas [...], vou estudar e fazer para escrivão, porque para serviço de rua não quero⁵¹”.

Raquel relata ainda, que já tinha um irmão policial, que ingressara em 1970, e quando contou para seu irmão que havia feito inscrição para o concurso na Polícia Civil, recorda que “ele ficou muito

⁵⁰ Odete Besen Formighieri. Entrevista citada.

⁵¹ Maria Raquel da Silva. Entrevista citada.

bravo, deu uma revolução lá em casa. Ele dizia: - tu não vai saber lidar, pois é muito homem para pouca mulher”. Já a mãe lhe apoiava e dizia: “deixa ela, ela sabe o que faz⁵²”.

Percebe-se no caso de Maria Raquel que não houve tantas dificuldades no seu ingresso, pois sua mãe aprovou sua escolha e a motivou a seguir com o concurso, mesmo com o irmão policial discordando da escolha profissional da irmã. Com certeza, a opinião da mãe foi fundamental para a tomada de sua decisão.

Neste cenário, observei que mulheres decidiram sair do espaço doméstico e ingressaram no mercado de trabalho em busca de uma carreira profissional. Um dos enfrentamentos encontrados por elas foi com as próprias famílias que, de alguma forma, ao tentar protegê-las, reforçavam a noção de que o sexo feminino é frágil e, por isso, as mulheres deveriam permanecer no âmbito doméstico ou procurar por profissões aceitas como mais apropriadas às mulheres, como o magistério, por exemplo.

Todavia, estudos apontam que a opinião de um familiar vinculado à carreira pode influenciar positivamente. Ao investigar sobre a percepção dos/as delegado/as na Polícia Civil do Rio Grande do Sul, Sacramento (2007, p. 77) constatou que “ter parentes vinculados à Polícia Civil ou áreas afins, principalmente para aqueles com ingresso anterior à década de 90 foi considerado em elemento importante, intervindo na escolha profissional”.

No ano de 1976, foi admitida no quadro funcional da Polícia Civil, a Escrivã de Polícia Darci Maria Waltrich. Ela trabalhou sempre no serviço burocrático como Escrivã, primeiramente na cidade de Joaçaba e há anos trabalha na Delegacia Regional de Polícia de Criciúma, onde atua nos processos administrativos do órgão de trânsito – CIRETRAN.

O valor, três vezes maior, de que o salário de professora, foi o que motivou Darci a prestar concurso para Polícia Civil, conforme o explicitado no excerto de sua narrativa:

Eu não tinha amigos e nem familiar nesse meio, isso foi uma opção minha. Simplesmente queria ver a diferença do trabalho. O que me levou foi a

⁵² Maria Raquel da Silva. Entrevista citada.

curiosidade e também um pouco do vencimento, que na época que eu lecionava, dentro da minha área de escritã de polícia, ganhava três vezes a mais⁵³.

Além do salário mais elevado, outra questão que chama a atenção na narrativa de Darci é a curiosidade dela sobre a carreira policial. Ela queria saber a diferença entre ser professora e policial. Posso inferir que ela não se moldou às representações impostas às mulheres pelo imaginário social da sua época. Ela decidiu ousar quando deixou o ambiente feminino do magistério para ingressar no ambiente masculino da polícia.

Darci deixa claro em sua fala que tinha consciência de que para as mulheres saírem daquela condição do mundo privado em que viviam, deveriam estudar. Assim, ela disse aos familiares, logo cedo: “eu não quero mais saber de trabalhar na roça, eu quero é estudar”⁵⁴.

Diversas foram as motivações que levaram as entrevistadas a ingressarem na carreira policial, desde a influência familiar, passando pela perspectiva de um trabalho novo e até a possibilidade de um salário maior.

Um aspecto que merece destaque é que quatro das entrevistadas (Joana, Odete, Raquel e Darci) mencionaram em suas narrativas sobre a profissão docente. Algumas tiveram experiências com trabalho em sala de aula e não gostaram, alegando descontentamento com a profissão, por não se adaptarem, por não se sentirem preparadas ou até porque pretendiam melhores salários, como se vê em alguns fragmentos a seguir:

A minha formação era para ser professora primária. Justamente naqueles anos que me formei, inventaram a prova de estágio, e eu não passava na prova de estágio, lecionei apenas dois anos como professora substituta e depois passei no concurso da polícia [...] também pelo salário,

⁵³ Darci Maria Waltrich. Entrevista citada.

⁵⁴ Darci Maria Waltrich. Entrevista citada.

como professora substituta eu ganhava Cr\$100,00 e quando fui nomeada eu ganhava Cr\$770,00⁵⁵.

Eu não sei o que me deu... deu uma loucura e eu disse: “eu vou” [fazer concurso para policial], também acho que não gostei do negócio de dar aulas, não gostei de ser professora. Certo dia minha madrinha pediu para eu ficar um mês dando aulas em seu lugar, mas não gostei muito, porque era muito presa⁵⁶.

Na época eu era professora primária. No final do ano cheguei da escola e vi uma notícia dizendo que tinha concurso para polícia civil, mas eu nem sabia prá quê servia. Passei no concurso e pedi exoneração da educação para a secretaria de segurança, mais por curiosidade, para ver como é que era o trabalho e também, pelo vencimento⁵⁷.

Joana, era professora formada no Colégio Normal da cidade de Biguaçu/SC. Sobre o seu ingresso narra: “trabalhei na Farmácia Catarinense primeiro, depois fui ser professora, trabalhava com crianças, mas não era o que queria ainda. E quando saiu o concurso para a Polícia Civil eu me empolguei e fiz⁵⁸”.

Nesse período em que as entrevistadas ingressaram na polícia, a docência ainda era considerada uma das profissões mais recomendadas às mulheres em função do processo de feminização do magistério. Porém, algumas das entrevistadas afirmaram que não queriam ser professoras, certamente porque almejavam alternativas de trabalho diferenciadas, num mercado que estava em expansão, pois era possível alçar voos em outras frentes de trabalho.

Observei que entre as mulheres que saíram do Magistério para vir para a polícia, um dos aspectos que as estimulou foi a questão salarial, talvez movidas pela necessidade de independência econômica. Isso

⁵⁵ Odete Besen Formighieri. Entrevista citada.

⁵⁶ Maria Raquel da Silva. Entrevista citada.

⁵⁷ Darci Maria Waltrich. Entrevista citada.

⁵⁸ Joana. Entrevista citada.

implica refletir sobre a desvalorização salarial do Magistério desde aquela época. Ressalta-se, porém, que essa valorização mencionada pelas entrevistadas sobre o salário da Polícia Civil da época não perdurou, visto que, atualmente, é a questão salarial um dos grandes descontentamentos da classe.

Para Louro (2011), no Brasil, é possível identificar algumas transformações sociais que, ao longo da segunda metade do século XIX, vão permitir não apenas a entrada das mulheres nas salas de aula, mas, pouco a pouco, o seu predomínio como docentes. A mulher, então, está associada à professora, não somente na sala de aula, mas sobretudo na sociedade; elas são compreendidas como mães dos alunos/as, comumente lhes agregando também as marcas religiosas, ligadas ao caráter de um ser dócil - que ama, que protege - preceitos que estão, intimamente ligados à profissão docente. (LOURO, 2011).

Mesmo a docência sendo recomendada para as mulheres, a Delegada Lúcia⁵⁹ não desejava atuar na área, apesar de ter feito o Curso Normal. Assim, narra: “vim para Florianópolis, para o internato do Colégio Coração de Jesus. Fiz meu ginásio e, embora não quisesse ser professora, fiz o curso normal”.

A condição de Lúcia como normalista é fruto de um processo histórico, pois desde o século XIX, pouco a pouco os homens vão abandonando as salas de aula e as escolas normais vão formando mais e mais mulheres. Essa característica mantém-se por todo o século XX, estimulada, sobretudo, pelas intensas transformações econômicas, demográficas, sociais, culturais e políticas por que passa o país e que acabam por determinar uma grande participação feminina no mercado de trabalho em geral. (VIANA, 2001/2).

A desistência do magistério e o ingresso na profissão policial talvez tenha significado um grande desafio, uma vez que para se adequarem ao rigor do ofício, as mulheres suportaram uma longa e árdua aprendizagem, como forma de garantia de sobrevivência nesse mundo masculino, aliada ao desejo da estabilidade no mundo do trabalho com as transformações necessárias do próprio modelo de polícia.

Tendo ingressado na Polícia em 1977, no cargo, posteriormente extinto, de Sistema de Informações, Maria de Fátima de Souza Ignácio,

⁵⁹ Lúcia Maria Stefanovich. Entrevista citada.

desde 1996, quando prestou novo concurso público, ocupa o cargo de Delegada de Polícia. Da função inicial foi remanejada para os cargos de Perito Criminalístico e Inspetora de Polícia, o qual ocupava quando foi aprovada, em 1995, para a carreira de Delegada de Polícia, função que desempenha, atualmente, na cidade de Navegantes.

Maria de Fátima relatou que seu ingresso deu-se por intermédio de parentes próximos. Em suas palavras: “meu irmão já era Delegado e quando saiu o concurso foi ele quem telefonou avisando, pediu para que eu me inscrevesse”. Alega que optou pela carreira policial por entender que o serviço que iria desempenhar era mais administrativo, ou seja, com características mais acessíveis às mulheres. “A carreira que eu optei era mais administrativa, não era tão operacional e se enquadrava ainda com a minha cabeça daquela época”⁶⁰.

Abramo (2007, p. 231-232) afirma que, “a provável diminuição do esforço físico e da periculosidade facilitariam o acesso das mulheres a inúmeras profissões e qualificações até então definidas como ‘tipicamente masculinas’”, o que possivelmente justifique a escolha de Maria de Fátima.

A entrevistada alega que quando ingressou na polícia atuava somente no serviço burocrático, haja vista ser característica de seu cargo. Observa-se que atualmente no cargo de Delegada de Polícia atua tanto em situações operacionais, ou seja, em “serviços de rua”, quanto em serviços administrativos, dentro da delegacia. Isso demonstra que essa entrevistada foi mudando sua forma de olhar para sua carreira e foi se reconstruindo enquanto mulher e profissional.

A questão do gênero parece estar na ordem das coisas. Ao incorporarem o estereótipo de “sexo frágil”, as mulheres acabam impondo restrições ao desenvolvimento das suas próprias carreiras. Percebe-se que em algumas situações as policiais pesquisadas preferiram funções mais protegidas, como os serviços administrativos dentro das delegacias e secretarias, enquanto que os homens se dedicaram aos serviços mais perigosos, o que na linguagem policial seria “operacional”, de “rua”, reforçando assim, as relações desiguais entre o masculino e o feminino.

Sobre a sua inserção nessa profissão, Neli afirma que foi em função de sua condição de mulher corajosa: “É que eu tinha fama de

⁶⁰ Maria de Fátima de Souza Ignácio. Entrevista citada.

valentona. A gente criada no Rio de Janeiro já é diferente. Para ser policial tem que ter dinamismo, tem que ter coragem”⁶¹.

Possivelmente, muitas barreiras tiveram que ser rompidas relativas ao gênero no decorrer da trajetória profissional das mulheres entrevistadas. Pode-se observar que Neli rompeu com o estereótipo feminino, reforçando atributos masculinos e acredita que a mulher tem de se masculinizar para atuar em cenários ocupados pelos homens.

Após analisar dados de pesquisa sobre o perfil das mulheres na Polícia Civil do Ceará, Bezerra e Lopes (2008) ressaltam que a sobrevivência nesse espaço hierarquizado não deve ser tarefa fácil, mesmo porque as mulheres, supostamente, reforçam alguns valores institucionais e da cultura considerados masculinos. Assim, “para se fazerem respeitar [...] elas, muitas vezes, têm que parecer iguais aos homens nos modos de pensar, nos comportamentos e nas formas de fazer polícia, o que não quer dizer, necessariamente, que perderam a sua ‘feminilidade’”. (2008, p. 59).

O ingresso das mulheres na Polícia Civil é entendido, então, pela maioria das entrevistadas, como consequência da época, em que o contexto social desafiava as mulheres pela busca de outros espaços, até então masculinos. Isso, certamente, veio acompanhado por barreiras culturais, sociais e históricas. Passar pela ACADEPOL/SC significou vivenciar situações novas para o mundo feminino. Estas mulheres escolheram a Polícia Civil como carreira e foi nela que construíram suas identidades profissionais. Formas de agir e pensar são alteradas dentro de uma instituição masculinizada, permitindo supor que as subjetividades e os comportamentos das mulheres foram sendo ressignificados pelo ambiente institucional.

Mesmo sendo um espaço masculino que apresenta dificuldades para o ingresso das mulheres, gerando dúvidas, tanto no momento da escolha dessa profissão, como na trajetória ao longo da carreira, observa-se, de modo geral, que as mulheres que ingressaram na polícia, permanecem em suas funções até hoje, como é o caso das entrevistadas. Isso permite a constatação de que este espaço também é feminino e que as funções podem ser desempenhadas tanto por homens, quanto por mulheres.

⁶¹ Neli Lucia de Medeiros. Entrevista citada.

Importante ressaltar que com a Lei Complementar 343/2006 (SANTA CATARINA, 2006), os/as policiais civis catarinense adquiriram o direito à aposentadoria especial. A partir de então, as mulheres com 25 anos de tempo de serviço prestado e os homens com 30 anos de serviços podem se aposentar da carreira policial.

Ao evocarem suas memórias, as entrevistadas foram reconstruindo e ressignificando suas trajetórias, ou seja, o passado foi vivenciado. Todas as oito entrevistadas desta pesquisa, já ultrapassaram, em muito, o tempo de serviço exigido para a aposentadoria (média entre elas de dez anos). Mesmo assim, todas afirmaram que, por ora, não pretendem deixar a função na instituição. Algumas delas até alegam que somente sairão, obrigatoriamente, aos setenta anos, com a aposentadoria compulsória. Isso permite a interpretação de que não há, por parte das entrevistadas, intenção de deixar a instituição. Enquanto outros/as policiais esperam ansiosos pelo momento da aposentadoria por tempo de serviço, essas policiais, provavelmente, já sofrem com a proximidade do tempo em que terão que deixar, por força de lei, a função policial.

No próximo capítulo, a passagem das mulheres que participaram desta pesquisa pela ACADEPOL/SC será discutida, compreendendo esse espaço de formação como um espaço de cultura própria, marcado profundamente pela cultura escolar e pela hegemonia masculina.

5 CULTURA ESCOLAR: O PROCESSO DE FORMAÇÃO NA ACADEPOL/SC E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Este capítulo faz considerações acerca da ACADEPOL/SC, a partir da discussão sobre a cultura escolar, tema que tem impulsionado vários estudos no campo da História da Educação. Parto do entendimento que a cultura escolar, instituída nos primeiros anos de existência da academia, se concretizou a partir das práticas, dos dispositivos escolares, da materialidade física e das relações de gênero que, certamente, interferiram no processo de formação das policiais que por lá passaram entre os anos de 1960 e 1970.

5.1 A CULTURA ESCOLAR NA ACADEPOL/SC E AS MARCAS DO GÊNERO

Compreendo a ACADEPOL/SC como uma instituição de ensino que se aproxima do ambiente escolar sem deixar de considerar suas especificidades. Trata-se de um espaço de construção de conhecimentos. Nesse sentido, concordo com Mogarro (2006, p. 73), quando afirma que:

As escolas são estruturas complexas, universos específicos [...]. Simultaneamente, apresentam uma identidade própria, carregada de historicidade, sendo possível construir, sistematizar e reescrever o itinerário da vida de uma instituição (e das pessoas a ela ligadas), na sua multidimensionalidade.

É na escola que normas e práticas definidoras dos conhecimentos são historicamente construídas, gerando uma cultura própria. Com este entendimento é que a categoria Cultura Escolar está sendo adotada neste trabalho, que tem como propósito possibilitar um alargamento das reflexões sobre as práticas internas da ACADEPOL/SC, na sua relação com o meio social.

No campo educacional, a busca por novos referenciais teóricos para interpretar o universo escolar tem se colocado com um desafio. Essa interpretação tem sido ampliada pela incorporação de reflexões produzidas por autores/as que dialogam diretamente com a educação, numa perspectiva histórica, objetivando esclarecer a lógica e a dinâmica

da cultura escolar. Viñao Frago (1995, 1998, 2000), Forquin (1993) e Julia (2001), entre outros autores, têm contribuído nesse viés.

No Brasil, a emergência do debate sobre a cultura escolar teve início recentemente⁶² e foi sendo apropriado/a pelos/as educadores/as de maneira variada, incitando-os/as a reconhecerem a existência de uma cultura escolar que demandava pesquisa. Para Faria Filho *et al* (2004, p. 142), “no que tange a historiografia educacional, há aproximadamente dez anos, a categoria cultura escolar vem subsidiando as análises históricas e assumindo visibilidade na estruturação propriamente dita nos eventos do campo”.

Os espaços e tempos escolares, bem como seus sujeitos, são produtores de cultura escolar e cabe mencionar que o uso dessa expressão não implica em ponderar a existência de uma cultura antagonica ou desvinculada da cultura da sociedade que a produziu e que por ela foi produzida. Nesse passo, a “articulação entre saberes, práticas e materiais escolares é que concretiza o fazer pedagógico que está no cerne da compreensão do funcionamento interno da escola e de sua função no tempo e espaço sócio-histórico. (SOUZA, 2007, p. 180).

De um lado a cultura escolar não é algo isolado da sociedade e reflexões nesse sentido têm sido evidenciadas para compreender a educação moderna e contemporânea, com o objetivo de aprofundar em determinados períodos e espaços os significados da cultura produzida nesse tipo de instituição, configurando-se em um novo modo de olhar para o ambiente escolar. Por outro lado, essa cultura também é dinâmica e transforma-se, como qualquer processo cultural.

Para Viñao Frago (1995), a cultura escolar é concebida enquanto conjunto dos aspectos institucionalizados que caracterizam a escola como uma organização e contribui para um deslocamento do olhar, pois até então, se enfatizavam apenas os processos externos à escola.

Dentro dessa perspectiva, nos espaços escolares foram sendo historicamente construídos e desenvolvidos os hábitos, ritos, modos de

⁶² Em 1990, a revista *Teoria & Educação* trazia à Língua Portuguesa os artigos de Jean Hébrard, “A escolarização dos saberes elementares na época moderna”, e de André Chervel, “História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa”. Dois anos mais tarde, a mesma revista editava o artigo de Claude Forquin, “Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais”. (Vidal, 2005).

pensar e agir, tanto dentro da escola como fora dela. Assim, a cultura escolar pode ser vista de variadas maneiras e com olhares diversos e articulados. Para o autor, este conjunto inclui toda a vida escolar, ou seja:

Práticas e condutas, modos de vida, hábitos e ritos – a história cotidiana de fazer escola -, objetos materiais – função, uso, distribuição de espaço, materialidade física, simbologia, introdução, transformação, desaparecimento...-, e modos de pensar, assim como significados e idéias compartilhadas. (VINÃO FRAGO, 1995 *apud* GONÇALVES; FARIA FILHO 2005, p. 41).

Em outra perspectiva, Julia (2001, p. 10) descreve a cultura escolar “como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”. Para o autor, essas normas e práticas são determinadas pelas finalidades que são postas à escola, as quais variam de acordo com o momento histórico a que pertencem.

Por sua vez, Forquin (1993, p.167) acrescenta que cultura escolar pode ser entendida:

Como o conjunto dos conteúdos cognitivos e simbólicos que, selecionados, organizados, “normalizados”, “rotinizados”, sob o efeito dos imperativos de didatização, constituem habitualmente o objeto de uma transmissão deliberada no contexto das escolas.

Com o entendimento referenciados pelos autores, passa-se a olhar para dentro da escola, buscando seu funcionamento interno, ou seja, as relações entre professores/as e alunos/as, normas e práticas, ritos, disciplinas, etc. Nesse contexto, as instituições carregam consigo a memória coletiva, cumprindo a mesma função que a memória pessoal tem para o indivíduo, ou seja, dar-lhe sentido e identidade.

Na medida em que se constrói a identidade da escola, a cultura escolar pode permitir seu desenvolvimento institucional voltando para o entorno, para participação democrática, para a formação e aprendizagem dos sujeitos mas, do mesmo modo, pode a escola manter-se fechada,

protegendo suas tradições hegemônicas a despeito de sua validade no cenário contemporâneo. (NADAL, 2007).

Dentro dessa ótica, Mogarro (2006, p. 80) aponta para a instituição escolar como “produtora de cultura em seu ambiente, já que é espaço de transformação e produz seus próprios traços e documentos, configuram, na sua diversidade e variedade, o patrimônio educativo de cada instituição”.

Assim sendo, a ACADEPOL/SC, ao constituir-se no formato de uma escola que passa a receber mulheres, inaugura, como tal, novas situações nas relações cotidianas vivenciadas pelos/as atores/as desse cenário educativo. Certamente seus espaços e usos foram modificados, bem como toda a rotina do lugar.

A partir dessa reflexão sobre cultura escolar é que me debrucei sobre o cotidiano da ACADEPOL/SC, concebendo-a como produto histórico, como um lugar de cultura, de formação e reprodução de valores da sociedade que, por sua vez, interage com sua arquitetura física, com as regras, normas, saberes e práticas, os quais não estão desconectados da cultura que a rodeia e, muitas vezes, são fundamentais para explicar as próprias relações que dão sentido ao espaço escolar, em especial neste estudo as relações de gênero.

5.1.1 A Materialidade Da Cultura Escolar

A escola, em seus aspectos arquitetônicos tanto quanto pedagógicos, sofre influência de diferentes momentos históricos, projetos políticos, sociais e econômicos. Bencosta (2007) destaca a importância dos estudos sobre a arquitetura e do espaço escolar, como um espaço que dialoga com as transformações do tecido urbano e também com as políticas educacionais, deixando marcas culturais e educacionais em cada época.

Considera-se, então, que as construções escolares são materialização das ações do Estado em cada momento histórico, político e pedagógico da educação brasileira, mediada pela existência e disponibilidade dos recursos financeiros e pela ação de diferentes atores das áreas governamentais e técnicas, o que não foi diferente na ACADEPOL/SC.

A arquitetura escolar produz dispositivos que vão viabilizar e materializar as funções sociais e pedagógicas a que a escola se propõe e configura, também, espaços de poder de uma sociedade. Para Escolano (2010, p. 26):

A arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos.

O ordenamento dos espaços escolares e a sua arquitetura contam a história das instituições e cada vez mais tem sido considerados como fonte para se analisar os processos educativos. A arquitetura possui uma função curricular que atua, diretamente, no ensino e aprendizagem, operando como articuladora dos saberes e práticas, atribuindo-lhes significado e valores. Portanto, empreender esforços para refletir sobre a arquitetura escolar implica em buscar indícios da história da ACADEPOL/SC a fim de desvendar esse universo escolar, desnaturalizando e historicizando seus usos.

O espaço escolar não deve ser visto como neutro, pois pressupõe que através da racionalidade imposta pela sua arquitetura se possa investigar diversos valores culturais e educacionais, servindo como um campo de acepções que expressam experiências objetivas e subjetivas acerca da realidade escolar. (BENCOSTA, 2007).

No âmbito das instituições escolares, Escolano (2010) reflete que os objetos não podem ser vistos como neutros, já que sua incorporação às práticas escolares comporta significados e valores que são adicionados à sua materialidade física e funcional e definem modos de pensar o ensino. O autor acrescenta, ainda, que os objetos não são autônomos e atemporais, mas sim produções culturais que falam de nossas tradições, de nossos modos de pensar e sentir e de nossa memória individual e coletiva.

Para Viñao Frago (2000, p. 99), “os lugares e tempos são determinados e determinam uns ou outros modos de ensino e aprendizagem”(tradução nossa), mostrando que existe uma linguagem arquitetônica que expressa, além de uma ordem construtiva, um sistema de intenções, valores e discursos pautados a uma tradição cultural.

O prédio onde funcionou a primeira Escola de Polícia representa a imagem de uma arquitetura clássica⁶³, possivelmente projetada a partir de uma racionalidade com objetivo de apresentar ou expressar uma neutralidade esperada de uma instituição policial.

Fotografia 2 - Prédio onde funcionou a primeira Escola de Polícia – Bairro Estreito, Florianópolis (1967)



Fonte: Acervo da ACADEPOL/SC

Para o funcionamento da ACADEPOL/SC, houve uma adaptação das salas de aula, as quais foram improvisadas mas, nem por isso, deixou de ser um ambiente escolar específico para fins educacionais e propício para dar sentido aos saberes a serem ensinados aos alunos/as em processo de formação.

Nas palavras de Odete, uma das entrevistadas para esta pesquisa, fica evidente a semelhança da Escola de Polícia com um espaço escolar, quando ela afirma: “Era uma escola normal. Tinha muitas salas”⁶⁴. Para ela, a Escola de Polícia era como qualquer outra escola regular de

⁶³ A arquitetura clássica, apesar de suas variedades e evolução, possui alguns critérios unitários e intemporais baseados na ordem, na simetria, na harmonia, na hierarquia e na representação. Disponível em <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/fau/pdf/960_4.pdf>. Acesso em 03 mar 2013.

⁶⁴ Odete Besen Formighieri. Entrevista citada.

ensino. Essa semelhança percebida pela policial denota a abrangência da cultura escolar e a sua socialização.

Neli, ao falar sobre a Escola de Polícia, define-a como um lugar de respeito, ou seja, como um local em que se busca uma profissão. Em suas palavras: “era um lugar respeitoso, que todos estavam ali para ser alguém na vida, procurando o melhor⁶⁵”.

Para Boto (2005, p. 63), “a escola moderna apresenta-se ao mundo como a única instituição cujo propósito era exclusivamente o de educar. Para isso era necessário que possuísse métodos, técnicas, um espaço físico dividido mediante critérios específicos, uma nova organização do tempo em horários”.

Ainda para a autora, a escola aos poucos se consolida na forma de ser escola, organizada e estruturada como uma rede de educação pública. Quanto ao espaço, temos a classe com colunas e fileiras; quanto ao tempo, temos os horários e a grade curricular que o coordena. A escola é demarcada com um lugar social que possui uma linguagem própria.

Assinala Vinão Frago (1998) que a difusão da escola graduada de ensino simultâneo no Ocidente ocorreu pela confluência de dois aspectos: o pedagógico e o arquitetônico. O pedagógico exigia que cada classe fosse o mais homogênea possível, facilitando, dessa forma, o processo ensino-aprendizagem e a divisão do trabalho dos professores. O arquitetônico necessitava de edifício com várias salas de aulas, distribuindo, dessa maneira, os professores que ficavam sob a supervisão e orientação de um diretor.

Na ACADEPOL/SC, como não poderia ser diferente de uma escola regular, a figura do Diretor aparece e, no Relatório de 1967, estão registradas fotografias do mobiliário do gabinete do diretor.

⁶⁵ Neli Lucia de Medeiros. Entrevista citada.

Fotografia 3- Mobiliário da sala do diretor (1967)



Fonte: Acervo da ACADEPOL/SC

Observa-se na figura um ambiente amplo, limpo, organizado, contendo normas e instruções no quadro ao lado da mesa do diretor, possivelmente com a intenção de garantir práticas no interior da instituição. Os objetos e produtos do escrever ocupam um lugar significativo no conjunto das práticas escolares e administrativas da escola. A presença reiterada, na mesa, de livros, lápis e caneta, indica a íntima e estreita relação entre o universo da escrita e a invenção da escola moderna.

Ao pensar as relações entre o espaço escolar e seus objetos, observei que, ao lado da mesa do diretor, sobre um balcão, havia um quadro de formatura. Esse utensílio deve ser visto de forma articulada à gama de artefatos que se constituem como elementos importantes na paisagem educacional. A dimensão educativa desse tipo de artefato é inegável. Os quadros de formatura operam, quando expostos no ambiente escolar, como monumento para a memória coletiva e são um sinal do passado. Para Le Goff (2003, p. 536), “o monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva)”.

Os quadros de formatura têm um significado social afirmativo para a escola e assinalam um ato pedagógico. Também são indícios e um testemunho indelével da ação institucional e da missão educativa alcançada. O figurativo dos quadros e o lema que muitos deles portam atualizam a missão institucional e os compromissos históricos a que o estabelecimento respondeu ao longo do tempo. (WERLE, 2004).

Na sala do diretor, a formalidade e o ar disciplinar são perceptíveis, demonstra por meio de elementos simbólicos incorporados à decoração, que o ambiente é essencialmente regulador. A bandeira do Estado de Santa Catarina, disposta ao lado da mesa, denota esse intento. Na tentativa de instituir a permanência dos valores nacionais, os símbolos pátrios cumprem o papel de representar e fortalecer uma instituição hierárquica e disciplinadora a ser respeitada pela sociedade catarinense, pois ela representa oficialmente o Estado, e, mais amplamente, o governo militar instalado no país, desde 1964.

A figura do Diretor foi lembrada por todas as entrevistadas como alguém que estava sempre vigilante, atento e rígido. Ao mesmo tempo em que assumia essa posição hierárquica, foi lembrado como uma figura presente em todo processo de ensino e aprendizagem.

Para Foucault (2008), o olhar hierárquico consiste na ampla vigilância, esta contribui para desindividualizar o poder, ao passo que contribui para individualizar os sujeitos a ele submetidos. Ao mesmo tempo, a vigilância produz efeitos homogêneos de poder, generaliza a disciplina, expandindo-a para além das instituições fechadas.

Ainda no Relatório da ACADEPOL/SC de 1967, a sala de aula também é representada por meio de fotografia. Trata-se de um ambiente amplo, com o quadro negro composto por partes laterais móveis, mesa do professor sobreposta num estrado e carteiras individuais para os alunos e alunas.

Fotografia 4 - Sala de aula da Escola de Polícia (1967)



Fonte: Acervo da ACADEPOL/SC

Observa-se muita semelhança entre a sala de aula da Escola de Polícia com as salas de aula de instituições escolares regulares. A partir dessa imagem, algumas indagações foram suscitadas: O que diferencia esse ambiente dos demais ambientes escolares? Quais as especificidades da materialidade dessa cultura escolar?

É importante mencionar que os objetos escolares, como carteiras, quadros, globos, entre outros, são importantes para a compreensão de pistas das diversas maneiras como os professores/as e alunos/as constituíram suas práticas escolares.

Desperta a minha atenção a presença do estrado na sala de aula denunciando uma concepção tradicional de educação. Com relação a essa concepção, Saviani (1991) salienta que em termos históricos, essa tendência foi dominante até o final do século XIX. A característica própria do século XX é exatamente o deslocamento dessa concepção para uma nova tendência; entretanto, a tendência tradicional não se exclui, ao contrário, se contrapõe a novas correntes, disputando com elas novas influências sobre a atividade educativa no interior das escolas.

Ainda para o autor, na concepção tradicional de educação, o papel da escola é o de transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade e é o professor que domina os conteúdos logicamente organizados e estruturados para serem transmitidos. Além disso, o/a professor/a está acima do aluno/a, não só em termos físicos, mas em termos de conhecimento, ou seja, ele é o centro do processo de ensino e aprendizagem. (SAVIANI, 1991). O estrado também manifesta uma preocupação com a disciplina rigorosa, condizente com as normas esperadas para uma instituição como a ACADEPOL/SC. Uma das alunas recorda sobre esta disposição da sala de aula:

Era uma sala normal. Tinha a porta. A sala era mais larga do que comprida, tinha o quadro e tinha a mesa do professor que ficava num tablado, um espaço que ficava um pouco mais alto⁶⁶.

⁶⁶ Odete Besen Formighieri. Entrevista citada.

Darci, em sua narrativa, detalha também o ambiente de sala de aula: “Lembro que era uma sala grande, tinha corredores que davam acesso às demais salas, com aquelas cadeirinhas de escola”⁶⁷.

As carteiras escolares também apresentam uma função social distinta nesse cenário. Bancos e cadeiras impõem ordem aos espaços e colocam os sujeitos dentro de um universo delimitado. Para Castro e Silva (2011), é na escola que mesa e cadeira encontraram força singular que as transformaram em objetos com atuação direta na higiene do corpo, na disciplina, no conforto e na aprendizagem. Perpetuaram-se como objeto fundamental para um bom ensino e sofreram mudanças significativas ao longo do tempo.

Durante a década de 70, no Brasil, critérios didáticos apontam para um ambiente em que a mobilidade do mobiliário é fundamental para o ensino e aprendizagem. Torna-se evidente que o mobiliário deveria atender às novas demandas educacionais. Para tanto, é criado, por iniciativa do Ministério de Educação e Cultura (MEC), o Centro Brasileiro de Construções e Equipamentos Escolares – CEBRACE, o qual vem a oferecer padrões de medidas para mesas e cadeiras para as salas de aula, além de outros critérios referentes ao mobiliário escolar.

Observa-se que na ACADEPOL/SC as carteiras eram do tipo universitárias e seguiam os mesmos padrões exigidos pelo MEC para os ambientes educativos da época. Além das carteiras na sala de aula, também estavam dispostas a mesa e cadeira do professor e suportes de comunicação, como quadro de giz que servia como mural para anexar os avisos, normas e regras necessários para atender às funções pedagógicas básicas da Escola de Polícia.

Importante lembrar que a carteira escolar sofreu várias alterações. No início, eram semelhantes a bancos de igreja, nos quais vários alunos se sentavam durante as aulas; depois, passaram a ser individuais para um maior controle do/a professor/a e para que o trabalho dos/as alunos/as acontecesse de forma simultânea. A escola passa a funcionar como uma máquina de ensinar e de vigiar.

O uso de carteira escolar, com o tempo, tomou uma proporção nas salas de aula que professores/as e alunos/as parecem enredados na sua distribuição espacial e sem autonomia para se alterar a organização,

⁶⁷ Darci Maria Waltrich. Entrevista citada.

por isso carteiras uma após a outra é quase que um padrão nas escolas. (CASTRO e SILVA, 2011).

Para Viñao Frago, “todo educador, se quiser sê-lo, tem de ser arquiteto. De fato, ele sempre o é, tanto se ele decide modificar o espaço escolar, quanto se o deixa tal e qual está dado.” (2001, p. 75). Nessa esteira, as carteiras escolares não são dispostas ao acaso nas salas de aula. Sua disposição guarda intenções previamente estabelecidas, ou pela vontade do professor, acompanhada de métodos de ensino, manuais e regulamentos, ou por lei.

Quanto aos banheiros para as alunas, fica evidente que a Escola de Polícia ainda não estava preparada para recebê-las. No depoimento de Odete, isso é ressaltado: “Eram poucas mulheres na escola e a minha turma era separada das demais e de mulher só tinha eu. Eu usava o banheiro feminino que era das secretárias da escola”⁶⁸.

Pode-se inferir que a ausência do banheiro feminino na ACADEPOL/SC denota o quanto as mulheres eram ainda “intrusas” nesse ambiente. Mesmo com o ingresso de mulheres, o espaço escolar ainda era estruturado e organizado apenas para os homens.

Com relação aos espaços escolares e sua materialização no ensino, Louro (1999, p. 87) discorre:

Em sua materialidade física, o prédio escolar informa a todo/as sua razão de existir. Servindo-se de recursos materiais, de símbolos e de códigos, a escola delimita espaços, afirma o que cada um/a pode ou não pode fazer, separa e institui. Para aqueles e aquelas que são admitidos no seu interior, a escola determina usos diversos do tempo e do espaço, consagra a fala ou o silêncio, produz efeitos, institui significados.

Nos estudos de Foucault (2008), encontram-se vários paralelos entre as práticas disciplinares do passado e os mecanismos disciplinadores utilizados em muitas das escolas dos dias de hoje. Embora castigos físicos não sejam mais usuais, ainda se cultivam outras estratégias de controle comportamental como o enfileiramento dos

⁶⁸ Odete Besen Formighieri. Entrevista citada.

alunos segundo a arte da distribuição, realização de atividades em sua maioria individuais, a fiscalização inflexível do tempo, um currículo distante da realidade, regras e sanções estabelecidas sem a participação dos estudantes, a imposição e o autoritarismo. Esses mecanismos, que aos olhos de muitos parecem inofensivos ou mesmo dotados de boa intenção, em função da dimensão disciplinadora da escola sobre o corpo e a alma dos alunos, fazem sentido quando evidenciamos essas mesmas práticas na ACADEPOL/SC, uma vez que o processo de formação tem propósitos disciplinadores com relação às normas institucionais.

Em sua trajetória histórica, a escola explicitou desejos e necessidades que se tornaram homogêneos e obtiveram amparo nas políticas educacionais implementadas no país ao longo dos anos. Assim, as normas, leis, práticas e dispositivos disciplinares foram sendo incorporadas por todas as instituições escolares, inclusive pela ACADEPOL/SC.

5.1.2 As Normas Como Dispositivos Disciplinares

Como já problematizado anteriormente, a cultura escolar envolve um conjunto de normas específicas, dispositivos disciplinares, vigilância e controle, formando um poder disciplinador que envolve as relações de poder. Para Foucault (2008), o poder está presente em todos os lugares, em todas as classes sociais, e atinge todas as pessoas. Especificamente na escola, os mecanismos utilizados para a disciplina exercem uma forte influência nos corpos a ponto de se permitir a manipulação, a modelação e o treinamento, tornando-os obedientes e habilidosos, ou melhor, produtivos para o capitalismo.

As normas eram vistas como “rígidas” por algumas alunas, mas para outras, estavam “dentro da normalidade” e relembram com isso, o tempo escolar de suas infâncias. São assim descritas:

Na minha escola, quando eu era criança, sempre tiveram regras, então para mim, as regras eram um padrão normal, não me chamou atenção. Alguns colegas chegaram a ser expulsos, por mau comportamento e por faltas⁶⁹.

⁶⁹ Neli Lucia de Medeiros. Entrevista citada.

Eles eram rigorosos em tudo, tinha horário para tudo, eram muito organizados⁷⁰.

Muita disciplina, o respeito aos nossos professores, a direção. Horário, muito rígido, muito rígido⁷¹.

Nós éramos meio que isolados dos outros. Lembro que tinha regras com relação a horário, com relação à bagunça, aquelas coisas de conversar em corredor, isso existia, mas assim, era uma coisa que para nós era normal [...]⁷².

Certamente, pelo fato dessas alunas já terem estudado em escolas regulares, onde a rigidez é tomada como sinônimo de organização, não houve tanto estranhamento e, provavelmente, isso contribuiu para que elas introjetassem as normas e regras da ACADEPOL/SC. As falas parecem consolidar na cultura escolar a existência de normas e regras, quase que naturalizadas.

Mesmo havendo a naturalização das regras, havia os/as que as transgrediam. Essa “Escola de Polícia” também punia quando os/as alunos/as desrespeitavam as normas instituídas. Houve o caso de uma aluna que foi convidada a se afastar, como relembra Maria de Fátima:

O que houve foi uma menina que participou de movimentos revolucionários e foi convidada a desistir do curso de forma muito educada, porque o Diretor era um cavalheiro, era uma das pessoas mais queridas que já encontrei na vida.⁷³

A primeira década de funcionamento da ACADEPOL/SC foi atravessada pela ditadura civil militar e o fato de uma das alunas participar de movimentos revolucionários motivou sua expulsão, denotando que somente quem se submetia à ordem vigente poderia

⁷⁰ Sonia Maria Vieira. Entrevista citada.

⁷¹ Lucia Maria Stefanovich. Entrevista citada

⁷² Maria de Fátima de Souza Ignácio. Entrevista citada.

⁷³ Maria de Fátima de Souza Ignácio. Entrevista citada.

continuar nessa escola. Tal aluna foi expulsa, apesar de todo cavalheirismo do Diretor.

Outra aluna relata sobre a exclusão de um primo: “Não podia faltar, não podia fumar. Meu primo foi eliminado porque ele faltou nas aulas sem justificativas”⁷⁴.

Essas lembranças sobre as normas evidenciam que, mesmo com uma disciplina rígida, existiam aqueles que burlavam as regras e as normas institucionais. Nas palavras de Foucault (2008, p. 91), “lá onde há poder, há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder”. A resistência - ou melhor, “a multiplicidade de pontos de resistência” - seria inerente ao exercício do poder. Sobre esse poder disciplinador, direcionado especificamente para a ACADEPOL/SC, pode-se constatar que os mecanismos de vigilância, bem como poder e resistência, estão entrelaçados à construção dos saberes ali transmitidos.

O controle do comportamento era visto como necessário na Escola de Polícia, atrelado ao modelo de sociedade da época. Esse aspecto é reforçado quando uma das alunas menciona que se o/a aluno/a não se comportasse da maneira “que a academia propunha [...], se ele não se comportasse [...] de acordo com as normas, ele era eliminado”⁷⁵.

Certamente ser aluno/a de uma instituição policial demandava mais disciplina, uma vez que tinham que ser exemplos, sabedores/as que faziam parte de um grupo muito restrito, haja vista a condição da própria polícia perante a sociedade. Nesse sentido, a escola torna-se “[...] um espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar fixo, onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registrados [...]”. (FOUCAULT, 2008, p. 163).

Possivelmente, outros mecanismos de vigilância foram colocados em prática no cotidiano da ACADEPOL/SC, no entanto, percebe-se que as entrevistadas falaram pouco desses mecanismos. Talvez por fazerem parte de uma instituição policial, estes aspectos ficaram praticamente velados nas suas narrativas, denotando a naturalização desses mecanismos.

⁷⁴ Maria Raquel da Silva. Entrevista citada.

⁷⁵ Joana. Entrevista citada.

Controlar o comportamento dos/as alunos/as era (talvez ainda o seja) uma prática dos/as professores no processo de formação. Na fala de Maria de Fátima, isso fica evidente:

Nós éramos meio isolados, protegidos. Porque a gente não podia comentar nada do que se apreendia na Academia. Eu lembro que tinha alguns dos professores que diziam assim: Vocês são vigiados vinte e quatro horas por dia, vocês são monitorados, monitorados nem tinha essa expressão na época, vocês têm sempre alguém cuidando de vocês, era uma coisa assim⁷⁶.

Esse tipo de vigilância, mencionado por Maria de Fátima, expressa o poder disciplinar exercido pela própria hierarquia da instituição, partindo certamente da direção e se estendendo aos professores/as e alunos/as por meio do “olhar panóptico”, demonstrando de forma clara como a disciplina faz “[...] funcionar o espaço escolar como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar”. (FOUCAULT, 2008, p. 167).

A naturalização das marcas do gênero também ficou visível no ambiente escolar da ACADEPOL/SC. A escola delimita espaços para o feminino e para o masculino e é também nesse ambiente que os sujeitos constroem as relações de gênero que vão sendo assimiladas e reforçadas pela sociedade, promovendo de forma sutil as marcas de desigualdade.

Para Odete, a delimitação desse espaço se dava na sala de aula, quando narra: “eu sentava sempre na segunda fila, na fila da frente tinha uma carreira de homens, nunca gostei de sentar na primeira fila⁷⁷”. Ao sentar-se na segunda fila, essa entrevistada dá a entender que, por estar num ambiente masculino, devesse apresentar um comportamento subjugado, condizente com sua condição de mulher. Esse relato remete para observações de Louro (2011, p. 65), quando ela comenta que “gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e incorporado por meninos e meninas, tornam-se parte de seus corpos. Ali

⁷⁶ Maria de Fátima de Souza Ignácio. Entrevista citada.

⁷⁷ Odete Besen Formighieri. Entrevista citada.

se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a *preferir*".

Cabe lembrar, que as próprias mulheres assumem a ideia de fragilidade e sentem-se desprotegidas e frágeis e veem os homens como "mais fortes", cabendo a eles a proteção e o tratamento carinhoso e respeitoso em relação a elas, reforçando uma posição de submissão. O depoimento de Lúcia Maria é ilustrativo nesse sentido:

Durante a academia nunca tive problemas assim de me sentir discriminada, rejeitada pelo fato de ser mulher, muito pelo contrário, eles tinham um carinho, uma atenção comigo, uma coisa impressionante⁷⁸.

Tais cuidados em relação às mulheres policiais reforçam suas fragilidades, bem como enaltecem a sensação de força dos homens, colocando-os como protetores. A atitude protetora dos homens foi mencionada nos estudos efetuados por Martim (1980 *apud* HAGEN, 2005, p. 7):

Se o policial trata a policial como 'rainha', ela 'relaxa', agindo como uma rainha – e assim age de forma inadequada enquanto policial. O comportamento dela reforça o sentimento dele de que deve ser tratada diferentemente dos colegas homens, tornando seu trabalho mais duro, mas preservando seu senso de masculinidade. Se, por outro lado, a mulher opta por não agir como uma rainha, torna-se uma ameaça ao ego do homem.

Nesse espaço, marcas da desigualdade de gênero foram observadas ao longo das entrevistas, entretanto, apareceram sutilmente, quase imperceptíveis, possivelmente foram naturalizadas nesse ambiente marcado pela supremacia do gênero masculino.

A discriminação é velada para a maioria das entrevistadas, vista dentro da normalidade: "Não tinha nenhum tipo de privilégio por ser

⁷⁸ Lúcia Maria Stefanovich. Entrevista citada.

mulher, uma coisa normal, comum a todos”⁷⁹; “Eu na verdade, nunca senti, se existiu foi muito sutil, que nem percebi”⁸⁰.

Cabe então, desconfiar do discurso quando tomado como “natural”, como normal, e questões como essas nos remetem para a temática da diferença, das desigualdades e do poder. Essas reflexões podem criar elementos importantes para afinar o olhar e estimular essas inquietações no ambiente escolar.

Na ACADEPOL/SC, tanto como na escola regular essa naturalização parece fazer parte da rotina e passa despercebida pelos sujeitos. No entanto, essa realidade é dinâmica como discorre Louro (2011, p. 64) quando afirma que “tal ‘naturalidade’ tão fortemente construída talvez nos impeça de notar que, no interior das atuais escolas, onde convivem meninos e meninas, rapazes e moças, eles e elas se movimentem, circulem e se agrupem de formas distintas”.

Sob essa ótica, a ACADEPOL/SC segue sua trajetória, dentro de uma arquitetura e seus arranjos físicos, das marcas de gênero deixadas na formação de profissionais, moldando-os/as na norma vigente, tornando-os/as mais habilidosos para lidar com os problemas de Segurança Pública, numa época atravessada pela ditadura militar. Nesse ambiente, outros aspectos importantes de ser analisados na cultura escolar da ACADEPOL/SC são os saberes e as práticas instituídas na formação das primeiras alunas.

5.1.3 Os Saberes E Práticas Na Formação Das Mulheres Policiais

O passado tem múltiplas relações com o presente e os objetos e documentos da ACADEPOL/SC trazem consigo as marcas dos saberes e das práticas no processo de formação das policiais. O que era ensinado e como era ensinado? Quem ensinava e para quem se ensinava? A partir dessas questões é que pauto minhas reflexões e busco problematizar o currículo, suas disciplinas, materiais didáticos e docentes dessa escola que profissionalizou mulheres e homens para a carreira policial.

O currículo instituído na ACADEPOL/SC, certamente, guiou a formação dos alunos e alunas como um campo de força, enfocando aspectos sociais, culturais, políticos e epistemológicos. Nessa

⁷⁹ Maria de Fátima de Souza Ignácio. Entrevista Citada.

⁸⁰ Lúcia Maria Stefanovich. Entrevista citada.

perspectiva, o currículo se constitui como um dispositivo em que se concentram as relações entre a sociedade e a escola, entre os saberes e as práticas socialmente construídos e os conhecimentos escolares.

À palavra currículo associam-se uma diversidade de concepções, que surgiram dos variados modos de como a educação é concebida historicamente, bem como das influências teóricas que a afetam e se fazem hegemônicas em um dado momento.

Para Silva (1995, p. 7), “o currículo é considerado um artefato social e cultural”. Dessa forma, as instituições escolares, bem como a ACADEPOL/SC, ao programar determinado currículo, estão implicadas na e pela cultura histórico-social da sociedade.

Percebo que, na implementação do currículo, não existe neutralidade, e por meio dele, as identidades sociais são produzidas, pois é um território de luta e contestação da cultura. Silva (1995) sintetiza a concepção de currículo vista como profundamente articulada com a construção das identidades e das diferenças. Segundo o autor:

As narrativas contidas no currículo trazem embutidas noções sobre quais grupos sociais podem representar a si e aos outros e quais grupos sociais podem apenas ser representados ou até mesmo serem totalmente excluídos de qualquer representação. Elas, além disso, representam os diferentes grupos sociais de forma diferente: enquanto as formas de vida e a cultura de alguns grupos são valorizadas e instituídas com cânon, as de outros são desvalorizadas e proscritas. Assim, as narrativas do currículo contam histórias que fixam noções particulares de gênero, raça, classe – noções que acabam também nos fixando em posições muito particulares ao longo desses eixos. (SILVA, 1995, p. 195).

O currículo expressa os interesses dos grupos e classes colocados em vantagem em relação ao poder e possui uma função social. Por isso, reconhecer que o currículo está atravessado de relações de poder e identificar suas intencionalidades é essencial, para se fugir da ideia de neutralidade.

Na ACADEPOL/SC, a ideia de padronização e homogeneização dos/as alunos/as parece ter sido uma prática pedagógica. No depoimento de Maria de Fátima, há essa evidência:

Naquele curso eu posso te dizer que a gente era um número, não era mulher nem homem, era número. A número um vai pra Caçador fazer trabalho pra nós. O número dois que vai pra Itajaí, todos recebiam o mesmo tipo de determinação⁸¹.

A escola, permeada por incertezas e indagações advindas dos diferentes grupos sociais e culturais, permanece contemplando a homogeneização e padronização de suas práticas individualizantes e disciplinares em sua essência. Para Foucault (2008), é a homogeneização que torna possível a individualização e diante disso as diferenças aparecem.

Tamanha homogeneização nos ambientes escolares é reforçada por Candau e Moreira (2003, p. 161), quando asseveram que “a escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização”.

Mais padronização foi mencionada por Auad (2006), num estudo sobre as relações de gênero em sala de aula, quando cita que professores utilizavam como elemento pedagógico termos neutros como “alunos” e/ou “classe”. Segundo a autora, tal neutralidade “remete a um discurso no qual se observa a adoção do masculino genérico, que desconsidera tanto o sexo dos participantes do processo educativo quanto o masculino e o feminino dos sujeitos e das práticas”. (AUAD, 2006, p. 140).

A instituição policial possivelmente molda, por meio de seus ideais, a maneira de ser dos policiais. Assim, os/as profissionais ao adentrarem nesse universo passam a compartilhar de uma identidade profissional que, institucionalmente, ambiciona ser homogênea. Na construção dessa identidade, no ambiente da ACADEPOL/SC, as disciplinas ocupam um lugar de destaque, a partir dos conteúdos ensinados. Essa identidade em construção durante a formação se

⁸¹ Maria de Fátima de Souza Ignácio. Entrevista citada.

sobrepõe às demais identidades construídas pelas mulheres ao longo de suas vidas. Sobre esse tema, Louro discute (1999, p. 87):

A produção dessas identidades e de suas intrincadas relações dá-se, é claro, em muitas instâncias e espaços. São múltiplas as práticas sociais, as instituições e os discursos que cercam os sujeitos, produzindo e reproduzindo identidades, produzindo e reproduzindo diferenças, distinções e desigualdades. A escola é uma dessas importantes instituições.

Em função do regime civil militar, um dos conteúdos discutidos no Curso de Formação voltava-se para os movimentos que questionavam o governo. Maria de Fátima elucida esse aspecto da seguinte forma:

A gente estudava sobre os movimentos revolucionários, guerrilhas, tudo relacionado aos movimentos revolucionários que tinham na época. Os artistas que eram da esquerda festiva⁸², os movimentos de esquerda, o comunismo, este tipo de assunto⁸³.

Nos relatórios encontrados nos arquivos da ACADEPOL/SC, observou-se a relação das disciplinas ministradas nos cursos e as carreiras para as quais elas eram necessárias, conforme mostra o quadro que segue:

⁸² A esquerda festiva foi uma expressão usada, de forma irônica, para designar pessoas que se identificavam com a ideologia socialista ou comunista a partir do regime militar de 1964 no Brasil, geralmente estudantes, artistas e intelectuais, que não tomaram parte da ação contra o regime militar, mas que defendiam sua derrubada em bares e festas. Disponível em: <http://pt.goldenmap.com/Esquerda_festiva>. Acesso em: 1 mar. 2013.

⁸³ Maria de Fátima de Souza Ignácio. Entrevista citada.

Quadro 5: Relação das disciplinas ministradas nos cursos de formação (1970-1977)

| Disciplina | Criminologia | Escrivão de Polícia | Agente de Polícia | Agente Aux. Polícia | Carcereiro | Escriturário | Auxiliar Adm. |
|--|--------------|---------------------|-------------------|---------------------|------------|--------------|---------------|
| Direito Penal, administrativo e Judiciário | X | X | X | | X | X | X |
| Medicina legal | X | X | | X | | | |
| Administ. / org. policial | X | X | X | | | X | X |
| Psicologia e sociologia | X | X | X | | X | | |
| Relações Humanas | X | X | X | | | X | X |
| Normas funcionais | X | X | X | X | X | | |
| Criminologia | X | X | X | X | | | |
| Polícia Política/social | X | X | X | | | | |
| Tiro e judô | X | X | X | X | X | | |
| Segurança Interna | X | X | X | X | | | |
| Documentos-cópia | X | X | X | X | | | |
| Português | | X | X | X | X | X | X |
| Educ. Moral e Cívica | | X | X | X | X | X | X |
| Datilografia | | X | X | | | X | X |

Fonte: Quadro organizado pela autora com dados da ACADEPOL/SC⁸⁴

⁸⁴ O quadro apresentado foi organizado a partir dos dados encontrados nos relatórios pesquisados nos anos de 1970-1977, haja vista que nos anos de 1967, 1968 e 1969 não encontrei documentos. Reuni as disciplinas ministradas nos cursos de formação, porém, muitos documentos estavam incompletos.

As disciplinas escolares não são neutras e independentes. Elas trazem consigo, como pano de fundo, os interesses sociais que vão sendo determinados pela própria história e seus conteúdos vão sendo modificados conforme a necessidade de cada período. É preciso analisar a constituição de uma disciplina em seu contexto, discutir também a cultura que as produziu e os fatores internos e externos que interferem nessa construção.

No quadro das disciplinas apresentado, evidencia-se que o maior número delas volta-se para a base técnica da profissão, como por exemplo, as disciplinas de Direito, Criminologia, Judô e Tiro e Medicina legal, formando um conjunto ordenado de conhecimentos específicos na formação dos/as policiais daquela escola. No entanto, não se pode desconsiderar as disciplinas de cunho social e político que carregam intencionalidades e interesses, como é o caso da Psicologia e Sociologia, Polícia Política/Social e Educação Moral e Cívica.

Nos arquivos da ACADEPOL/SC, foram encontrados poucos documentos, principalmente aqueles relativos aos conteúdos programáticos, à carga horária e às disciplinas. Apesar de concordar com Julia (2001), que não se deve exagerar na dificuldade de encontrar documentos e que o historiador é capaz de fazer “flecha com qualquer graveto”, a ausência de outras fontes diminui as possibilidades de aprofundamento acerca do que era ensinado.

Nesse caso, a fonte oral se torna primordial. A partir das lembranças das entrevistadas elenquei os conteúdos mais recorrentes ministrados na ACADEPOL/SC, no período estudado. Uma das alunas recorda o que era ensinado:

Nas aulas se falava sobre todas as coisas do mundo. Tinha aula de tiro, tinha direito, tinha geografia, tinha português e tinha que aprender a fazer ofício, a fazer isso, a fazer aquilo. Aquela época nós saíamos dali habilitadas para fazer um levantamento de local de crime, para fazer um desenho do corpo, da trajetória de bala, do espaço, um percurso [...] ⁸⁵.

⁸⁵ Neli Lúcia de Medeiros. Entrevista Citada.

Outra aluna comentou sobre a diferença do que era estudado, em relação ao que já havia estudado na escola regular: “Eu achava o curso difícil, porque tinha matérias que eu nunca tinha estudado, nunca tinha ouvido falar. Tivemos aula de judô, aula de tiro, e o que era mais repassado era sobre o papel do policial e o que nós tínhamos que fazer⁸⁶”.

Coerente com os princípios tecnicistas, o saber fazer citado por esta aluna nos reporta à mudança de comportamento do/a aluno/a por meio de treinamento, com o objetivo de desenvolver as habilidades necessárias para realizar suas atividades policiais. Cabe ressaltar, que as propostas educacionais de inspiração tecnicistas chegaram no Brasil no século XX, no final da década de 60 e, de alguma forma, o ensino tecnicista repercutiu no ensino policial, que seguia a mesma tendência educacional.

É justamente na década de 70 que cresce no Brasil o processo de urbanização e a expansão de matrículas com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 5.692/71, que ampliou a escolaridade obrigatória para oito anos. Ao mesmo tempo, a reforma do ensino trouxe para a escola a proposta de profissionalização no 2º grau e houve implantação de escolas polivalentes decorrentes de acordos assinados entre o Ministério da Educação e a Agência Internacional de Desenvolvimento dos Estados Unidos - Acordos MEC-USAID. (ARAÚJO, 2009).

A educação, enquanto aparelho ideológico, foi um dos vários mecanismos utilizados para o controle social em nosso país. O objetivo maior do acordo MEC- USAID, na área da educação, era internalizar no indivíduo a esperança maior de ele se escudar nos méritos pessoais, através do processo de educação pragmática e profissionalizante, necessária ao processo de modernização da produção nacional brasileira.

Algumas alunas sentiram dificuldades na aprendizagem, principalmente pelo fato de haver muitas disciplinas curriculares. Porém, para Lúcia todas as disciplinas eram interessantes:

Adorava todas as disciplinas, eu estava tão fresquinha saindo de uma faculdade de direito, que as aulas eram para mim como uma

⁸⁶ Darci Maria Waltrich. Entrevista citada.

continuidade. Não tive nenhum problema, sempre gostei das aulas de tiro, treinamento de tiro, tudo o que os colegas faziam, eu também fazia. Gostava muito das aulas de Criminalística⁸⁷.

O depoimento da Delegada Lúcia, quando se refere ao fato de gostar das aulas de tiro, faz pensar sobre o uso da arma enquanto símbolo masculino e, ao mesmo tempo, como ela o incorporou. Existem diferenças nas formas de ser homem ou ser mulher na sociedade, as quais foram sendo construídas historicamente. Para Bezerra e Lopes (2008, p. 59):

O fato de algumas mulheres acabarem “se masculinizando” para sobreviverem em seu interior, o que aparentemente reforça e legitima certos valores masculinos. [...] nem sempre esta “masculinização” das policiais pode ser traduzida como sinônimo de reprodução dos valores tradicionais, pois também pode significar o uso das “armas” disponíveis na própria cultura institucional para obtenção do respeito e conquista de autoridade diante dos seus pares e subordinados.

Observei ainda, nas lembranças da Delegada Lúcia, que ela parece ter incorporado e se moldado à instituição, pelo fato de dar tanta ênfase a esse gostar. Talvez ela assim se expresse pelo fato de ser Delegada de Polícia há 40 anos e querer ser assim lembrada. As lembranças são construções de imagens e materiais que estão na atualidade à nossa disposição, assim, não construo no presente uma imagem que não possa ser aprovada, construo uma imagem digna de ser lembrada.

Nesse sentido, para Halbwachs (2004), a lembrança é a sobrevivência do passado. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado tal ‘como foi’ e que se daria no inconsciente de cada sujeito.

⁸⁷ Lucia Maria Stefanovich. Entrevista citada.

Outra entrevistada também traz suas lembranças sobre as disciplinas ensinadas:

Eles ensinavam cartas precatórias e ensinavam algumas dicas de como a gente tinha que se cuidar com a profissão. Nós tivemos aula de judô, tivemos aula de tiro, e também como era saber o papel do policial e o que nós tínhamos que fazer. Entrava história, geografia, português, matemática, conhecimentos gerais, moral e cívica⁸⁸.

Se observarmos o quadro das disciplinas, fica evidente que a disciplina Educação Moral e Cívica está presente em praticamente todas as carreiras, exceto no Curso de Criminologia. Para o regime civil militar essa disciplina era considerada a mola mestra para a reprodução da ideologia dominante.

Foi por intermédio do Decreto-Lei nº 869, de 12/09/1969, que a disciplina Educação Moral e Cívica (EMC) tornou-se obrigatória para o/as alunos/as de formação básica e recebeu atenção especial, sendo minuciosamente pensada. Após o Golpe Civil Militar, iniciado em 1964, a disciplina permaneceu e foi “regulamentada pelo Decreto nº 65.068/71, em que se dispõe sobre a obrigatoriedade da EMC como *disciplina e prática educativa* em todos os graus de ensino”. (ZOTTI, 2004, p. 146).

Os dados apontados no quadro apresentado anteriormente demonstram o quanto as disciplinas dos cursos de formação policial tinham uma intencionalidade de produzir identidades sociais para aquele momento histórico, merecendo destaque as disciplinas Educação Moral e Cívica⁸⁹ e Polícia Política e Social.

Outra questão que chama minha atenção é para a presença da disciplina de Sociologia, uma vez que esta disciplina não fazia mais parte do currículo da escola regular, pois as reformas educacionais desse

⁸⁸ Darci Maria Waltrich. Entrevista citada.

⁸⁹ Somente em 14 de junho de 1993 é que foi publicada a Lei 8.663, a qual retira a disciplina EMC dos currículos escolares.

período suprimiram-na. Diante disso, fica a indagação: Qual era o conteúdo ensinado nessa disciplina?

No que tange ao material didático utilizado na ACADEPOL/SC, a maioria das alunas não recorda e não guardou seus cadernos e seus escritos, provavelmente se perderam no tempo. Somente uma das entrevistadas fez referência ao material utilizado, relatando que “realmente era uma didática bastante estranha. O material era encontrado em qualquer livro, mas os professores faziam um mistério, diziam que não podiam mostrar para ninguém”⁹⁰. Esse “mistério” provavelmente tem relação com o contexto da época.

Mesmo não tendo acesso às ementas das disciplinas durante a pesquisa, é possível afirmar que elas tinham uma intencionalidade, ou seja, legitimar o regime civil militar, em contraposição aos movimentos revolucionários. Não se tratava somente de ensinar, tratava-se de forjar uma nova consciência cívica por meio da cultura nacional e por meio da inculcação de saberes associados à noção de ordem progresso.

A ACADEPOL/SC utilizou métodos de avaliação da aprendizagem muito parecidos com aqueles colocados em prática nas escolas de ensino regular, fazendo uso de provas objetivas para mensurar o desempenho dos/as alunos/as, ou melhor, verificar através de “provas”, se realmente as competências e habilidades haviam sido adquiridas. As entrevistadas recordaram como se dava esse processo:

Era prova, eu me lembro que era prova, até foi a primeira vez que eu tive esse tipo de avaliação, feito prova daquela matéria, aí vinha outra matéria maior ainda e ia aumentando o grau de dificuldade. No final tinha a média geral, tinha que ter nota sete⁹¹.

Tinha prova como avaliação. Existiam alguns alunos que não conseguiam passar, até por problemas disciplinares⁹².

⁹⁰ Maria de Fátima de Souza Ignácio. Entrevista citada.

⁹¹ Maria de Fátima de Souza Ignácio. Entrevista citada.

⁹² Joana. Entrevista citada.

Tinha reprovação e tinha que estudar para ficar com média⁹³.

De acordo com Luckesi (1999), a avaliação que se pratica na escola é a avaliação da culpa. Segundo o autor, as notas são usadas simplesmente para fundamentar as necessidades de classificação dos alunos, em que são comparados os desempenhos e não os objetivos que se deseja atingir com o ensino.

Falar em exames, em provas e reprovação é falar em dispositivos do poder disciplinar, os quais, para Foucault (2008), consistem em uma espécie de articulação entre a vigilância e a sanção normalizadora. Em outras palavras, o exame constitui o indivíduo como objeto para análise e posterior comparação. Trata-se de um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. O exame estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados, sancionados e identificados, conferindo ao sujeito uma identidade.

O Curso de Formação seguia com normas, práticas, disciplinas, técnicas de ensino e provas, etc., praticamente na mesma ordem de uma escola regular. No entanto, diferente da escola regular, cabia aos homens, a maioria Delegados de Polícia, o ofício da docência⁹⁴.

Entre os professores que lecionavam, as entrevistadas têm lembrança de uma única mulher, psicóloga de formação, que ministrava as disciplinas de Relações Humanas e Psicologia. Uma das alunas recorda que essa mulher era esposa de um dos professores e, talvez, somente por isso, estava inserida no quadro docente: “tinha uma professora de Psicologia, a doutora Leda. Era uma loira muito bonita e era casada com o Professor Edmundo”⁹⁵.

Dois entrevistadas recordam que eram somente homens: “os professores eram delegados, Otacílio Schuller Sobrinho, Rodolfo, e

⁹³ Neli Lúcia de Medeiros. Entrevista citada.

⁹⁴ Atualmente os professores/as da ACADEPOL/SC também fazem parte do quadro funcional da Polícia Civil e mediante Edital de Seleção são aprovados para atuar como docentes nos cursos lá promovidos, tendo que conciliar a função policial, no seu local de lotação, com as aulas na ACADEPOL/SC.

⁹⁵ Odete Besen Formighieri. Entrevista citada.

outros que eu não lembro o nome⁹⁶”. Já Neli diz não lembrar “de mulheres professoras na minha turma, só tinha professores”⁹⁷. A presença de uma única professora nas lembranças das entrevistadas sugere a seguinte indagação: Por que somente uma mulher atuou como professora na ACADEPOL/SC, no período estudado? Importante considerar que nessa mesma época a escola regular é marcada pela feminização do magistério. Talvez uma das principais explicações esteja no fato de a Academia ser um ambiente de domínio masculino, reflexo da própria composição da categoria.

Esse arranjo relembra o início do magistério, quando os homens eram a maioria. À medida em que a sociedade vai se industrializando, o perfil da profissão vai sendo alterado. Os homens vão para fábricas e as mulheres vão para sala de aula. O magistério se tornará, nesse contexto, uma atividade permitida e indicada para as mulheres, passando por um processo de ressignificação. (LOURO, 2011).

Fica evidente que o conteúdo ensinado na perspectiva masculina denota, de forma profunda, uma cultura escolar com as marcas do gênero masculino. Assim, as práticas escolares apresentam traços cristalizados que expressam padrões tradicionais e polarizados acerca das relações dos homens e mulheres. De todo modo, é possível notar, concomitantemente, que as fronteiras de gênero se cruzaram no cotidiano da ACADEPOL/SC.

O processo de formação do/a policial se constrói nas relações dentro e também fora da escola, entre si e os colegas e no próprio espaço de trabalho. É também na atuação profissional que são formados/as e reproduzidos/as as desigualdades de gênero que se naturalizaram e refletiram na trajetória dessas policiais.

5.2 DA ACADEPOL/SC À ATUAÇÃO PROFISSIONAL

A profissão policial é uma categoria social construída mediante conflitos e é atravessada por relações de poder, como o que ocorre em diversas outras profissões da sociedade contemporânea. A atuação policial se orienta por saberes apreendidos e práticas vivenciadas na

⁹⁶ Joana. Entrevista citada.

⁹⁷ Neli Lúcia de Medeiros. Entrevista citada.

formação profissional, bem como pelas relações cotidianas na sua rotina de trabalho, indissociáveis à trajetória.

Após terem passado pelo curso de formação, as entrevistadas assumiram os cargos para os quais haviam feito o concurso. Conforme já mencionado anteriormente, Joana assumiu como Escrivária, no ano de 1970, e em seus depoimentos evidencia o esforço despendido para adentrar na profissão masculina. Ressalta que para ser policial tem que se “dedicar um pouco mais” e “levar à sério” o trabalho, conforme excerto: “vejo que quando a mulher se propõe a ser policial, ela sabe que é uma profissão que não é fácil, ela tem que se dedicar um pouco mais do que as outras. Então esse tipo de mulher quando entra no trabalho e leva a sério, ela passa a ser respeitada⁹⁸”.

No decorrer desta pesquisa, observei nos discursos das policiais que foram encontradas dificuldades na trajetória profissional pelo fato de serem mulheres, em um espaço historicamente ocupado por homens; além disso, marcado profundamente por uma cultura masculina. Afinal, a profissão por si só remete aos atributos construídos para os homens, ou seja, coragem, violência, uso de armas, etc. Certamente, essas dificuldades não foram diferentes para mulheres que optaram por ingressar em outras profissões hegemonicamente masculinas. Entretanto, foi possível perceber também facilidades.

O fato de ser solteira pode ter facilitado o ingresso nessa profissão. Todas as entrevistadas iniciaram suas carreiras nessa condição, somente ao longo do exercício profissional foram casando e tendo filhos/as. Atualmente, das oito entrevistadas, somente uma delas é casada. As demais são viúva, solteira ou separadas judicialmente. Duas delas não tiveram filhos/as, alegam que auxiliaram a criar os sobrinhos.

Ingressar na Polícia Civil significou para essas mulheres, ainda solteiras, uma possibilidade de mais independência financeira. No relato de Maria de Fátima isso fica evidente:

Foi a primeira experiência que tive de sair de casa, porque quando fiz faculdade em Itajaí estava perto de casa. Fui para Academia em 1977 e de repente tive que administrar meu dinheiro sozinha. Como experiência de vida foi ótimo. Foi bom até mesmo

⁹⁸ Joana. Entrevista citada.

minha nomeação para Caçador, embora tenha sido uma coisa que a princípio me deixou muito triste, revoltada, pela falta dos amigos, da família, mas acho que valeu para a vida. Hoje em dia todo mundo já tem sua independência, mas na época...a cultura que se tinha de filhos, da casa da gente e da família era diferente. Me proporcionou saber viver sozinha, sem a dependência dos familiares⁹⁹.

Para Louro (2011, p. 21), “a segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como conseqüência a sua ampla invisibilidade como sujeito”. É, portanto, nesse contexto que Maria de Fátima sai do espaço privado e encontra no mercado de trabalho, segundo ela, “sua independência”.

Na tentativa de romper com os papéis de gênero instituídos historicamente, há muito tempo as mulheres das classes trabalhadoras e camponesas já exerciam atividades fora do lar, nas fábricas, nas oficinas e nas lavouras. Gradativamente, essas e outras mulheres passaram a ocupar também os escritórios, lojas, escolas e hospitais. (LOURO, 2011).

Com relação ao grau de escolaridade, no momento do ingresso na carreira, apenas uma não tinha o Ensino Médio completo, duas já eram formadas em Direito e uma delas formou-se, também em Direito, ao longo da carreira; as demais tinham o Ensino Médio completo.

Dados do IBGE¹⁰⁰ demonstram que, no ano de 1976, apenas 29% das mulheres trabalhavam fora do âmbito doméstico, ao passo que adentramos 2010 com 46,2% delas trabalhando ou procurando emprego (ou seja, a População Economicamente Ativa, que inclui para o IBGE, os/as ocupados/as e os/as que estão à procura de trabalho).

Na trajetória profissional dessas mulheres, fica perceptível a dificuldade em conciliar a vida pública com o ambiente privado, pois a sociedade tradicionalmente espera que as mulheres sejam responsáveis pela educação dos/as filhos/as, pelos cuidados com a casa, enfim, o âmbito privado parece pertencer às mulheres, o que de certa forma, impõe limites às suas carreiras profissionais.

⁹⁹ Maria de Fátima de Souza Ignácio. Entrevista citada.

¹⁰⁰ Disponível em: < <http://www.esocite.org.br/eventos/tecsoc2011/cd-anais/arquivos/pdfs/artigos/gt021-otrabalho.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2013.

Embora as funções do âmbito privado “pertencam” ainda às mulheres, nas narrativas das entrevistadas observou-se que alternativas foram encontradas para seguirem suas carreiras. Para Joana, o fato de ter um filho parece ter impulsionado a seguir em frente: “Eu me divorciei, tinha um filho e tinha que ir a luta então¹⁰¹”. Lúcia também encontra estratégias para vencer as dificuldades e isso fica evidenciado no seu depoimento: “porque quando eu não tinha com quem deixar meus filhos, eu os botava embaixo do braço e levava para Delegacia¹⁰²”.

As diferenças e desigualdades do gênero são enfatizadas nesse depoimento. Mesmo inseridas numa carreira profissional, as mulheres vão para o espaço público, mas levam consigo as obrigações do mundo privado, que, ao que tudo indica, parece que dificilmente deixará de lhes pertencer.

Na atualidade, em pesquisa sobre o espaço feminino no mercado produtivo, Matos e Boreli (2012) constataram que, apesar do aumento da contribuição feminina para o orçamento da família e da constatação da chefia de domicílios encabeçada por mulheres, nos núcleos familiares, os cuidados dos filhos e encargos domésticos continuam majoritariamente sob a responsabilidade delas, sobrecarregando-as em uma “jornada dupla”.

Diferente de Joana e Lúcia, Neli possivelmente fugiu ao papel convencionalizado para as mulheres. Ela parece romper com o modelo naturalizado pela sociedade de que mulher tem de se dedicar ao ambiente doméstico, ao lar, ao marido e aos filhos/as, assumindo atividades atribuídas aos homens.

Agradeço por todo meu esforço, eu sou uma pessoa muito interessada em aprender, se eu vir alguém fazendo uma cadeira, aprendo e depois faço, só não dá para mim é crochê, bordado, essas coisas ai não dá. Mas, [...] aprendi a fazer barco, faço as plantas arquitetônicas das minhas casas,

¹⁰¹ Joana. Entrevista citada.

¹⁰² Lúcia Maria Stefanovich. Entrevista citada.

eu que ajudo o pedreiro, sou uma pessoa na ativa¹⁰³.

Um ponto importante a ser mencionado e que é discutido por Louro (2011), é a desconstrução do pensamento dicotômico e polarizado sobre os gêneros, dos quais usualmente se concebem os homens e mulheres como pólos opostos, que se relacionam numa lógica invariável de dominação-submissão. Ao conceber que não existe um lugar fixo para o gênero, esta marcação deve ser rompida e, posteriormente transformada.

Vale notar que apesar da inserção de mulheres ter sido aceita institucionalmente na Polícia Civil, ainda assim, as mulheres são, mesmo que de forma velada, discriminadas em função de serem a minoria e estarem em um espaço hegemonicamente masculino.

A presença feminina em um ambiente exclusivamente masculino trouxe à tona as relações de poder e dominação, expressando-se na divisão sexual do trabalho policial. Na fala de Sonia, esta segmentação é assumida: “Quando os colegas saíam para fazer serviço de rua nunca me levavam. Uma que eu não tinha prática nenhuma com serviço de rua, pois sempre só cuidei da recepção e do telefone”. Entretanto, Sonia não percebe nesse tratamento um problema, pois ela acrescenta: “Eu não vejo isso como discriminação”¹⁰⁴.

Ainda que a policial Sonia não tenha percebido, a desigualdade de gênero aparece no seu depoimento. Possivelmente, isso seja decorrente do fato de a Polícia Civil reproduzir o estereótipo de que as mulheres são frágeis e, por isso, mais qualificadas para os serviços internos do que para os serviços de rua. Sacramento (2007, p. 87) afirma que “há uma resistência dos homens para que as mulheres não assumam, as atividades ‘de ponta’ no ofício da polícia, ou seja, as atividades de rua”.

Desenvolver uma atividade exclusivamente burocrática na instituição policial pode representar, considerando-se o recorte de gênero, uma ritualização das construções tradicionais sobre o masculino e o feminino. Na divisão sexual do trabalho, o burocrático aparece com caráter complementar e secundário. Assim, aos homens caberia uma

¹⁰³ Neli Lúcia de Medeiros. Entrevista citada.

¹⁰⁴ Sonia Maria Vieira. Entrevista citada.

maior identificação com o trabalho policial relacionado à rua e ao comando, como prender, advertir, fazer blitz, investigação, etc, e às mulheres, o trabalho policial interno, bem como intervenções em mediação de conflitos, considerados de “menor importância”, se aproximando do mundo doméstico.

Na luta por posições sociais, as mulheres enfrentaram resistências ao almejam um espaço já reservado e estabelecido para os homens, acompanhando, inclusive, de estranhamentos pela sociedade. O depoimento de Darci denota essa realidade:

Os outros diziam: que engraçado mulher policial, a gente nunca viu mulher policial, vocês são corajosas, e vocês agora estão ocupando o lugar dos homens, era isso que a gente ouvia no dia a dia¹⁰⁵.

Esse depoimento é reflexo de uma construção social que está cristalizada no imaginário das pessoas de que “ser policial” é necessariamente uma função masculina, denotando justamente as relações de poder/dominação que imperam pelo fato de as mulheres e homens pertencerem a uma sociedade dicotômica. A divisão sexual do trabalho reflete na dominação masculina, as mulheres se encontram enredadas em relação a desigualdades de gênero e para se firmarem na profissão exige-se que elas ajam como homens. Darci aponta esta realidade quando assim se expressa: - Tu és mulher policial? Está no meio? Então vai fazer o papel de homem policial. É isso que os colegas falam constantemente, não interessa se é homem ou mulher¹⁰⁶.

Neli, por exemplo, parece ter rompido com o estereótipo feminino, reforçando atributos masculinos, dando a entender que a mulher tem que se masculinizar para atuar em cenários ocupados pelos homens. “Notei no decorrer da minha carreira, que sempre criei uma postura mais firme, é chegar com tudo e mostra autoridade. Pegar mais firme, mas, se você mostrar que tem autoridade e você está firme ali, o cara balança”¹⁰⁷.

¹⁰⁵ Darci Maria Waltrich. Entrevista citada.

¹⁰⁶ Darci Maria Waltrich. Entrevista citada.

¹⁰⁷ Neli Lucia de Medeiros. Entrevista citada.

As narrativas reforçam a ideia de que somente o homem é dotado de qualificação e competência profissional e, por isso, espera-se de uma mulher policial que ela se comporte como homem. Isso encontra respaldo em pesquisa realizada por Sacramento (2007, p. 91), em que a autora assim assevera:

A dinâmica da atividade policial, as práticas e o seu funcionamento, linguagens e valores reconhecidos são baseados em modelos masculinos. Respaldados na falta de modelos, muitas são as mulheres que, ao ingressar na polícia, interiorizam regras e ritos, já elaborados pelo meio masculino. A masculinização apresenta-se dessa forma, como uma forma de reconhecer essas mulheres dentro deste espaço.

As mulheres policiais, apesar desse processo que tenta invisibilizá-las, buscam firmar-se na profissão ao reportarem-se à importância de algumas habilidades, estritamente femininas dentro da polícia, como é o caso da revista¹⁰⁸ em outras mulheres: “A direção da polícia precisava de mulheres para trabalhar, porque tinha certos serviços que homens não podiam fazer, como a revista em mulher¹⁰⁹”.

O sexismo na Polícia Civil parece ter sido naturalizado pelas mulheres, cabendo aos homens decidir, inclusive, sobre a ascensão delas a cargos de chefia. Está naturalizado por parte das mulheres a ideia de que “não podem” assumir determinadas funções.

Nunca fui discriminada. Eu fui para Joinville e primeiro chefe era um delegado de carreira e depois logo em seguida veio um Coronel da PM, ele me elogiava muito e sempre dizia que se viesse uma chefia para meu setor, porque era um

¹⁰⁸ Somente em casos extraordinários, é legalmente interdito aos policiais a revista em mulheres, a qual geralmente deve ser feita por uma policial.

¹⁰⁹ Odete Besen Formighieir. Entrevista citada.

setor que não tinha cargo de chefia, ele daria pra mim porque gostava muito do meu trabalho¹¹⁰.

Já o discurso de Joana denota o quanto estava fora de contexto uma mulher alcançar um cargo de chefia. A expressão “por incrível que pareça”, pode ser traduzida da seguinte forma: apesar de ser mulher, conseguiu um cargo de chefia.

Casei quando estava na polícia e depois me divorciei, tive um filho e por incrível que pareça isso não me atrapalhou em nada, muito pelo contrário, até exerci depois o cargo de gerência de registro de licenciamento de veículos do DETRAN, porque eu me dediquei muito. Então eu não tenho motivos nenhum pra reclamar sobre preconceitos por ser mulher¹¹¹.

Outra entrevistada reforça que existe discriminação sobre a mulher, em especial, daquelas que apresentam características bem femininas, uma vez que o espaço de trabalho é masculino. Se de um lado Sônia e Joana não enxergam a discriminação em relação às mulheres, de outro, Neli e Odete conseguem identificar essa realidade:

A mulher vem sendo discriminada, só que tem uma coisa, a mulher muito feminina ela acaba sendo discriminada mesmo, porque na hora do apuro os colegas não querem uma mulher feminina, eles querem alguém igual a eles pra resolver os problemas. Então esse é o problema. Não posso ser muito feminina nessa profissão, vai ser feminina lá na cama, lá é outra história, mas no trabalho não é assim não¹¹².

¹¹⁰ Sonia Maria Vieira. Entrevista citada.

¹¹¹ Joana. Entrevista citada.

¹¹² Neli Lúcia de Medeiros. Entrevista citada.

Na academia não, mas depois durante a carreira já teve um delegado que me colocou de secretária para atender telefone¹¹³.

Na dinâmica cotidiana da atividade policial, com discursos e práticas baseados em modelos masculinos, na ausência de modelos femininos, as mulheres certamente interiorizam ritos e falas masculinas em seu cotidiano, enquanto estratégia de sobrevivência. O comportamento social esperado para as mulheres não comporta o traço de agressividade que o exercício do ofício da polícia, historicamente, construiu. No entanto, uma das entrevistadas relata como burlou esse modelo. Para ela, a mulher precisa ser “enérgica” para ser policial. No seu entendimento, a Delegada Lúcia ingressou em uma carreira onde nunca outra mulher havia se “atrevido” a entrar.

As mulheres na polícia deram muito certo, eu fui a primeira mulher como Delegada em Santa Catarina e no Brasil. Nunca tive medo de ser delegada, mas isso é a mulher, havendo necessidade de energia a mulher é enérgica¹¹⁴.

Ainda sobre o fato de ser Delegada, Lúcia assim se manifesta:

Eu me sinto bem aqui dentro, eu me sinto bem atrás dessa mesa atendendo as pessoas, procurando solucionar os problemas. Eu nunca fui daqueles delegados que se esconde numa sala com ar condicionado. E por duas vezes ocupei o comando. Nunca tive medo de ser delegada¹¹⁵.

A própria entrevistada procura apresentar diferenças na atribuição do seu papel profissional. A sociedade, ao designar papéis distintos para homens e mulheres, construiu corpos sexuados, o que significa dizer que a construção dos gêneros envolve o corpo. Dessa forma, o gênero é, sobretudo, uma aprendizagem de papéis masculinos e femininos, é mais

¹¹³ Odete Besen Formighieri. Entrevista citada.

¹¹⁴ Lucia Maria Stefanovich. Entrevista citada.

¹¹⁵ Lucia Maria Stefanovich. Entrevista citada.

do que uma identidade aprendida, é uma elaboração cultural construída historicamente. (LOURO, 2011).

Na Polícia Civil, observa-se que embora tardiamente, é crescente no número de mulheres ingressando nas diversas carreiras. Atualmente, as mulheres ocupam 31,5% dos cargos na Polícia Civil de Santa Catarina. Se comparado à média nacional que é de 19%, o número de mulheres nessa instituição pode ser considerado expressivo.

As questões de gênero apresentadas nas falas das entrevistadas mostram-se importantes para se refletir sobre a situação das mulheres na sociedade, especialmente quando relacionamos os papéis sociais atribuídos aos sexos. Trata-se de um panorama desafiador, pois há a existência de paralelos, ou seja, identidades femininas construídas que, supostamente ocupam papéis masculinos e, ao mesmo tempo, entre as próprias mulheres existem resistências, quanto ao entendimento de que as questões relativas ao gênero estão, continuamente, se construindo e se transformando, conforme o que anunciado por Louro (2011, p. 32):

Em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se constituindo como masculinos ou femininos, arranjando e desarranjando seu lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e estar no mundo. Essas construções e esses arranjos são sempre transitórios, transformando-se não apenas ao longo do tempo, historicamente, como também transformando-se na articulação com as histórias pessoais, as identidades sexuais, étnicas, de raça, de classe...

Foi nesse cenário em que as mulheres cobravam com maior intensidade o direito à igualdade na participação política, educacional e também ao acesso às profissões ditas masculinas, como é o caso da Polícia Civil, que as entrevistadas nesta pesquisa, buscaram no trabalho policial sua independência, evidenciando as questões emancipatórias da mulher, daquela época.

A formação dos/as policiais, bem como a cultura escolar expressaram nesse período estudado uma cultura masculina, apresentando marcas de desigualdade de gênero que foram naturalizadas e pouco percebidas pelos sujeitos desta pesquisa, durante o processo de

formação a que foram submetidas. Entretanto, na trajetória profissional, as marcas da desigualdade de gênero foram mais evidenciadas, ainda que algumas das entrevistadas tenham tentado mascarar essa situação ou não as viram dessa forma. Outras entrevistadas também parecem ter tentado demonstrar uma identificação pessoal com características masculinas, talvez para se sobressair na profissão e sobreviverem nesse ambiente, que também elas entendem como masculino, possivelmente por entenderem que a instituição policial requer esse tipo de comportamento, uma vez que essa situação está naturalizada nesse ambiente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar esta pesquisa posso afirmar que tive a oportunidade de realizar algumas reflexões significativas sobre o problema investigado: o ingresso das primeiras alunas nos Cursos de Formação da ACADEPOL/SC, bem como suas trajetórias na carreira policial, sob a perspectiva das relações de gênero, no período de 1967 a 1977.

Durante todo o processo de pesquisa, percebi-me enredada no objeto escolhido, pois a pesquisa aconteceu na esfera da instituição em que exerço minhas funções. Em alguns momentos, o fato de ser policial também foi um fator conflituoso, pois gerou certo encantamento, dificultando o rigor metodológico que a pesquisa exige. Entretanto, fiz tentativas de distanciar-me o suficiente para ter condições de ater-me a um olhar exteriorizado, evitando equívocos e contradições, para poder construir um olhar crítico.

Discutir as desigualdades de gênero significou também refletir criticamente não só sobre a esfera profissional, como sobre a esfera pessoal, uma vez que as reflexões sobre as desigualdades e as relações entre homens e mulheres não estavam apenas no mundo acadêmico, mas bem próximas a mim. Nesse processo, senti-me totalmente implicada e perturbada com essas reflexões.

Confesso que empreender considerações, do ponto de vista das relações de gênero, sobre o ingresso das mulheres numa instituição e em uma carreira hegemonicamente masculina, não é tarefa fácil. Os indícios encontrados confirmam a necessidade de dar mais visibilidade às vozes silenciadas em nossa sociedade, neste caso, a das mulheres policiais.

A pesquisa apresenta na introdução questões que vão nortear o estudo sobre as mulheres policiais: opção pela carreira, contexto que ocorreu o ingresso, lembranças sobre o processo de formação e as relações de gênero que perpassaram pelos saberes e práticas no processo de formação e nas trajetórias profissionais. Questões essas que ao longo dos capítulos foram problematizadas e analisadas.

O segundo capítulo deste trabalho pretendeu discorrer sobre o percurso metodológico, tomando como ponto inicial os critérios para a escolha dos sujeitos desta pesquisa e o caminho trilhado para desenvolver as entrevistas com as mulheres policiais que passaram a relatar suas vivências, suas lembranças dos Cursos de Formação na ACADEPOLSC e ao longo da carreira policial. As informações recebidas das entrevistadas foram preciosas e de extrema importância

para construção de conhecimento sobre as mulheres policiais nos Cursos de Formação da ACADEPOL/SC e nas suas trajetórias profissionais.

Considero que a identidade de pesquisadora vai se constituindo no processo da pesquisa. Assim, refletir sobre as ações desenvolvidas durante a caminhada possibilitaram-me perceber alguns equívocos, bem como permitiram-me redimensionar os próximos passos. Foi o encontro com a empiria, com os documentos disponíveis na ACADEPOL/SC, com os depoimentos e com as teorias que foram discutidas no decorrer do curso de Mestrado que me conduziu a entender a história com uma construção da experiência do passado, buscando interpretá-la com os poucos vestígios encontrados. Imersa em indagações do presente, fui lendo este cenário a partir das diversas histórias e experiências entrelaçadas, inclusive com a minha própria história.

As mulheres entrevistadas ingressaram na polícia na década de 1970, um momento histórico marcado pela ditadura militar em nosso país e pela entrada intensa das mulheres no mercado de trabalho, bem como a efervescência das lutas feministas. Eram mulheres de realidades singulares, pois são oriundas de famílias de classes sociais diferentes, frequentaram cursos de formação diferentes, tinham motivações distintas para o ingresso na instituição, o que resultou na construção de histórias e trajetórias profissionais. Todas essas interlocuções contribuíram para a construção, não de uma única identidade profissional, mas distintas identidades profissionais.

Ao apresentar e discutir a trajetória da polícia em âmbito nacional, a Polícia Civil em Santa Catarina, bem como a emergência da ACADEPOL/SC, no terceiro capítulo deste trabalho, pude perceber como a polícia, de modo geral, foi se constituindo historicamente como um espaço hegemonicamente masculino e o quanto foi desafiador para as mulheres entrevistadas ingressarem nessa instituição. Mesmo havendo avanços significativos no que diz respeito ao crescimento do contingente feminino, em nível nacional e internacional, e mais especificamente, na Polícia Civil brasileira, ainda se mantém como um ambiente com fortes traços da cultura masculina.

Na mesma época que o país era atravessado pela Ditadura Civil Militar a Escola de Polícia inicia o processo de ensino técnico-profissional, seguindo as trilhas da modernização oriundas de convênios internacionais, como o MEC-USAID, tendência norte americana que influenciou diversas áreas no Brasil, inclusive área educacional e de Segurança Pública, se sobrepondo nos cursos de formação policial.

Ficou evidenciado, através das entrevistas e de documentos, que a Ditadura Civil Militar interferiu na formação policial. As alunas lembraram do regime Civil Militar da época que moldou posturas comportamentais impostas no Curso de Formação.

No quarto capítulo, ao discutir a opção pela Polícia Civil e a inserção das primeiras mulheres na ACADEPOL/SC ficou evidente que, historicamente, as mulheres enfrentaram dificuldades na vida pública. Entretanto, as restrições à participação em alguns âmbitos sociais e políticos não as imobilizaram, pelo contrário, desencadearam movimentos reivindicatórios e denunciatórios, como o movimento feminista iniciado nas décadas de 1960 e 1970, em que as lutas por maior visibilidade nas esferas sociais e políticas foram fundamentais, pois as práticas discriminatórias impediam a universalização dos direitos civis, políticos e sociais, luta esta que vem sendo travada até os dias de hoje.

Pude concluir que a entrada das mulheres na Polícia Civil representou um avanço em termos de abertura da instituição para um grupo tradicionalmente excluído. Entretanto, a participação feminina não trouxe a eliminação dos preconceitos, o que pode ser constatado nos relatos referentes às implicações da divisão do trabalho, pois a noção de senso comum de que a mulher pertence ao mundo privado, desenvolvendo atividades mais burocráticas, assumindo funções mais apropriadas ao sexo feminino, foi visualizada nos relatos.

Com relação ao ingresso das mulheres nessa profissão, posso afirmar que entre as razões para a escolha da carreira há fortes indícios na centralidade familiar, pois os dados também revelam que a existência de outros familiares, na mesma instituição, influenciaram na opção pela carreira. Igualmente, há de se mencionar que tal escolha parece estar vinculada à conjuntura da época, em que a mulher busca maior escolarização e, ao mesmo tempo, o mercado de trabalho vem como uma necessidade.

Outra questão a ser mencionada é que muitas delas já seguiam ou “deveriam” seguir para a docência, profissão mais apropriada para as mulheres à época, mas burlaram a ordem “natural” imposta pela sociedade, e escolheram uma profissão com perspectivas salariais maiores.

No quinto capítulo foi possível perceber que a cultura escolar perpassou as práticas pedagógicas e os dispositivos implementados na ACADEPOL/SC, aparecendo materializada na arquitetura, no espaço físico, nas disciplinas e nas normas. Da ACADEPOL/SC à atuação

profissional, marcas das desigualdades de gênero foram sendo sutilmente evidenciadas e apresentadas nos relatos e vivências das ex-alunas e atuais policiais.

A Escola de Polícia não estava preparada para recebê-las, tanto é que não existiam banheiros exclusivos para as alunas, que tinham que se adequar aos já existentes na instituição. Outra evidência é que o conhecimento repassado era ministrado por professores homens e apenas uma mulher lecionou nessa época na escola, corroborando com um ensino do ponto de vista masculino.

Mesmo num ambiente que abarcava homens e mulheres, como o da ACADEPOL/SC, as normas e práticas disciplinares impostas eram homogeneizadoras, a fim de disciplinar alunos e alunas. Essas práticas apareceram de forma naturalizada e concebidas como apropriadas pelas entrevistadas, o que parece não ter se distanciado muito daquelas encontradas na escola regular.

As alunas, para sobreviverem nesse ambiente masculinizado, tiveram que criar mecanismos de normalidade, neutralidade e “quase” passaram despercebidas. Há indícios de que as relações desiguais de gênero se naturalizaram no cotidiano da ACADEPOL/SC, alicerçadas em relações de poder em que o masculino preponderava. Mesmo, reconhecendo as práticas preconceituosas no interior da Polícia Civil, as mulheres policiais não fizeram o enfrentamento diante das desigualdades, elas encontraram formas de sobreviver, criando subterfúgios para lidar com a cultura masculina.

Por outro lado, a presença feminina na instituição policial catarinense, não de modo direto e necessário, mas por intermédio de inúmeras mediações, contribui para ressignificações das relações de gênero: quer nos Cursos de Formação, quer na trajetória dessas policiais. Não se pode dizer que houve uma mudança substancial nessas relações, mas posso inferir que as mudanças nas relações de gênero estão em movimento e que não é algo acabado.

Nesse contexto, a entrada das mulheres nesse espaço profissional e de domínio historicamente masculino, necessariamente não reforça as relações de discriminação e preconceito nas relações de trabalho, mas desafia e contribui para a invisibilidade das mulheres num espaço monopolizado pelos homens.

A invisibilidade das mulheres é um fator importante na legitimação das desigualdades de gênero. Certamente, para entender a desigualdade entre os gêneros feminino e masculino é necessário deixar

de olhar somente para as mulheres, mas voltar-se também para os homens, pois a construção dos papéis sociais é relacional.

Acredito que a presente pesquisa, a partir do olhar de uma policial, possa contribuir para os estudos na área da História da Educação, bem como para a instituição policial, uma vez que aplica conhecimentos acadêmicos e científicos a problemas vivenciados, diariamente, por policiais civis.

Para avançar nesta temática, é necessário haver mais reflexões e discussões sobre as relações entre homens e mulheres para que as desigualdades de gênero sejam rompidas, no processo relacional. Assim, um dos encaminhamentos que entendo como pertinente é que nos Cursos de Formação da ACADEPOL/SC seja fortalecida a oferta de disciplinas que tratem da temática de gênero, com o intuito de promover discussões e debates junto aos alunos e alunas que contribuam para a construção de relações de gênero mais igualitárias, tanto na formação quanto na carreira policial.

No que tange à necessidade de aprofundamento, há dois aspectos a serem considerados nesta pesquisa. O primeiro é a questão do tempo, que precisa ser considerado como uma dificuldade para conciliar as atividades acadêmicas com a carga horária de trabalho desta pesquisadora, impossibilitando maior aprofundamento na pesquisa. O segundo aspecto diz respeito aos objetivos a serem contemplados neste trabalho. Penso que a trajetória profissional das mulheres policiais necessitaria de maior reflexão.

Certa de que sempre haverá possibilidades de ampliação desta pesquisa e de outras pesquisas nesta área, é que chego ao final deste trabalho com a certeza de ter crescido, não só intelectualmente, mas profissionalmente.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís Wendel. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundário?** 2007. 327 f. Tese (Doutorado em Sociologia)– Faculdade de Filosofia, letras e ciências humanas da Faculdade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC.** Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.

ARAÚJO José Alfredo de. A USAID, o regime militar e a implantação das escolas polivalentes no Brasil. **Revista de Epistemología y Ciencias Humanas**, Rosario, n. 1, p. 51-61, out. 2009.

ASSIS, Luís André de O. Rupturas e Permanências na História da Educação Brasileira: do regime militar à LDB/96. **Currículo de História.** 2009. Disponível em <<http://curriculohistoria.files.wordpress.com/2009/09/clara.pdf>>. Acessado em 1 out. 2012.

AUAD, Daniela. Relações de gênero na sala de aula: atividades de fronteira e jogos de separação nas práticas escolares. **Revista Pró-Posições**, v.17, n.3 (51), set.-dez. 2006.

BACHELARD, Gaston. **A filosofia do não: o novo Espírito Científico.** São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 181-354.

BAYLEY, David. **Padrões de Policiamento.** São Paulo: EDUSP, 2001.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida.** V 2. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1980.

BENCOSTA, Marcus Levy. Desafios da Arquitetura Escolar: construção de uma temática em História da Educação. In: OLIVEIRA, M. A. T. (org.) **Cinco estudos em História e Historiografia da Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: rua de mão única.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BEZERRA, Tereza C. E.; LOPES, Emanuel B. Quem são as mulheres da Polícia Civil?. In: **A Face feminina da Polícia Civil: gênero, hierarquia e poder**. Glauécia Mota Brasil (Org.). Fortaleza: Ed. UECE, 2008.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembrança de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

BOTO, Carlota. Histórias, idéias e trajetórias da Cultura Escolar: um desafio metodológico. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa (Orgs.). **A Cultura Escolar em Debate: questões conceituais, metodológicos e desafios para a pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 59-80.

BRASIL, Glauécia Mota (org.). **A Face feminina da Polícia Civil: gênero, hierarquia e poder**. Fortaleza: Ed. UECE, 2008.

BRASIL. **Ministério da Justiça**. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

BRASIL. Ministério da Justiça. SENASP/MJ. **Matriz Curricular Nacional 2009**. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?Team=%7B21F842C5-A1C3-4460-8A48-83F441C4808C%7D>>. Acesso em: nov. 2011.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO** da República Federativa do Brasil de 1988. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

BRASIL. Casa Civil. **Código processo penal 1941**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm>. Acesso em: out. 2012.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990. In: MARUANI, Margareth; HIRATA, Helena (Org). **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de Trabalho**. São Paulo: Senac, 2003.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1987.

CALAZANS, Márcia Esteves de. **A constituição de mulheres em policiais**: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul. 2003. 127 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)– Instituto de Psicologia, Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

_____. Polícia e Gênero no contexto das reformas policiais. **Revista de Educação, Ciência e Cultura**, v. 10, n. 2, 2005. Disponível em: <<http://observatoriodeseguranca.org/files/POLICIA%20E%20G%C3%8ANERO%20NO%20CONTEXTOS%20DAS%20REFORMAS%20POLICIAIS.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2011.

CANDAU, Maria.V. MOREIRA, Antônio.F. B. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação**: Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação. Rio de Janeiro, n. 23, p.156-168, maio-ago. 2003.

CAPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na polícia militar de Minas Gerais. **Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo, v. 11, n. 3, maio/Jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712010000300006&lang=pt>. Acesso em: 12 ago. 2012.

CORDOVA, L. F. Neves; TEIXEIRA, Marilandi do R.; ORTMEIER, Marilene C. “Eu fui contrária a criação da delegacia da mulher” entrevista com a Delegada Lúcia Maria Stefanovich. In: **Os 25 anos da “Delegacia da Mulher” de Florianópolis**: impasses e perspectivas para a Base Pantera. Florianópolis: UFSC/CFH/NEPPE, 2010. p. 27-41.

CASTRO, Raquel Xavier de S; SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Cultura material da escola: entram em cena as carteiras. **Educar em revista**, Curitiba, n. 39, jan.-abr. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602011000100014&script=sci_arttext>, acesso em 10 mar. 2013.

ESCOLANO, Agustín Benito. Patrimonio material de la escuela e historia cultural. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p.13-28, jul.-dez. 2010.

FARIA FILHO et al. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Revista Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, jan.-abr. 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Apresentação. In: **Usos e abusos da história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

FORCELINI, Mônica Manganeli C. **Modelo de qualidade para melhoria dos serviços prestados em Delegacias de Polícia**. 2003.124 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

FORQUIN, J.C. **Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológica do conhecimento escolar**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: História das violências nas prisões. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GENOVEZ, Felipe. **Web Artigos**. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/autores/felipegenovezgmailcom/?Offset=3>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1991.

GIROUX, H.; McLAREN, P. Por uma pedagogia crítica da representação. In: SILVA, T. T.;

MOREIRA, A F. (org.). **Territórios contestados**: o currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1995.

GONÇALVES, Irlen Antonio; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História das Culturas e das práticas escolares: perspectivas e desafios teóricos-metodológicos. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa (orgs.). **A Cultura Escolar em Debate: questões conceituais, metodológicos e desafios para a pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 31-56

HAGEN, Acácia Maria M. **O trabalho policial: um estudo da polícia civil do Rio Grande do Sul.** 2005. 328f. Tese (Doutorado em Sociologia)- Programa de pós-graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Centauro, 2004.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação.** Campinas, n. 1, p. 9-45, 2001. Disponível em <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/273/281>>. Acesso em: 12 out. 2012.

KOSSOY, Boris. Realidades e ficções na trama fotográfica. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: Unicamp, 2003.

LOPES, Eliane Marta T.; GALVÃO, Ana Maria de O. **História da Educação.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. O currículo e as diferenças sexuais e de gênero. In: VARRABER, C. M. (org.). **O currículo nos limiões do contemporâneo.** 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 85-92.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

LUCKESI. C. Cipriano. Avaliação da aprendizagem escolar. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MATOS, Maria Izilda; BORELI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKI, Carla B.; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2012. p. 126-147.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral.** 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MEYER, D. E. Escola, currículo e produção de diferenças e desigualdades de gênero. In: **Cadernos Temáticos: gênero, memória e docência**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Secretaria Municipal de Educação, 2001. p. 29-35.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOGARRO, Maria João. Arquivo e educação: a construção da memória educativa. **Revista de Ciência da Educação**, São Paulo, v. 1, p.71-84, 2006.

MOREIRA, Antonio Flavio B.; SILVA, Tomaz Tadeu. Sociologia e Teoria Crítica do currículo: uma introdução. In: MOREIRA, Antonio F. B.; SILVA Tomaz T. (Org.). **Currículo, Cultura e Sociedade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999. p. 7-38.

MOTTA, Rodrigo P. Sá. Modernização e repressão: a USAID e a polícia brasileira. **Revista Brasileira de história**, São Paulo, v.30, nº 59, p. 237-266, 2010.

MUSUMECI, Leonarda; SOARES, Barbara M.. Polícia e Gênero: Participação e perfil das policiais femininas nas PMs brasileiras. **Revista Gênero**, Niterói, v. 5, n. 1, p. 183-207, 2. sem. 2004. Disponível em: <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/01112009-115446musumecisoares.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

NADAL, Beatriz Gomes. **Cultura Escolar: um olhar sobre a vida na escola**. 2007. 304 f. Tese (Doutorado em Educação: currículo)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

NOVAIS, Fernando. “Não podemos nos transformar em índios”. **Folha de São Paulo on line**, São Paulo, 24 abr. 2000. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/entre_16.htm>. Acesso em: 12 ago. 2012.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. (Org.). **Os professores e sua formação**. 2a ed. Lisboa: Dom Quixote. 1995. p. 15-34.

NUMMER, Fernanda V. **A experiência do curso de formação na construção de um saber: ser soldado da Brigada Militar.** 2001. Dissertação (Mestrado em Antropologia)- Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

PEDRO, Joana Maria. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKI, Carla B.; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2012. p. 238-259.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural.** 2. ed., 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas.** São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

_____. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PONCIONI, Paula. O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Estado do Rio de Janeiro. **Soc. Estado**, v. 20, n.3, p. 585-610, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922005000300005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 13 ago. 2012.

RABELO, Giani. **Entre o hábito e o carvão: pedagogias missionárias no Sul de Santa Catarina na segunda metade do século XX.** 2007. 414 f. Tese (Doutorado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

ROIZ, Diogo da Silva. A discreta e sedutora "História das mulheres". **Cad. Pagu**, n. 30, p. 445-452, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332008000100025>. Acesso em: 13 ago. 2012.

ROLIM, Marcos. **A síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no Século XXI.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Oxford: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006.

SACRAMENTO, Jaqueline Siqueira. **Polícia e Gênero: percepções de delegados e delegadas da Polícia Civil do Rio Grande do Sul acerca da mulher policial.** 2007. 130 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SANTA CATARINA (Estado). LEI COMPLEMENTAR Nº 453, de 05 de agosto de 2009. Institui o Plano de Carreira da Polícia Civil de Santa Catarina... **Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.** Santa Catarina, SC, 24 fev. 2010. Disponível em: <<http://www.alesc.sc.gov.br/portal/index.php#>>. Acesso em 24 set. 2012.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Segurança Pública. Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Segurança Pública/SSP/SC. CARVALHO, Carlos. **Dados Estatísticos.** [Mensagem Pessoal]. Mensagem recebida por <maparecida@pc.sc.gov.br> em 08 ago. 2011.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Segurança Pública. Polícia Civil de Santa Catarina. **ACADEPOL – 47 anos de existência.** Disponível em: <http://www.policiacivil.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=50&Itemid=138>. Acesso em: 20 out. 2011.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Segurança Pública. Polícia Civil de Santa Catarina. **Legislação.** Disponível em: <http://www.acadepol.sc.gov.br/index.php/download/cat_view/1-legislacao/2-policia-civil>. Acessado em: 28 out. 2012.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Segurança Pública. Polícia Civil de Santa Catarina. **ACADEPOL – 47 anos de existência.** Disponível em: <http://www.policiacivil.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=50&Itemid=138>. Acesso em: 20 out. 2011.

SANTA CATARINA. Escola de Polícia. **Relatório do Curso de Formação 1970.** Florianópolis, [1970]. Relatório. Mimeografado.

SANTA CATARINA. Escola de Polícia. **Relatório do Curso de Formação 1969**. Florianópolis, [1969]. Relatório. Mimeografado.

SANTA CATARINA. Escola de Polícia. **Relatório do Curso de Formação 1968**. Florianópolis, [1968]. Relatório. Mimeografado.

SANTA CATARINA. Escola de Polícia. **Relatório do Curso de Formação 1967**. Florianópolis, [1967]. Relatório. Mimeografado.

SÃO PAULO. Secretaria de Segurança Pública. **A origem da polícia no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ssp.sp.gov.br/institucional/historico/origem.aspx>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

SATURNINO, Edison Luiz. Imagem. **Memória e Educação: um estudo sobre modos de ver e lembrar**. 2005. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6679/000533140.pdf?sequence=1>>. Acesso em 20 fev. 2013.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SCARDUELLI, Márcia Cristiane Nunes. **A representação da Delegacia da mulher para policiais civis da 19ª Região policial Catarinense**. 2006. 210 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem)- Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2006.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.1, n. 1, p. 71-99, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p.73-102.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Alienígenas em sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SOARES, Barbara M.; MUSUMECI, Leonarda. **Mulheres Policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SOUZA, Rosa de Fátima de. História da Cultura Material Escolar: um balanço inicial. In: BENCOSTA, Marcos Levy (org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007, p. 180.

SOUZA, Valdemarina B. de Azevedo e. A formação policial como espaço representativo da construção de uma profissionalidade. In: MENDES, Jussara Maria R.; CONSUL, Julio Cezar Dal Paz; FRAGA Cristina Kologeski (Orgs). **A (In)visibilidade da Segurança Pública: risco no trabalho, formação e políticos**. Porto Alegre: Santa Rita. 2005.

SZYMANSKI, Heloisa. **A entrevista na educação: a prática reflexiva**. 3. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2010.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questão sobre a relação entre a história oral e as memórias. In: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História no Departamento de História da PUC/SC**, São Paulo, n. 5, Abr. 1997, p. 51-84.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. 1. ed., 19. Reimp. São Paulo: Atlas, 2010

WERLE, Flávia O C. História das instituições escolares: de que se fala? IN: LOMBARDI, José Claudinei, NASCIMENTO, Maria Isabel (orgs.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p. 13-35.

VIANA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. **Cadernos Pagu**, 17/18, p. 81-103, 2001/02. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a03.pdf>> acesso em: 1 mar. 2013.

VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e práticas escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa (orgs.). **A Cultura Escolar em Debate: questões conceituais, metodológicos e desafios para a pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 3-30.

VIÑAO FRAGO, Antonio. História de La educación e história cultural: possibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 0, p.63-82, 1995

_____. El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico. **Contemporaneidade e Educação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 7, 2000, p. 93-110.

VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

VEIGA, Cyntia G. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

ZAGO, Nadir. A entrevista em seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática da pesquisa. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília P. de; VILELA, Rita Amélia

T. (orgs.). **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 138-179.

ZOTTI, Solange Aparecida. **Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos Jesuítas aos anos de 1980**. Campinas: Autores Associados; Brasília: Ed. Plano, 2004.

FONTES ORAIS

Darci Maria Waltrich. Nasceu em 27/07/1949. Entrevista concedida à Maria Aparecida Casagrande em 04/05/2012, em Criciúma/SC.

Joana. Nasceu em 1947. Entrevista concedida à Maria Aparecida Casagrande em 01/03/2012, em São José/SC.

Lucia Maria Perico. Nasceu em 08/12/1947. Entrevista concedida à Maria Aparecida Casagrande em 02/03/2012, em Florianópolis/SC. Atualmente a Delegada de Polícia assina pelo nome de Lúcia Maria Stefanovich.

Maria de Fátima de Souza Ignácio. Nasceu em 04/03/1954. Entrevista concedida à Maria Aparecida Casagrande em 14/03/2012, em Navegantes/SC.

Maria Raquel da Silva. Nasceu em 26/01/1949. Entrevista realizada em 13/03/2012 no setor de Recursos Humanos – Florianópolis/SC.

Neli Lúcia de Medeiros. Nasceu em 26/06/1950. Entrevista concedida à Maria Aparecida Casagrande, em 29/02/2012, em Palhoça/SC.

Odete Besen Formighieri. Nasceu em 12/11/1950. Entrevista concedida à Maria Aparecida Casagrande em 29/02/2012, em Florianópolis/SC.

Sonia Maria Vieira. Nasceu em 22/04/1950. Entrevista concedida à Maria Aparecida Casagrande em 01/03/2012, em Florianópolis/SC.

APÊNDICES

Apresentação dos sujeitos da pesquisa

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM MULHERES POLICIAIS

Nome:
 Local e data de nascimento:
 Nome do pai:
 Nome da mãe:
 Nome do marido:
 Data de nascimento:
 Numero de filhos:
 Endereço:
 Telefone:
 Entrevistadora:
 Data da entrevista:

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1) OPÇÃO PELA CARREIRA

- Por que você optou pela carreira policial?
- Você têm familiares na polícia?

2) INGRESSO NA ACADEMIA

- Como o ingresso na Polícia Civil foi visto por seus familiares?
- Com que idade você ingressou na ACADEPOL/SC?
- Á época era solteira ou casada? Se casada, como conciliou o curso com o casamento?
- Qual o seu nível de escolaridade quando ingressou na ACADEPOL/SC?
- Enfrentou dificuldades para frequentar o curso (distância da família, moradia)? Como se mantinha na capital?

3) PROCESSO DE FORMAÇÃO NA ACADEPOL/SC

- Por quanto tempo ficou na ACADEPOL/SC?
- O que era ensinado no Curso de Formação na parte teórica?
- O que era ensinado no Curso de Formação na parte prática?
- Quem eram os professores? Existiam professoras na sua época?
- Quantas mulheres tinham na sua turma?
- Como as alunas eram tratadas/vistas pelos professores/professoras? Havia diferença no tratamento em relação aos alunos e alunas?
- Como as alunas eram tratadas/vistas pela direção da ACADEPOL/SC?
- Como era a relação com os alunos da turma e os demais?
- Quais eram as principais regras/normas do ambiente da academia? Havia diferentes regras para alunos e alunas?
- Havia transgressões às regras? Quem transgredia mais, alunos ou alunas? Lembra de algum fato marcante? Você transgrediu alguma regra? Sofreu alguma punição?
- Havia reprovação nas disciplinas? Quais eram as disciplinas mais temidas e qual era o desempenho dos alunos e das alunas?
- Havia desistência? Por quê? Esse fato existia mais entre os alunos ou alunas?
- Era exigido algum uniforme? Descreva o uniforme masculino e o feminino?

- Descreva a organização da sala de aula (objetos, carteiras, distribuição alunos e alunas)?
- Como eram as atividades físicas para homens e mulheres?
- Como eram as aulas práticas para homens e mulheres?
- Durante sua permanência na academia você percebeu tratamentos distintos entre homens e mulheres? Em que atividades e em que disciplinas isso ficou mais evidenciado?
- Durante a permanência na academia vivenciou algum tipo de preconceito por ser mulher?
- Fale sobre sua trajetória após o curso.
- Outras perguntas pertinentes.

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO**

Sob o título **O Processo de Formação das mulheres na Academia de Polícia Civil de Santa Catarina na perspectivas das relações de gênero (1967-1977)** o estudo, que culminará na elaboração de uma dissertação de mestrado, pretende analisar o processo de formação das primeiras alunas da Academia de Polícia Civil de Santa Catarina na perspectivas das relações de gênero, nos primeiros anos de existência da Academia de Polícia (1967-1977).

Os dados e resultados individuais da pesquisa estarão sempre sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes dos participantes em nenhuma expressão oral ou trabalho escrito que venha a ser publicado, a não ser que o/a autor/a do depoimento manifeste expressamente seu desejo de ser identificado/a. A participação nesta pesquisa não oferece risco ou prejuízo à pessoa entrevistada.

As pesquisadoras responsáveis pela pesquisa são a Professora Dr.^a Giani Rabelo, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense - Unesc, orientadora, e a mestranda Maria Aparecida Casagrande, do referido Programa de Pós-Graduação. Ambas se comprometem a esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou necessidade de informações que o/a participante venha a ter no momento da pesquisa ou posteriormente, através dos telefones (048) 3431-2594 - Departamento de Pós-Graduação da Unesc-Criciúma/SC, ou (048) 8844-4532.

Após ter sido devidamente informado/a de todos os aspectos da pesquisa e ter esclarecido todas as minhas dúvidas, eu _____, Identidade n.º _____ declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha participação e depoimentos para a pesquisa realizada na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação intitulada **O Processo de Formação das mulheres na Academia de Polícia Civil de Santa Catarina na perspectivas das relações de gênero (1967-1977)** desenvolvida pela Mestranda Maria Aparecida Casagrande, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Giani Rabelo, para que sejam usados integralmente ou em partes, sem restrições de prazo e citações, a partir da presente data. Da mesma forma, autorizo a sua consulta e o uso das referências em outras pesquisas e publicações ficando vinculado o controle das informações a cargo destes pesquisadores da UNESC.

() Solicito que seja resguardada minha identificação _____.

() Desejo que a autoria de meus depoimentos seja referida _____.

Abdicando direitos autorais meus e de meus descendentes, subscrevo a presente declaração,

Criciúma, XX de XXXXX de 2012.

Entrevistada

Maria Aparecida Casagrande

Contatos: Maria Aparecida Casagrande – Fone: (48) 35460104 / 8844-4532